



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PRPPG
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL – PPGHB

YASMINN ESCÓRCIO MENESES DA SILVA

“LAVAR ROUPA TODO DIA, QUE AGONIA...”:

história e cotidiano das lavadeiras de roupas em Teresina (1971-1975)

TERESINA (PI)

2020

YASMINN ESCÓRCIO MENESES DA SILVA

“LAVAR ROUPA TODO DIA, QUE AGONIA...”:

história e cotidiano das lavadeiras de roupas em Teresina (1971-1975)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí, como requisito para obtenção do título de Mestre em História do Brasil.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo de Sousa Neto

TERESINA (PI)

2020

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Serviço de Processamento Técnico

S8561 Silva, Yasminn Escórcio Meneses da.
“Lavar roupa todo dia, que agonia...”: história e cotidiano das lavadeiras de roupas em Teresina (1971-1975) / Yasminn Escórcio Meneses da Silva. – 2020. 122 f.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2020.

“Orientador: Prof. Dr. Marcelo de Sousa Neto”

1. História – Piauí. 2. Lavadeiras de Roupas. 3. Memória. I. Título.

CDD 981.22

YASMINN ESCÓRCIO MENESES DA SILVA

“LAVAR ROUPA TODO DIA, QUE AGONIA...”:

história e cotidiano das lavadeiras de roupas em Teresina (1971-1975)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí como requisito para a obtenção do título de Mestre em História do Brasil.

Orientador: Professor Dr. Marcelo de Sousa Neto.

Aprovada em: / / 2020

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcelo de Sousa Neto (UESPI)
Orientador

Prof.^a Dr.^a Cláudia Cristina da Silva Fontineles (UFPI)
Examinadora interna

Prof.^a Dr.^a Antônia Valtéria Melo Alvarenga (UEMA/UESPI)
Examinador externo

Prof. Dr. Francisco Alcides do Nascimento (UFPI)
Examinador suplente

À minha família, pela paciência e amor incondicional. Às lavadeiras de roupas em rios e lavanderias, pela confiança em mim, e a paixão por seu trabalho que motivaram essa pesquisa.

AGRADECIMENTOS

É com extremo carinho que escrevo essas palavras, que, embora no início do texto, foram as últimas a sair do papel. Foram dois anos entre pesquisa e escrita, aulas e encontros, fontes e conversas, ansiedades e alegrias. Dois anos de aprendizado, que muito tenho a agradecer neste momento. Esse trabalho não teria sido realizado se não fosse a participação de algumas pessoas, às quais venho aqui agradecer. Primeiramente agradeço a Deus, minha força maior que me guia e me mantém atenta às coisas boas.

Agradeço as lavadeiras de roupas dos rios e das lavanderias, a quem dedico todo esforço, carinho e inspiração para escrever essa pesquisa. Em especial a Adalgiza Dorneles de Oliveira Souza e Maria de Lourdes Gleide dos Santos, que, mesmo assustadas e desconfiadas, me receberam com tanto carinho para as entrevistas. Espero que leiam e se sintam representadas com sua história.

Agradeço à minha família o amor incondicional, o carinho, a compreensão e as ligações e mensagens perguntando se eu já peguei o barroso para ir passar o fim de semana em Brasileira ou em Campo Maior, mesmo quando eu devia ficar em casa estudando as fontes. Foram esses momentos que me fizeram perceber que “viver não cabe no lattes”. Minha mãe Maria do Carmo, minha irmã Polyana, tia Jesus, vovó Rosa, vovô Raimundo (no coração sempre), meus sobrinhos Lívia e Antônio Neto. Amo vocês “até a lua... ida e volta!”.

Agradeço a minha amiga que, mesmo morando a mais de mil km longe de mim, estava mais perto que tudo, com o nosso “ki vose tah fazendu”, os livros, as músicas, carnaval, férias com idas ao seu Rufino tomar gaúcho e as discussões sérias sobre assuntos sérios e revolucionários, *awoman*. Agradeço imensamente a meus amigos sempre presentes Thaíse Araújo, Rônerly Danilo, Yasmim Coelho. As conversas aleatórias no grupo e amizade de vocês me mantêm firme. Agradeço a meu querido amigo Wanderson Ramonn, o pretinho do gueto, que me ajudou um bilhão de vezes, tem o abraço de urso mais quentinho e as melhores histórias. Tem nem comparação de como sou grata pelas leituras que você fez para mim e para este trabalho.

Agradeço a meu orientador Marcelo de Sousa Neto, por todo apoio e confiança ao longo desses dois anos. Ao professor Alcides Nascimento por me proporcionar aulas e histórias das quais levo um tanto de inspiração. Agradeço também a minha turma de mestrado, com seus temas de pesquisas tão incríveis e apaixonantes.

Em especial agradeço aos amigos Elisnauro Barros e Lincoln Franco pela presença, as trocas de fontes e as conversas sobre nossas pesquisas. Ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil e a Universidade Federal do Piauí por acreditarem na minha pesquisa e me fazer crescer profissionalmente.

Em tempos politicamente sombrios que vivemos, ter acesso e a oportunidade de concluir uma pós-graduação se torna um privilégio, mesmo sabendo que este é um direito de todos nós. Espero que, assim como eu tive essa oportunidade, outros tantos também possam ter. À ciência e à educação, dedico essa pesquisa almejando o melhor para o nosso futuro, afinal mesmo sabendo que *há perigos na esquina, devemos lembrar que o novo sempre vem.*

RESUMO

“LAVAR ROUPA TODO DIA, QUE AGONIA...”: história e cotidiano das lavadeiras de roupas em Teresina (1971-1975)

Essa pesquisa analisa o trabalho das lavadeiras de roupas nos rios Poti e Parnaíba, localizados na cidade de Teresina. Desse modo, foca no período de 1971 a 1975, quando as lavadeiras foram transferidas do rio para o Centro Materno-Infantil Nutricional e Lavanderia. Para chegarmos a essa questão, foi necessário apontar as características sociais e econômicas, para além das transformações estruturais que a cidade presenciou no momento, auxiliando-nos a compreensão sobre o aumento da atividade das lavadeiras de roupas em rios no período, considerando que esteve diretamente atrelada ao progresso vivenciado pela cidade e fomentado principalmente por conta da migração. Além disso, discutimos os fatores que caracterizaram a construção e ressignificação de memórias a partir da transferência das lavadeiras de roupas dos rios para o Centro Materno e suas implicações derivadas, além de apontarmos questões sobre a inserção de mulheres pobres no mercado de trabalho por meio de atividades informais, como a lavagem de roupas. Isso porque a lavanderia do Centro Materno, construído com o intuito de garantir um espaço adequado de trabalho longe dos rios, não obteve a continuidade desejada. Assim, nossa investigação pôde chegar à conclusão que o projeto não atingiu a maior demanda do conjunto das mulheres que lavavam roupas às margens dos rios que cortam a cidade. Para o desenvolvimento da pesquisa utilizamos dos pressupostos metodológicos da História Oral, com base em entrevistas. Além disso, usamos de documentos oficiais, como as mensagens governamentais e os jornais publicados durante o período do estudo, que são: *O Dia* (PI), *Correio do Povo* (PI), *A Hora* (PI), *O Estado* (PI), *Jornal do Piauí* (PI), *O Cruzeiro* (RJ) e *Tribuna da Imprensa* (RJ). Por outro lado, mantivemos diálogo com Certeau (2014) e Matos (2002), ao discutir cotidiano das lavadeiras e as táticas de sobrevivência usadas; Fontineles (2015) e Nascimento (2007), ao abordar a cidade de Teresina e o sentido do progresso; Lima (2003) para compreender a pobreza que viviam as lavadeiras dentre suas demais variantes. De modo geral, pretendemos discutir e dialogar sobre a história das lavadeiras de roupas, observando a relevância do tema não somente para a historiografia e para o meio acadêmico, mas também pela representatividade de inúmeras e desconhecidas mulheres pobres que construíram uma cidade singular com seus modos de viver, trabalhar e resistir.

PALAVRAS-CHAVE: Lavadeiras. Progresso. Cidade. Trabalho. Memória.

ABSTRACT

“WASHING CLOTHES EVERY DAY, WHAT AN AGONY ...”: history and daily life of washerwomen in Teresina (1971-1975)

This research analyzes the work of washerwomen on the Poti and Parnaíba rivers, located in the city of Teresina. Thus, it focuses on the period from 1971 to 1975, when the washerwomen were transferred from the river to the Maternal-Child Nutrition Center and Laundry. To reach this issue, it was necessary to point out the social and economic characteristics, in addition to the structural transformations that the city witnessed at the time, helping us to understand the increase in the washerwomen's activity in rivers in the period, considering that it was directly linked to the progress experienced by the city and fostered mainly due to migration. In addition, we discussed the factors that characterized the construction and reframing of memories from the transfer of river washerwomen to the Maternal Center and its derived implications, in addition to pointing out questions about the inclusion of poor women in the labor market through informal activities, such as washing clothes. This is because the laundry at the Maternal Center, built in order to guarantee an adequate working space away from rivers, did not achieve the desired continuity. Thus, our investigation was able to conclude that the project did not reach the greatest demand from the group of women who washed clothes on the banks of the rivers that go through the city. For the development of the research we used the methodological assumptions of Oral History, based on interviews. In addition, we use official documents, such as government messages and newspapers published during the study period, which are: *O Dia* (PI), *Correio do Povo* (PI), *A Hora* (PI), *O Estado* (PI), *Jornal do Piauí* (PI), *O Cruzeiro* (RJ) and *Tribuna da Imprensa* (RJ). On the other hand, we maintained a dialogue with Certeau (2014) and Matos (2002), when discussing the daily routine of the washerwomen and the survival tactics used; Fontineles (2015) and Nascimento (2007), when addressing the city of Teresina and the direction of progress; Lima (2003) to understand the poverty experienced by the washerwomen among other variants. In general, we intend to discuss and dialogue about the washerwomen's history, noting the relevance of the theme not only for the historiography and for the academic environment, but also for the representativeness of countless and unknown poor women who built a singular city with their ways of living, working and resisting.

KEYWORDS: Washerwomen. Progress. City. Job. Memory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: As lavadeiras antes do Centro Materno-Infantil.....	68
Figura 2: Distância da lavanderia do bairro Primavera, rua 19 de novembro, para margem do rio Poti.....	72
Figura 3: Distância da lavanderia do bairro Ilhotas, Avenida Higino Cunha, para margem do rio Poti.....	72
Figura 4: Lavadeiras seminuas provocam protestos.....	76
Figura 5: O colorido das lavadeiras. Fonte: O COLORIDO das lavadeiras	82
Figura 6: Mensagem do Governador Alberto Tavares Silva encaminhada à Assembleia Legislativa em 1974.....	93
Figura 7: Acervo Pessoal de Adalgiza Dorneles de Oliveira Souza.....	97
Figura 8: As lavadeiras do Parnaíba.....	98

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Quantidade de filhos das lavadeiras da Zona Sul de Teresina.....	79
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGESPISA – Águas e Esgotos Piauí S/A
ASA – Ação Social Arquidiocesana
CEPISA – Centrais Elétricas S/A
CEPRO – Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CMIL – Centro Materno-Infantil e Lavanderia
Cr\$ – Cruzeiros
CSU – Centro Social Urbano
FEBEM – Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor
FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LBA – Legião Brasileira de Assistência
MEC – Ministério da Educação
NUJOC – Núcleo de Pesquisa em Jornalismo e Comunicação
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OLAR – Organização do Lar
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PI – Piauí
SASC – Secretaria da Assistência Social e Cidadania
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio
SERSE – Serviço Social do Estado
SINE – Sistema Nacional de Emprego
STPS – Secretaria de Trabalho e Promoção Social
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TELEPISA – Telecomunicações Piauí S/A
UFPI – Universidade Federal do Piauí
USAID – United States Agency International Developemt

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 USOS DA CIDADE: O ESPAÇO URBANO TERESINENSE EM RECONFIGURAÇÃO	22
2.1 Menina, moça, mulher: Teresina e seus anseios de modernização	23
2.2 A mulher além da porta da casa: afazeres para além dos usos domésticos	41
2.3 A cidade das lavadeiras: entre as táticas de sobrevivência e as estratégias de normatização do espaço urbano	48
3 MÃOS QUE LAVAM, VOZES QUE ECOAM: A POBREZA E O MERCADO DE TRABALHO INFORMAL FEMININO.....	58
3.1 Mulheres pobres em Teresina na década de 1970: a pobreza como questão social e política	58
3.2 Lavando roupa, cantando a vida: a construção da imagem da lavadeira e da mulher pobre	73
4 “DO INFERNO PARA O CÉU”: O CENTRO MATERNO-INFANTIL NUTRICIONAL E LAVANDERIA	85
4.1 A transferência do rio para a lavanderia.....	86
4.2 Ressignificação dos espaços	101
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
6 REFERÊNCIAS.....	115

1 INTRODUÇÃO

O verso da música *Juventude transviada*, de autoria de Luís Melodia, trazida no título desta pesquisa, logo apresenta uma característica marcante do trabalho das lavadeiras, o seu dia a dia. É através dessa percepção que se enxerga a força da mulher lavadeira em enfrentar, desde tempos antigos, a dura e cansativa tarefa de lavar roupas em rios e riachos, como meio de obter renda, de manter-se na cidade grande, como uma atividade informal, que não necessita de maiores qualificações, como se exigia no mercado de trabalho do período discutido.

A história da lavadeira é pouco ouvida, e portanto, pouco narrada. Este trabalho objetiva ouvir a lavadeira e sua história, considerando as características que marcam profundamente seu trabalho, que é lavar roupas em rios, mostrando como a cidade proporcionou essa entrega à operação de lavagem como meio de subsistência para resistir em uma cidade com o crescimento espacial, econômico e populacional¹.

O interesse por essa temática surgiu após discussões sobre as mulheres pobres na sociedade teresinense. Lançar o olhar sobre esse tema nos levou à uma análise mais objetiva sobre os meios de sobrevivência e sustento aos quais as mulheres, em geral as socialmente marginalizadas, eram submetidas. A lavagem de roupas é uma tarefa predominantemente exercida por mãos femininas, o que contribuiu para pensar as lavadeiras como objeto de uma pesquisa histórica mais delimitada.

Dessa forma, reconhecemos nas lavadeiras a força feminina de enfrentamento de espaços públicos e privados para a prática de atividades domésticas para além da própria casa, uma atividade que é desempenhada visando a manutenção básica de sua renda, realizada por meio do esforço individual.

Assim, para compreender a cidade da lavadeira e o lugar que ela ocupa no espaço teresinense entre os anos de 1971 e 1975, é necessário observar como a mulher pobre se apropria do espaço público para obter meios que podem lhe oferecer proveitos e subsistência, ao passo que esse local pode ser um lugar de compartilhar, de confraternizar, de movimentações, de reconhecimento pessoal, enquanto em sua condição de mulher lavadeira. Ou seja, o lugar social, da lavadeira é considerado como aquilo que a constitui como sujeito

¹ Cf.: LIMA, Antônia Jesuíta de. *As multifaces da pobreza: forma de vida e representações simbólicas dos pobres urbanos*. Teresina: Halley, 2003.

social e histórico, pois, como observa Michel de Certeau, todo lugar é um relato de viagem, uma prática de espaço.²

Para compreender melhor, é necessário explicitar o conceito de lugar, pois assim é possível observar como esse espaço é definido e entendido pelas mulheres que dele se apropriavam. Os lugares são como aventuras narradas, que, ao mesmo tempo, produzem geografias de ações e derivam para lugares comuns de uma ordem.³ Ou seja, cada lugar ou espaço que se habita, ou com o qual se tem contato direto, é tomado de forma narrada, como se alguém pudesse escrever em um texto, ou que ele (o texto) escrevesse para que fosse possível localizar ou situar, visto que são demarcados por ações simbólicas (como o lavar roupas nas águas de um rio) e se tornam lugares com referências, sejam quais forem: as roupas que são lavadas para se obter lucro, as roupas que se lavam por não ter água canalizada em casa, entre outros aspectos.

O ato de lavar roupas em rios e córregos constitui uma forma de trabalho para muitas mulheres, relevante não somente para si e para a sua família, mas para outras famílias com renda o suficiente para pagar por esse serviço. O conhecimento dessa prática levou muitas mulheres às margens dos rios de Teresina. A insuficiente oferta de emprego formal e a pouca escolaridade fazia com que mulheres das camadas mais baixas se empregassem, ou prestassem serviço como lavadeira, e dessa maneira disponibilizavam-se para aqueles com condições de pagar. Na ausência de lavanderias com estruturas adequadas, elas se dirigiam até o rio mais próximo. Mesmo sendo um trabalho difícil e cansativo⁴, ajudava na manutenção da renda familiar.

Com o constante aumento de lavadeiras nas margens dos rios, demonstrava-se que havia uma necessidade, principalmente no que se refere a empregos para mulheres das camadas mais pobres da cidade, e por isso mesmo a presença destas e sua atuação como lavadeira de roupas⁵. Mediante críticas e apelos, tanto por parte das lavadeiras, quanto da população através dos jornais locais⁶, discute-se a necessidade de se construir lavanderias comunitárias para retirar um grande número de lavadeiras das beiras dos rios da capital. O Centro Materno-Infantil Nutricional e Lavanderia foi o projeto realizado para tal ação, dentre as demais variantes que concretizaram sua construção e manutenção.

² CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 183.

³ CERTEAU, 2014, p. 183.

⁴ Essa constatação foi possível por meio das narrativas de nossas entrevistadas, observação da prática nas lavanderias, que nos certificam ser um trabalho físico, realizado por longas horas, em condições estruturais inadequadas, acabam por exceder o corpo dos que se põem para tal prática.

⁵ DESEMPREGO em Teresina. *O Dia*, Teresina, s/n., p. 3, 19 jul. 1973.

⁶ O GOVERNO construirá lavanderias. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.383, p. 1, 16 jul. 1971

Para a reconstrução narrativa do objeto escolhido foi importante destacar alguns questionamentos que direcionaram a pesquisa, e que permitiram observar características sobre o cotidiano, o trabalho, as relações sociais, a família, entre outros aspectos que configuram uma sociedade ou um grupo. E assim se tornou possível compreender a funcionalidade, a utilidade e as possibilidades que as lavanderias comunitárias trouxeram para essas mulheres na medida em que foram surgindo ações e políticas de apoio ao seu exercício profissional.

Dentre outras questões, é relevante destacar: como a cidade significava o trabalho das lavadeiras? Por que surge a ideia da criação de lavanderias públicas? Como as lavanderias impactaram no cotidiano dessas mulheres? Como as lavanderias eram organizadas? Quais os resultados percebidos pelas administrações a respeito de um novo ambiente de trabalho? Quantas lavadeiras foram beneficiadas? Como estas mulheres viviam antes das lavanderias, e como passaram a viver? O que mudou no cotidiano dessas mulheres?

A partir dessas questões iniciais, é pertinente descobrir, conhecer e apresentar relatos de suas vidas e experiências, como a chegada ao trabalho, a sua profissão, os seus modos e os instrumentos para trabalhar, na medida em que se acrescentam mais informações para uma história sobre as mulheres pobres lavadeiras de roupas. Através dos relatos colhidos, foi possível fazer interpretações a respeito das experiências das mulheres que iam trabalhar nos rios Poti e Parnaíba, e nas lavanderias, como a cidade se constituía, e o que fizeram as administrações da capital e do Estado para melhorar esse serviço.

Ao explicar acerca das realidades em que as lavadeiras estavam inseridas, foi necessário fazer uma releitura sobre as mulheres e sua entrada no ambiente de trabalho. Assim, a pesquisa se restringe àquelas que possuíam condições financeiras menos abastadas, ou seja, que se encontravam em situação de pobreza, e que, para melhorar suas rendas, utilizavam de práticas já comuns em seus ambientes domésticos, como lavar e passar roupas, já que tarefas como essas não exigiam qualificações intelectuais ou mesmo formalização profissional, mas que, de todo modo, foram impulsionadoras para que muitas mulheres se destinassem ao mundo do trabalho.

O tema escolhido para esse trabalho se baseou na pesquisa apresentada durante a graduação como etapa final do curso de História na UFPI. Com o título "*O colorido das lavadeiras*": a condição social das lavadeiras de roupas nos rios de Teresina na primeira metade da década de 1970, a pesquisa oferece uma análise que traça o trabalho e o cotidiano das lavadeiras de roupas nos rios Poti e Parnaíba na cidade de Teresina. Nesse trabalho, a pesquisa se concentrou nos cinco primeiros anos da década de 1970, recorte em que a capital

estava sob a administração do major Joel da Silva Ribeiro (1971-1974), e o estado era governado por Alberto Tavares Silva (1971-1975).

Já no início da década de 1970, as duas administrações convergiam com o objetivo de trazer melhoramentos para a cidade de Teresina, vista como a porta de entrada do estado, como mudanças arquitetônicas, a construção de avenidas, a higienização e o embelezamento das ruas, principalmente do centro comercial. Esses investimentos eram motivados pelas constantes mudanças em outras capitais do país.⁷ A ideia era movimentar a cidade e desenvolvê-la, além de torná-la um centro de produção e de turismo de qualidade, proporcionando aos moradores e conterrâneos mais conforto e oportunidades.

Nesse período foi criada a primeira lavanderia comunitária, destinada às mulheres que viviam dessa tarefa nas margens dos rios da cidade, lugares pouco salubres para a realização de tal atividade. Com essa mudança, ocorre alteração na forma de lavar roupas, ressignificando o modo de trabalho que já existia há muito tempo. Nesse sentido, é crucial compreender as configurações da cidade, em meio a constante modernização que lhe é imposta, e sobretudo do trabalho, revelando as necessidades que o mercado econômico não supria naquele momento.

O recorte temporal desta pesquisa inicia-se em 1971, quando ocorre uma pesquisa sobre o número de lavadeiras nas margens dos rios e suas necessidades, surgindo, a partir de seus resultados, o projeto que deu origem ao Centro Materno-Infantil Nutricional e Lavanderia, construído posteriormente. Fechamos o recorte em 1975, quando da criação dos Centros Sociais Urbanos - CSUs. O motivo para tal é o fato de que, com a criação dos CSUs, os Centros Materno-Infantis⁸ têm suas funcionalidades alteradas.

Na pesquisa que se segue, as fontes utilizadas foram jornais, entrevistas e documentos oficiais do governo estadual e da prefeitura da capital. Os jornais publicados durante o período do estudo, e que ajudaram a embasar a pesquisa, são: *O Dia* (PI), *Correio do Povo* (PI), *A Hora* (PI), *O Estado* (PI), *Estado do Piauí* (PI), *Jornal do Piauí* (PI). Utilizou-se ainda o jornal *Tribuna da Imprensa* (RJ)⁹ e a revista *O Cruzeiro* (RJ)¹⁰, que nos proporcionam

⁷ NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Cajuína e cristalina: as transformações espaciais vista pelos cronistas que atuaram nos jornais de Teresina entre 1950 e 1970. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 195-214, 2007.

⁸ Abreviamos o nome *Centro Materno-Infantil Nutricional e Lavanderia*, para uma melhor abordagem textual, evitando a repetição constante, portanto nos referimos a este como Centro Materno, Centro Materno-Infantil ou usando a sigla CMIL.

⁹ Jornal carioca diário e vespertino, fundado em 27 de dezembro de 1949 por Carlos Frederico Werneck de Lacerda. Em 1962, foi adquirido por Hélio Fernandes, seu atual diretor. Deixou de circular em papel em 2 de dezembro de 2008, mantendo, porém, uma edição online. Para mais informações sobre o jornal, conferir em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/tribuna-da-imprensa>. Acesso em: 02 de agosto de 2020.

observar ainda as intenções de suas publicações a respeito das lavadeiras e do Centro Materno em suas reportagens.

Os materiais impressos citados trazem imagens e abordagens materiais que propõem ao historiador diferentes e diversas interpretações a respeito do que é publicado e divulgado, principalmente por conta do número de leitores da época, já que é necessário considerar que as observações e críticas feitas pelos leitores é que impulsionavam as investigações, as denúncias e as informações sobre os conteúdos a serem expostos. Soma-se a isso a visão e os objetivos que o grupo representado pelo periódico desejava mostrar, reconfigurando a intenção das matérias. Por isso mesmo, abordamos as matérias encontradas nos jornais do Rio de Janeiro, nas quais se faz menção ao projeto do Centro Materno-Infantil e Nutricional e sobre as lavadeiras dos rios teresinenses. As fontes permitem observar a atuação dos governantes e os projetos de modernização do Piauí sob outros olhares, e mesmo uma necessidade de publicidade para o Estado, como vamos discutir ao longo do texto.

Dentro desse aspecto, é ainda necessário considerar o importante papel dos jornais quando analisados como fonte, o que requer cuidado ao construir essa narrativa. Segundo Tania Regina de Luca, foi a partir da década de 1970 que foi dada relevância aos jornais e revistas como fontes para o conhecimento histórico. Mais do que se escrever sobre a imprensa, a preocupação passou a ser escrever História por meio da imprensa.¹¹ Nesta pesquisa, o desenvolvimento da narrativa é realizado direta e indiretamente através dos periódicos, entendendo que essa fonte também está sujeita a críticas por tratar do cotidiano de uma cidade que se apoia em jornais publicados diariamente.

É importante para a narrativa da pesquisa que o historiador, ao lidar com os discursos dos jornais, possa considerar os interesses e as relações de poder que mantinham a periodicidade do jornal, e ainda inferir que, assim como outras fontes históricas, a imprensa também está sujeita a críticas e interpretações de acordo com o seu lugar social, reconhecendo aqui o jornal com suas vozes e interpretações passíveis das mais variadas leituras.

Os periódicos que complementam a construção da narrativa estão disponíveis no Arquivo Público do Piauí Casa Anísio Brito e no Arquivo do jornal *O Dia*, e dos jornais

¹⁰ O Cruzeiro foi uma revista semanal ilustrada, criada por Carlos Malheiros Dias, em 1928. Não tendo recursos para pôr em prática seu projeto, Malheiro Dias passou o controle da recém-criada empresa para o jornalista e empresário Assis Chateaubriand, e a revista passou a ser editada pelos Diários Associados. Encerrou suas funções em 1981. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/cruzeiro-o>. Acesso em: 03 de ago. 2020.

¹¹ DE LUCCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSK, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 111-112.

digitalizados pelo NUJOC (Núcleo de Pesquisa em Jornalismo e Comunicação), disponíveis na Universidade Federal do Piauí, e através da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Além disso, esta pesquisa faz uso da metodologia da História Oral¹² e recorre à gravação de entrevistas com caráter histórico e documental, através de personagens e/ou testemunhas de acontecimentos e em determinadas conjunturas. A principal característica desse método é a narrativa histórica. A História Oral privilegia a voz de indivíduos, que são elementos fundamentais para o conhecimento histórico, além de abrir a possibilidade de conhecer, através da memória, indivíduos que antes eram marginalizados,¹³ e que agora podem ser analisados como sujeitos no processo histórico.

Ao trabalhar com a metodologia da História Oral, as entrevistas estão direcionadas para compor uma interpretação do período pesquisado e da sociedade através das lavadeiras que trabalhavam na beira dos rios em Teresina e também aquelas que utilizaram a lavanderia comunitária. Para esta pesquisa, escolhemos abordá-las por meio das entrevistas temáticas,¹⁴ vinculadas ao tema, ou seja, os depoimentos que foram solicitados às mulheres tinham como objetivo discutir, conhecer a atuação, as ideias, experiências e projetos de vidas baseados no envolvimento delas com o trabalho de lavadeira nos rios e a mudança para a lavanderia comunitária.

A escolha de fazer uso de entrevistas e análise de periódicos se baseou no entendimento de que através de tais fontes há uma aproximação mais clara com os sujeitos envolvidos, que possibilita compreender a situação social das lavadeiras de roupas e a forma de inserção da mulher pobre no mercado de trabalho, uma vez que, de acordo com o período escolhido, foi possível ter acesso a entrevistas com mulheres que viveram esse contexto, e os jornais noticiaram fatos ou acontecimentos relativos ao assunto de interesse.

Os documentos oficiais configuram-se como: Mensagens destinadas à Assembleia Legislativa, Censos do IBGE e os Planos de Desenvolvimento Nacional. Estes, ao longo da pesquisa, evidenciam características pertinentes para entendimento da situação econômica e política da cidade, reverberando na construção da narrativa. Quanto as fontes oficiais que tratam especificamente da pesquisa, não conseguimos obter para análise o projeto e execução para o Centro Materno-Infantil, por conta da má conservação dos arquivos e sua indisponibilidade.

¹² ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

¹³ O termo é entendido no que se refere tanto a uma relativa parcela da sociedade que está vivendo na margem da cidade, territorialmente, quanto ao seu poder aquisitivo e simbólico que foge ao padrão imposto pela maior parte da sociedade que vive abastada social, econômica e culturalmente.

¹⁴ ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSK, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 175.

Através da possibilidade de analisar a cidade dentro de suas variantes, entender seus costumes e a sociedade através da leitura dos jornais publicados, é possível explorar e compreender a vida das lavadeiras de Teresina. Para isso, a análise dos jornais proporciona uma visão mais ampla e esclarecedora, dentro de suas perspectivas.

Para discutir os usos da cidade em sua dimensão social, cultural e econômica, recorre-se à produção dos seguintes autores: Francisco Alcides do Nascimento,¹⁵ Cláudia Cristina da Silva Fontineles,¹⁶ Marcelo de Sousa Neto,¹⁷ Maria Izilda dos Santos Matos,¹⁸ Ana Fani Alessandri Carlos,¹⁹ e Michel de Certeau,²⁰ no intuito de entender como a cidade de Teresina, em sua constante movimentação econômica para se enquadrar ao desenvolvimento do país, acionados mais fortemente nos anos de 1950 a 1980, visava o seu crescimento urbano e econômico.

Para discutir sobre a inserção feminina no mercado de trabalho, contribuíram as leituras de Mary Del Priore,²¹ Michele Perrot,²² Pedro Vilarinho Castelo Branco,²³ Elizangela Cardoso Barbosa,²⁴ além de dissertações e artigos que tecem narrativas sobre como as mulheres adentraram e se apropriaram dos espaços urbanos, adaptando-se também ao mundo do trabalho. Essas leituras foram relevantes para compreender como a mulher pobre usou esses espaços, já que a classe econômica restringia os acessos aos mais variados meios de trabalho e de formas educacionais, principalmente pela condição feminina imposta pela sociedade, ainda muito arraigada aos meios interioranos nas divisões de trabalho de acordo com o gênero.

¹⁵ NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A cidade sob fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)*. 2 ed. Teresina: EDUFPI, 2015.; _____. Cajuína e cristalina: as transformações espaciais vista pelos cronistas que atuaram nos jornais de Teresina entre 1950 e 1970. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 195-214, 2007.; _____. Imprensa e imagens: a construção de representações do Piauí e de Teresina através de jornais diários na década de 1970. *Clio-Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, n. 28, p. 96-128, 2010.

¹⁶ FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. *O recinto do elogio e da crítica: maneiras de durar Alberto Silva na memória e na história do Piauí*. Teresina: EDUFPI, 2015.

¹⁷ SOUSA NETO, Marcelo de; FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. *Nasce um bairro, renasce a esperança*. Teresina: EDUFPI, 2017.

¹⁸ MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. São Paulo: EDUSC, 2002.

¹⁹ CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço-tempo da vida cotidiana na metrópole*. São Paulo: Labur Edições, 2017.

²⁰ CERTEAU, 2014.

²¹ DEL PRIORI, Mary. *A mulher na história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989.; _____. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

²² PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

²³ CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Mulheres plurais*. Teresina: EDUFPI, 2013.

²⁴ CARDOSO, Elizangela Barbosa. *Múltiplas e singulares: história e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930-1970)*. Teresina: EDUFPI, 2012.

A discussão acerca da pobreza na qual as mulheres que representavam a maior parcela da sociedade teresinense se inseriam, determinando sua condição social e econômica, foi fundamentada por Antônia Jesuíta de Lima,²⁵ por artigos sobre o tema e dissertações do Programa de Pós-graduação em História do Brasil²⁶ que traçam um perfil da sociedade piauiense nas décadas de 1960 e 1970, revelando os significados de ser pobre e o que constitui um sujeito pobre no Piauí.

Para o uso dos conceitos de memória e ressignificação de memórias, contribuíram as leituras de Pierre Nora²⁷ e Maurice Halbwacks.²⁸ Ao abordarem os lugares de memória, os autores são relevantes para discutir as relações em torno dos espaços usados pelas lavadeiras, que são os rios e as lavanderias, além de sua relação com a atividade, trazida e mantida pela necessidade e pela coletividade do ato passado de geração a geração, tornando-se uma prática comum a todas que compartilham uma mesma coletividade necessária.

A dissertação está organizada em três capítulos. O primeiro, *Usos da cidade: o espaço urbano em reconfiguração*, introduz a leitura sobre a cidade de Teresina, palco das transformações e das investidas femininas em busca de empregos, ou de melhores condições de trabalho, observando como a cidade permitiu essa relação, mediante a constante em que se manifestava cotidianamente através de suas intervenções estruturais que a cidade sofria durante o período.

O segundo capítulo, *Mãos que lavam, vozes que ecoam: a pobreza e o mercado de trabalho informal feminino*, trata sobre a mulher pobre, especificamente a lavadeira de roupa nos rios da cidade. Discute-se a migração e a pouca escolaridade destas mulheres como fatores limitantes à sua inserção no mercado de trabalho informal, além de discutir como a

²⁵ LIMA, Antônia Jesuíta de. *As multifaces da pobreza: forma de vida e representações simbólicas dos pobres urbanos*. Teresina: Halley, 2003.; _____. A pobreza urbana e suas multifaces; experiências e significados. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., Coimbra. *Anais do VII Congresso Luso-Brasileiro de Ciências Sociais: a questão social do novo milênio*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2004.

²⁶ ARAÚJO, Cristina Cunha de. *Trilhas e estradas: a formação dos bairros Fátima e Jockey Clube (1960-1980)*. 2009. 128 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2009.; ARAÚJO, Karlene Sayanne Ferreira. *A cidade indesejada e pulsante: a pobreza, a modernização e memória de uma capital na década de 1970*. 2014. 98 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.; SILVEIRA, Thiago Coelho. *Desvelando os caminhos do Santana: história e memória de um processo de urbanização em Teresina*. 2013. 158 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013.; VIANA, Débora Silva. *Entre o concreto e o etéreo: trabalho e memória dos trabalhadores da construção civil em Teresina na década de 1970*. 2013. 281 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013.; MONTE, Regianny Lima. *A cidade esquecida: (res) sentimentos e representações dos pobres em Teresina na década de 1970*. 2010. 235 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

²⁷ NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.

²⁸ HALBWACKS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003.

sociedade e as administrações teresinenses tratavam essa questão, questionando a condição de pobreza e a abrangência desse conceito para o objeto discutido neste trabalho.

Por fim, o terceiro capítulo “*Do inferno para o céu*”: o Centro Materno-Infantil Nutricional e Lavanderia, analisa o projeto executado pelo governo estadual para realocar as lavadeiras da margem do rio para um espaço mais salubre e confortável, resultando na transferência de algumas mulheres para as lavanderias comunitárias.

Em meio a estas questões brevemente apresentadas, reiteramos que o problema a ser discutido neste trabalho se refere ao modo como as lavadeiras são inseridas no processo de modernização da cidade, por meio da transferência destas da margem do rios para os centros maternos-infantis, indicando-lhes espaços salubres e planejados no intuito de garantir segurança e apoio à lavadeira e à sua família. No entanto, na medida que aprofundamos a discussão, apresentamos que este mesmo projeto não beneficiou de modo integral as lavadeiras de toda a capital por se tratar de um número limitado de centros, como será apresentado e discutido ao longo de todo o trabalho.

Assunto ainda pouco discutido, é possível observar que a História se agrada de novas temáticas, ou mesmo de uma nova visão sobre um tema recorrente, com o uso de outras fontes e abordagens metodológicas. Problematizar a história das mulheres lavadeiras de roupas contribui não somente para a historiografia e para o meio acadêmico, mas também oferece representatividade para as inúmeras e desconhecidas mulheres que construíram uma cidade cheia de peculiaridades com seus modos de viver e de trabalhar.

2 USOS DA CIDADE: O ESPAÇO URBANO TERESINENSE EM RECONFIGURAÇÃO

Neste capítulo, apresentamos questões sobre o cenário histórico e social de Teresina na primeira metade da década de 1970. Interessa-nos compreender como a cidade experimentou novos ares envoltos da modernização pretendida há tantos anos, e experimentada de diversas formas, e de que modo foi possível que as administrações locais desse período investissem em ações para lograr êxito a seu desenvolvimento,¹ considerando o fato de que, para as lavadeiras de roupas nos rios, a percepção de modernização chega através da construção da lavanderia comunitária.

Sendo assim, é necessário situar o leitor no espaço-tempo, destacando o momento que a cidade de Teresina viveu durante o período e, portanto, apontar dados mais gerais acerca da condição que a capital foi conquistando e que foi sua garantia para que houvesse a noção de concretização do progresso. No entanto, também é preciso discutir como e por que a cidade de Teresina obteve um aumento na quantidade de migrantes, e como estes passaram a resistir na cidade, em situações sociais precárias, em meio ao desemprego constante e a falta de apoio das administrações estadual e municipal.

Para viabilizar essas discussões, é realizada revisão bibliográfica acerca de conceitos como: progresso, modernização, ideal de moderno, bem como estudos sobre a capital piauiense dentre suas mais variadas secções, perpassando não somente aspectos sociais, mas também culturais e econômicos para se obter uma análise mais ampla sobre o espaço e as condições de vivências existentes.

Outro ponto a ser destacado neste capítulo é a utilização das fontes, dialogando dentro do recorte, possibilitando atravessar uma análise aberta e simples, capaz de indicar a situação social da cidade. Toda a análise permite compreender como Teresina, atravessada pela ideia do progresso, investiu em ações que garantissem uma imagem de cidade moderna, que abriga

¹ A ideia de modernização foi uma constante no Piauí, e representa uma ideia já difundida no país, ainda no século XIX, quando o significado de ser *moderno* atribuía-se além de novas estruturas físicas em cidades em crescimento, mas também em relação a hábitos, valores e princípios que se formam em uma sociedade. Mesmo experimentando diversas formas, que configuravam-se modernas, a ideia de desenvolvimento atravessa toda a história do país, obtendo uma maior expressividade no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), quando a movimentação econômica desencadeou-se por meio de incentivo fiscais e apoio a projetos estruturais e técnicos de valorização industrial e econômica, fortalecendo em todo o país a ideia de modernização, representada por toda uma estruturação de cidades, de grande e médio porte, como Teresina, capital do Piauí. Essa ideia de desenvolvimento perpassou os governos militares (1964-1985) e atribuiu-lhes as mesmas intenções, tornando o país uma constante movimentação de empresas, capitais e desejos de modernização. Cf.: BRASIL. Decreto-lei n° 5.727, de 4 de novembro de 1971. Dispõe sobre o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1972 a 1974. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, 18 nov. 1971. Seção 1, p. 8969.

condições de um espaço urbano desenvolvido, tais como o investimento que fomentassem a geração de emprego e renda, bem como possibilidades de crescimento econômico da cidade. Outro fator foi que, na medida em que migrantes chegavam na capital e se deparavam com a insuficiente demanda de emprego, diferente da propaganda que se via, assim se buscavam meios de sobreviver. Por isso, a recorrente presença das lavadeiras nos rios, como uma tática encontrada por mulheres pobres na forma de sustento.

2.1 MENINA, MOÇA, MULHER:² TERESINA E SEUS ANSEIOS DE MODERNIZAÇÃO

A ideia de progresso foi uma flecha norteadora para as ações que propunham o crescimento da cidade de Teresina. Trazendo essa ideia desde sua fundação em 1852, ainda no século XIX, quando da mudança de capital, antes localizada em Oeiras para um lugar mais centralizado dentro do próprio estado do Piauí, encontrando na região próxima ao encontro dos dois mais importantes rios do estado, o Poti e o Parnaíba, para destacar-se como capital.

Assim, a capital promove investimentos que configuram uma adaptação a cidades modernas, tendo em sua cota inúmeras transformações estruturais que representavam essa intenção, que seria modernizar-se através de construções significativas e utilitárias para sua população. Dentre esses fatores, nota-se o desejo de uma harmonização dos espaços centrais, higienizando-os, modernizando-os, para garantir um espaço salubre e esteticamente bonito aos moradores e a seus visitantes.

Ao analisar as Mensagens do governo, é possível observar que uma das faces do progresso no Piauí é a transformação estrutural de suas cidades, que, categoricamente, incidem sobre a conjuntura social e econômica. Ou seja, construções, reformas e adaptações, criação de escolas, casas de apoio profissional, prolongamento de avenidas, hospitais, hotéis que investem no turismo, lojas que fomentem o comércio e tudo aquilo que de modo prático auxiliasse o crescimento da cidade e por consequência, facilitasse a vida de seus moradores, é entendido como progresso.³

Além disso, o progresso em Teresina pode ser percebido também como a defasagem ou diminuição da condição de pobreza de seus moradores, ou seja, na medida em que o nível de pobreza diminui, entende-se que o progresso, através da geração de emprego e renda,

² Música feita em homenagem à capital do estado do Piauí, de autoria de Monise Borges, sob o título de Mesopotâmia do sertão. Lançada no álbum *Amor em prelúdio*, Teresina, 2013.

³ NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Cajuína e cristalina: as transformações espaciais vista pelos cronistas que atuaram nos jornais de Teresina entre 1950 e 1970. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 195-214, 2007.

melhoraria a condição social da cidade permitindo o crescimento econômico para a população e fazendo com que houvesse um menor número de pessoas que representasse a situação de pobreza na capital.

Os comentários acerca das ações do governo do Piauí, feitos nos jornais, denotam, por outro lado, a forma como se tentava a todo custo exibir o empenho das administrações ao implementar projetos que viabilizassem a ideia de progresso em Teresina, e, principalmente, que ela pudesse ser sentida de modo mais prático e perceptível ao olhar dos turistas e visitantes. Ao lermos a matéria transcrita do *Jornal Tribuna da Imprensa*, atentamo-nos à associação do progresso com a diminuição da pobreza, principalmente por meio da geração de empregos formais:

Há 15 anos não vou ao Piauí, mas vendo casualmente o programa de Amara Neto [Amaral Netto, o Repórter] sobre as realizações do governo Alberto Silva no Piauí, não sei porque, tudo me deu uma terrível impressão de falsidade, de improvisação, de propaganda que não convence, inclusive na parte referente a assistência governamental as lavadeiras de Teresina hoje confinadas a lavar roupas sem qualquer esperança de melhorias.⁴ *grifo nosso*

Observa-se que, através de propagandas como a descrita pelo jornalista na matéria, se pretendia provocar uma aceitação coletiva às mudanças estruturais que ocorriam e passaram a ocorrer mais constantemente durante a década de 1970, pois o investimento realizado pelos governadores deste período garantiram uma mudança significativa na estrutura física da cidade, como por exemplo, a construção de avenidas e estradas ligando a capital ao interior. Para tanto, o investimento também se mostrou necessário em propagandas sobre a imagem de um estado próspero, diferente da imagem que até então era exibida de um estado pobre e sem atrativos.

Por isso é que vendo a pobreza da propaganda apresentada pelo governador Alberto Silva na televisão, inclusive o Palácio de Karnak iluminado e reformado com jardins feitos por Burle Marx, é que fico a pensar como tem gente que pensa que promover o progresso do estado é promover obras de fachada. O que o Piauí precisa é de trabalho, assistência médico-hospitalar, escolas, principalmente escolas, instalação de um parque industrial avançado, pois de nada adianta estar a garantir trabalho para 5.000 piauienses enquanto os restantes ficam a morrer à míngua por não terem ocupação definida, nem assistência governamental.⁵

Por isso, neste outro trecho da mesma matéria, José Costa⁶, o autor da matéria, observa que a propaganda é incisiva, mas que “deu uma terrível impressão de falsidade, de

⁴ O PIAUÍ existe – mas não para isso. *Jornal Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, s/n, p. 4, 12 fev. 1973.

⁵ O PIAUÍ existe – mas não para isso. *Jornal Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, s/n, p. 4, 12 fev. 1973.

⁶ Não obtivemos resultados com informações sobre o perfil do jornalista.

improvisação, de propaganda que não convence”, pois, apesar de todo o investimento, inclusive em propagandas para divulgar o crescimento do estado, ainda era comum a pobreza que estigmatizou o estado do Piauí, por não buscar fomentar o crescimento econômico de modo contínuo e necessário, inclusive mencionando a obra que prestara assistência as lavadeiras. É preciso mencionarmos que o jornal, desde 1962, quando foi vendido à Hélio Fernandes⁷, manteve-se contrário à situação política para tecer duras críticas as ações realizadas pelos governos militares e, conseqüentemente, aos estados e prefeituras quando necessário.

Mesmo com críticas como essas relacionadas a imagem de progresso e uma propaganda com caráter nacionalista que aparentemente não convenceu uma boa parcela dos jornalistas, como foi o caso da matéria citada, as mudanças suscitadas pela prefeitura de Teresina e pelo governo do Estado não poderiam ser apenas em suas estruturas físicas, era necessário moldar, ou mesmo construir a autoestima dos seus moradores e de certo modo uma paixão pelo habitar a cidade com suas novas estéticas, paisagens, seus novos hábitos, diferentes do de outrora.

À frente da prefeitura de Teresina, Joel da Silva Ribeiro⁸ implementou reformas em praças, limpeza de ruas e avenidas, nos mercados da cidade, principalmente o Mercado São José, mais conhecido como Mercado Velho⁹. Adiante, é preciso entender que o intuito da prefeitura ia além de reformas estruturais, como a melhoria de um cotidiano já presente ali, pois buscava enquadrar as pessoas que trabalhavam no local a seguirem novos padrões, dentro da perspectiva higiênica ou mesmo aliando-se a nova estética que se manifestava, impondo-as está orientação, uma vez que deste espaço elas necessitavam para realizar suas atividades econômicas.

A exemplo do Mercado Velho e sua reforma durante esse período, Karlene Sayanne revela que “os jornais traziam sempre a imagem de mercados sujos, lugares que fediam”,¹⁰ e

⁷ Jornal carioca diário e vespertino, fundado em 27 de dezembro de 1949 por Carlos Frederico Werneck de Lacerda. Em 1962, foi adquirido por Hélio Fernandes, seu atual diretor. Deixou de circular em papel em 2 de dezembro de 2008, mantendo, porém, uma edição online. Para mais informações sobre o jornal, conferir em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/tribuna-da-imprensa>. Acesso em: 02 de agosto de 2020.

⁸ Joel da Silva Ribeiro: militar e político. Fez curso superior de Engenharia na Academia Militar (1951). Cursou Engenharia Civil e Militar no Instituto Militar de Engenharia (1962), na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (1964) e Pós-graduação de Engenharia Rodoviária na Escola Nacional de Engenharia. Atingiu o posto de major do Exército (1966). Em 1971 foi transferido para a reserva, oportunidade que, por decisão do governo, foi nomeado prefeito de Teresina (1971-1975).

⁹ ARAÚJO, Karlene Sayanne Ferreira. *A cidade indesejada e pulsante: a pobreza, a modernização e memória de uma capital na década de 1970*. 2014. 98 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014. p. 89.

¹⁰ ARAÚJO, 2014. p. 89.

que o “recebimento, a estocagem e comercialização dos produtos aconteciam de maneiras indevidas, ou fora do padrão ditado pelas elites sociais, econômicas, intelectuais e políticas locais”.¹¹ Dessa forma, compreende-se a necessidade de impor um novo padrão higiênico e estético para os trabalhadores do local através da reforma que foi realizada, na intenção de enquadrá-los a um ambiente limpo e adequado para melhorar não só as relações que lá existiam, mas deixar o ambiente dentro do ideal desejado pelo progresso que se incitava.

Junto dessa característica e não tão distante ocorria a mesma reclamação/crítica em relação às lavadeiras e a sua qualidade higiênica, que era posta em dúvida, pois, segundo o que consta na reportagem *Parnaíba: o rio da sujeira e da vida*¹² do jornal *O Dia* publicada em 1974, foram denunciados os maus hábitos das lavadeiras e dos “vendedores de tudo” porque acarretavam sujeira e causavam a defasagem estrutural do cais e do rio Parnaíba por conta da proximidade destes com o mercado. Como destacava o periódico:

O cais hoje é de cimento, mas por falta de recuperação, está quase todo estragado, sujo, com suas escadarias cobertas de excrementos e servindo apenas para as lavadeiras e ‘vendedores de tudo’. [...] Para lá é que estão se dirigindo os vendedores de frutas e comidas refugados do mercado pela Prefeitura. Em consequência desse acúmulo de várias atividades de subsistência o rio Parnaíba está cada mais vez mais sujo, pois das lavadeiras recebe todos os germes provenientes das roupas sujas, dos vendedores de frutas recebe todos os excedentes comidos no local ou apodrecidos por falta de compradores; as mulheres jogam na água restos de comida velha, e lavam os pratos. Tudo isso sem contar os que fazem habitualmente suas necessidades fisiológicas na escadaria do cais.¹³

A matéria, construída sob um discurso médico-higienista lançados sobre esses atores sociais, expressa uma crítica às práticas realizadas no mercado e em suas adjacências, como o cais e o rio Parnaíba. Ao apontar as condições precárias e anti-higiênicas, mostra que são situações que precisam ser rebatidas e evitadas, pois prejudicam não somente os rios, o cais ou o mercado, mas a saúde das pessoas que vivem e trabalham nesses locais, além da imagem de descuido e descaso que a situação apresenta para a cidade.

É importante perceber que a ideia defendida pelos administradores do período, representada também na reportagem do jornal, via nessas transformações espaciais da cidade de Teresina, por meio dos avanços da urbanização, a oportunidade de promover a aproximação de qualidade em relação aos elementos que constituíam uma cidade moderna, como já estava acontecendo em outras capitais do país.

¹¹ ARAÚJO, 2014, p. 89.

¹² PARNAÍBA, o rio da sujeira e da vida. *O Dia*, Teresina, ano 23, n. 4.025, p. 2, 5 out. 1974.

¹³ PARNAÍBA, o rio da sujeira e da vida. *O Dia*, Teresina, ano 23, n. 4.025, p. 2, 5 out. 1974.

Teresina estava à frente com o privilégio dessas ações intervencionistas em sua estrutura física e social e, por consequência, econômica, por meio do melhoramento de mercados, atraindo comerciantes, empresários e compradores. Paralelamente a esse propósito, convém entender que o conceito de progresso no Piauí perpassa “não só os avanços técnicos e as reformas arquitetônicas, mas o desejo de aproximação de Teresina aos modelos de urbanização das principais capitais do País”.¹⁴

A imagem de uma cidade moderna era compartilhada dentro dos projetos e ações dos governos local e estadual. A ideia de modernização discutida nesta narrativa é trabalhada por Marshall Berman¹⁵, ao defender que modernidade é, assim como a vida em sociedade, perpassada por transformações, construções, simbolismos e ações que ora divergem, ora convergem, fazendo com que se sintam e se percebam modernos, ou seja, pertencentes ao processo na qual estão inseridos, sendo agentes dele na construção diária de fazer uma cidade melhor, uma cidade em grande potência, associando a noção de progresso trazida pelas fontes pesquisadas.

Assim, na primeira metade do século XX a capital passava a se adequar aos tempos modernos, começando a trazer símbolos que indicavam que a pretendida modernidade enfim abria espaço na pequena província. Além da introdução do cinema, revolucionário nas sociabilidades, destacam-se o uso de automóveis e outros aspectos que reconfiguram as vivências e experiências de uma sociedade que acolhe os símbolos dessa modernização.¹⁶

Com o decorrer dos anos, em meados de 1950, dentre os símbolos que surgiram destaca-se a extensão da rede de energia elétrica com a CEPISA (Central Elétrica do Piauí S.A.), o melhoramento do abastecimento de água e esgotos sanitários com a AGESPISA (Águas e Esgotos do Piauí S.A.), a instalação da TELEPISA (Telecomunicações do Piauí S.A), com linhas de telefonia em todo o Estado para melhor comunicação entre as outras capitais, a ampliação de estradas, ruas e avenidas e seus melhoramentos.¹⁷ Dessa forma, é possível perceber nesses exemplos a ideia de modernização, encontrando na capital Teresina o sentido que suas administrações buscavam com o progresso, ou seja, criação e construção de possibilidades, e de equipamentos que pudessem facilitar a vida de seus habitantes, portanto,

¹⁴ FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. *O recinto do elogio e da crítica: maneiras de durar* Alberto Silva na memória e na história do Piauí. Teresina: EDUFPI, 2015. p. 208.

¹⁵ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

¹⁶ QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e as tiranias do tempo*. Teresina: EDUFPI, 1998.

¹⁷ O historiador Francisco Alcides do Nascimento esclarece que a intenção de se criar essas empresas era decorrente de uma massiva modernização da estrutura administrativa do estado, em que o objetivo seria promover o desenvolvimento mais moderadamente nos âmbitos sociais, econômicos e políticos. Cf.: NASCIMENTO, 2007, p. 203.

trazendo uma qualidade que a modernidade demonstrava. Pois como afirma Cláudia Fontineles:

A modernidade, portanto, além de ser uma manifestação histórica, que está circunscrita a um tempo histórico, que elege prioridades e valores, estabelecendo distinções entre o antes e o depois com os olhos no porvir, também é uma forma de lidar com o tempo e de se inserir nesse tempo. Assim, cada época elege sua modernidade e luta por conquistá-la e por refigurá-la conforme seus anseios e necessidades, mas também mediante suas possibilidades.¹⁸

Ao mencionar os conceitos de moderno, modernidade e modernização, entende-se que a relação entre eles se configura dentro do mesmo sentido no que se refere ao que é pensado em relação ao progresso vivido em Teresina. Assim, tais conceitos usados dizem respeito a uma condição encontrada na cidade, que não se restringiu apenas a construções simbólicas, mas a toda uma geração de crescimento que caracterizou o desenvolvimento da capital, e que representa o que historiadores discutem acerca do progresso em termos mais gerais.¹⁹

A ideia de modernização também está associada à questão da introdução de características sanitárias visando o bem-estar da população que vive em cidades. Para Rubens de Camargo Correa Adorno,²⁰ quando se fala sobre saúde e cidade, se fala também em cidade moderna, pois é através dessa interação que nascem as políticas públicas de combate à insalubridade e ao desconforto a que muitas populações se submetem.

Essa questão propõe a reflexão sobre a segregação que as cidades em crescimento provocam à parcela da sociedade mais pobre, evidenciando o que o autor configura nessa relação. Dentro desse aspecto, encontra-se a conexão mais direta com as lavadeiras de roupas, por fazerem parte de um grupo social marginalizado²¹ que vivenciava mais fortemente essas ações sanitárias, uma vez que seus trabalhos eram realizados na margem de rios, córregos e chafarizes, que são locais pouco confortáveis e adequados para o desempenho dessa função.

Esse fator foi também característico na cidade de Teresina, em sua constante busca pelo moderno e seu derivado progresso. O afastamento de populações pobres e marginais para áreas mais distantes da cidade acabou por gerar a necessidade dessa modernização se adequar

¹⁸ FONTINELES, 2015, p. 214.

¹⁹ Para mais informações acerca da modernidade no Piauí e suas formas simbólicas de surgir e se definir, cf.: NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A cidade sob fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)*. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 2015.; QUEIROZ, 1998.

²⁰ ADORNO, Rubens de Camargo Correa. A cidade como construção moderna: um ensaio a respeito de sua relação com a saúde e as “qualidades de vida”. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 17-30, 1999.

²¹ O termo é entendido como referente a uma relativa parcela da sociedade, que vive à margem da cidade, seja territorialmente, seja quanto ao seu poder aquisitivo e simbólico que foge ao padrão imposto pela maior parte da sociedade que vive abastada social, econômica e culturalmente.

ao projeto de moderno da cidade, pois os seus moradores, mesmo não estando centralizados nesse processo, tornaram-se seus geradores por conviverem na mesma sociedade.

Desde a transferência da capital do Piauí de Oeiras para a planejada Teresina, o signo do moderno estava ao seu lado, colocando-se à disposição de seu desenvolvimento,²² evidenciando a sua intenção de romper com as características que lhe associam ao velho, ao que está em desuso, e não mais poderia ser considerado útil por razão dos novos tempos e das novas necessidades. De fato, essa intenção é considerada pela capital. No entanto, é na medida em que a cidade envelhece que as novas práticas derivadas do moderno surgem e se adaptam ao seu crescimento.

No intervalo de tempo entre as décadas de 1950 ao final de 1980, mesmo sendo momentos e conjunturas políticas diferentes, é possível observar que a capital presenciou a modernização de modo mais concreto, tomando ares de cidade em desenvolvimento, representada através da imagem que a cidade começou a mostrar, não se referindo apenas a estruturas físicas, mas transformações nos hábitos, na cultura local, nas sociabilidades, entre outros fatores característicos de um passado não tão distante a que os habitantes estavam acostumados.²³ Hábitos que somente são encerrados, por hora, em áreas mais centrais da cidade, pois as áreas às margens mantinham costumes e culturas consideradas “velhas” sob esse olhar moderno que busca moldar as práticas do cotidiano da cidade.

A contradição, que existe entre um espaço em função de necessidades econômicas e sociais, se sobrepõe às condições do mundo moderno²⁴, isso porque, na medida que a modernidade caracteriza o espaço, determinando-o através de fatores que o limitam, podendo excluir ou mesmo segregar outras funções que podem lhes ser necessárias, tal é a prática de lavar roupas em rios discutida nessa pesquisa. Em relação a essa questão, Ana Fani Alessandri Carlos completa que o modo de vida na cidade tende a se apresentar invadido por um sistema regulador em todos os níveis, sistema esse não apenas simbólico, que formaliza as relações sociais, tornando-as abstratas.²⁵

Nesse aspecto, compreende-se que para as mulheres pobres, especificamente para as lavadeiras, a modernização em Teresina é carregada com essas características descritas por Carlos, considerando que essa relação tende a fragmentar a consciência urbana na medida em

²² NASCIMENTO, Francisco Alcides do. O olhar do outro sobre os pobres urbanos de Teresina na década de 1970. In: X ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 10., Recife. *Anais do X Encontro Nacional de História Oral Testemunhos: História e Política*. Recife: UFPE, 2010. p. 1.

²³ NASCIMENTO, 2015, p. 124.; NASCIMENTO, 2007.

²⁴ CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço-tempo da vida cotidiana na metrópole*. São Paulo: Labur Edições, 2017. p. 14.

²⁵ CARLOS, 2017. p. 14.

que o habitar a metrópole apresenta um sentido múltiplo. Isso acontece em função do processo que provoca mudanças nos hábitos e comportamentos. Essa relação acaba por redefinir ou reduzir as formas de apropriação do espaço.²⁶

Interessa entender esse fator como redefinição de espaços, uma vez que, através do viés moderno e desenvolvimentista²⁷ a cidade passa a oferecer novos meios de vida, novos hábitos, novas configurações em trabalhos já usuais, como é o caso das lavadeiras, por meio da construção de lavanderias e de sua transferência da margem dos rios para um outro espaço adequado, organizado e salubre.

Ainda considerando a discussão sobre o progresso da cidade, é importante esclarecer que ele se amplifica através das ações de modernização incentivadas durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985) por meio do incentivo fiscal, com empréstimo aos estados para construções e reformas em seus aspectos estruturais. Ações como essas favoreceram o crescimento populacional nas grandes cidades, como em Teresina, e possibilitaram o crescente aumento de empregos e da renda da população.

Segundo Fontineles, no Nordeste o incentivo fiscal ganhou força por meio da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), que angariou ações direcionadas ao Nordeste, naquele momento região do país menos desenvolvida, e que, aos olhos dos militares-presidentes, necessariamente deveria haver mais investimentos estruturais. No Piauí, Alberto Tavares Silva (1971-1975) captou bem essa mensagem, e aproveitou o *boom* econômico que o país vivia para traçar o estado rumo ao progresso.²⁸ Com o intuito de apresentar o Piauí para o Brasil, na intenção de sair da linha do esquecimento provocada pela extrema pobreza que se fazia presente no estado, o governador, através de sua administração, mobilizou meios estruturais que garantiriam a sua inserção na ideia da grande potência.

A ideia que se faz do progresso era muito difundida por meio dos jornais que veiculavam pela cidade, que divulgavam fatos e notícias que informavam sobre os anseios, os projetos e as conquistas que a cidade tomava para si. Entre elas, havia a ideia de difundir, através de matérias, as novidades que se produziam no Piauí, bem como a noção de que o estado existia, no sentido de mostrar-se enquanto unidade de potência, dentro de um país em crescimento, no qual o progresso mostrou essa nova configuração. Em reportagem de o *Jornal do Piauí*, datada do ano de 1971, acerca das novas estruturas telefônicas existentes na capital,

²⁶ CARLOS, 2017, p. 15.

²⁷ Cf.: FRANCO, Jônatas Lincoln Rocha. O Piauí na rota do desenvolvimento. In: DOS SANTOS, Raimundo Nonato Lima (Org.). *Cidades brasileiras*. Teresina: EDUFPI, 2019.

²⁸ FONTINELES, 2015, p. 175.

ficou explícita a necessidade de mostrar que o estado estava disposto a se exibir, e contava com características modernas para isso:

Com êxito conquistado pela TELEPISA, ao fazer a ligação telefônica de Teresina com o Mundo, chega-se à certeza de que na realidade o Piauí existe. E existe de maneira muito animadora, pois revela que caminhamos passo a passo para a conquista de uma posição de relevo na vida nacional. E aí está a prova provada. Estamos desde quinta-feira conversando com o país inteiro, onde há comunicações, e ainda com países do Universo. Portugal e América do Norte já foram atingidos pelo raio de ação da Telepisa, o que para todos nós é motivo de alta significação e a demonstração iniludível de que os atuais dirigentes da telefonia do Piauí, Drs. Edwaldo de Carvalho Almeida e Geraldo Fortes Freitas, estão na verdade dando rumo à empresa que com tanta correção dirigem. Com a ligação agora concluída, não temos dúvida de que podemos afirmar: O progresso está mostrando que o Piauí existe.²⁹

Ao observar essa matéria, é possível entender que, através de investimentos, como no setor das comunicações por meio da TELEPISA, o estado engrandeceria seu aspecto moderno e se enquadraria como desenvolvido e em constante crescimento, exatamente a ideia de potência que se buscava naquele momento, na medida em que sanava questões como a falta de comunicação e visibilidade diante das outras capitais do país.

Lendo a matéria citada, notamos que havia a ideia de que apagaria a velha imagem que se tinha de um Piauí pobre e distante, passando a colocá-lo cada vez mais no rol das capitais modernas e desejadas pelos turistas, e orgulho para seus moradores, representado na matéria através do êxito da ligação de linhas telefônicas partindo de Teresina. A luz de ações como essas, entende-se que o desejo do progresso passou de fato a se concretizar, e assim provocou mudanças positivas, trazendo inovações para o futuro do qual tanto se tinha anseio.

A ideia de um estado atrasado estaria a todo o momento em combate com as ações modernas que estavam sendo produzidas. Para que essas ações fossem sentidas mais rapidamente e de modo mais concreto, pode-se notar que foram concentradas na capital, por ser a porta de entrada do estado, e a cada dia buscava progredir ao desenvolvimento projetado pelos seus administradores.³⁰

Em reportagem comemorativa dos 119 anos da capital Teresina, o editorial escrito para o ano de 1971 do jornal *O Estado* comenta sobre os novos horizontes que o progresso manifestava na cidade, e que se refletia no resto do estado.

Teresina é a locomotiva, a cabeça pensante, e por isso merece todo o carinho, todo o interesse, os maiores recursos a fim de que venha a ser, em poucos anos, uma cidade bela, moderna e por todos elogiada e decantada.

²⁹ O PIAUÍ existe. *Jornal do Piauí*, Teresina, v. 20, n. 3.260, p. 1, 13 fev. 1971 *apud* ARAÚJO, 2014, p. 32.

³⁰ TERESINA, 119 anos depois. *O Estado*, Teresina, s/n., p. 5, 18 ago. 1971.

Daqui o progresso extrapolará para as demais comunas que compõem o corpo estadual. Sem abandonar os mais modestos municípios, vamos colocar Teresina no seu devido lugar, como sede do governo e cidade em explosão demográfica.³¹

Por ser a “locomotiva” e ter para si os maiores recursos destinados pelo poder estadual, a capital se abastece de mais obras e mais oportunidades, o que, conseqüentemente, provoca um acréscimo em sua população, que, através desses investimentos, busca empregos e uma melhoria de vida. Seguindo essa ideia de que o progresso teria seu pontapé inicial por Teresina, a matéria publicada no jornal *O Dia* evidencia, através de suas notícias, as ações, baseadas em construções e reformas, entre outras, para uma nova configuração que materializava a ideia de modernidade por meio do progresso:

A Secretaria de Obras Públicas, pelos altos encargos que assumiu no programa de trabalho do Governo, está situada na liderança de execução dos projetos de montagem da infraestrutura do Estado e encampa: desde que foi acionada a máquina governativa as 112 frentes de serviço que se distribuem em diferentes pontos, forjando um mercado de mão de obra, que ao fim deste 1971 apresenta um largo saldo para o desenvolvimento do Piauí.³²

A matéria, ao tratar de um balanço acerca dos projetos elaborados e executados pela Secretaria de Obras Públicas, demonstra que através dessas ações a capital se encontrava num salto de desenvolvimento, e assim, observa-se que Teresina ganha construções e reconfigurações em suas bases estruturais, ansiando pelo progresso. Assim, reconfigurava também a vida de seus moradores, seja pelo lado positivo, seja de forma negativa. Observando que, na medida em que ações como essas cresciam e se estendiam pelo estado, se intensificava também a pobreza e a má estruturação da cidade, pois a migração também estava com índices cada vez mais altos, atraindo as pessoas do interior exatamente pelas possibilidades e oportunidades que a cidade que estava a crescer pode propiciar.

A nova configuração encontrada nesse momento não se encaixava com o perfil da população que crescia. Os números de habitantes tendiam a aumentar, tanto que, segundo os dados do IBGE³³, em 1970 a população de Teresina correspondia a 220.487 habitantes, ao passo que, no início da década de 1980, esse número crescia para 377.771 habitantes, registrando um aumento percentual de aproximadamente 71%, ou seja, mais que dobrou seu número de habitantes. A população feminina correspondia em 1980 a 53,2%, a maioria da

³¹ TERESINA, 119 anos depois. *O Estado*, Teresina, s/n., p. 5, 18 ago. 1971.

³² SECRETARIA DE OBRAS comanda operação progresso no Piauí. *O Dia*, Teresina, s/n., p. 3, 1/2/3 jan. 1972.

³³ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *População e demografia: características gerais da população (1970-2010)*. Disponível em: <https://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=CD77>. Acesso em: 16 nov. 2018.

população, acrescida a isso o número considerável de migrantes que fizeram moradas na capital.

Mas a grande questão é que, para o crescente percentual feminino que surgia, diminuía as ofertas de empregos, visto que a situação social, econômica e, principalmente, educacional, não correspondia aos desejos do novo mercado de trabalho que se apresentava na cidade. Esse foi o motivo para que a grande maioria das mulheres pobres ampliasse seus afazeres domésticos, levando costumes como o de lavar roupas nos rios para sua manutenção básica da renda, equivalendo a um emprego semiformal, porque a população pagante usufruía da atividade, mas não a regulamentava ou buscava oferecer melhores condições do trabalho, através de melhores equipamentos, ou meios físicos para as lavagens, como pias, água encanada ou produtos.

É importante inserir essa discussão, porque as ações governamentais incluíam o indivíduo como agente social capacitado para levar o Piauí ao nível de desenvolvimento desejável. Segundo a presidente do SERSE, Florisa Silva, não se buscava apenas inserir medidas paliativas de serviços e apoios, mas projetos que garantissem a reintegração de pessoas desempregadas e sem oportunidades em empregos fixos³⁴. Sendo assim, era pertinente que as administrações viabilizassem medidas por meio de projetos como foi a construção do Centro Materno-Infantil Nutricional e Lavanderia, no intuito de mostrar que os piauienses tinham em si a força de trabalho que os levaria ao êxito do progresso, e pensar nas mulheres e oferecer assistência para seus filhos também incentivava tal questão.

O Centro Materno-Infantil Nutricional e Lavanderia foi uma das obras executadas durante o governo de Alberto Silva com o intuito de oferecer “amparo e assistência integral da infância e juventude de 0 a 18 anos e à melhoria dos padrões de trabalho e salário da lavadeira das margens do rio Poti”, como consta a descrição deste na mensagem oficial à Assembleia de 1972³⁵. O Centro abrigou a lavadeira e sua família, oferecendo um espaço adequado e confortável, além de garantir os cuidados médicos e educacionais para as crianças.

O primeiro Centro Materno foi inaugurado em 1972, no bairro Ilhotas, com o atendimento a um público de 379 pessoas.³⁶ Em relação à segunda lavanderia, dentro do projeto de Centro Materno-Infantil, não foram encontradas matérias ou documentos. No

³⁴ NOVO SERSE não dá esmola: integra o homem na sociedade. *O Estado*, Teresina, s/n., p. 4, 03 abr. 1972.

³⁵ PIAUÍ. *Mensagem do Governador Alberto Tavares Silva encaminhada à Assembleia Legislativa em 1973*. Teresina, mar. 1973. p. 54.

³⁶ PIAUÍ, 1973, p. 54.

entanto, por meio de entrevistas com as lavadeiras, deduziu-se que a inauguração ocorreu em 1973.³⁷

Ainda durante a administração de Alberto Silva, até o ano de 1975, o médico Dirceu Mendes Arcoverde³⁸ estava à frente da Secretaria de Saúde do Estado, organizando ações intervencionistas e apoiando projetos viabilizados pelo governador. Após ser eleito governador do estado em 1975, Dirceu Arcoverde deu continuidade ao trabalho que Alberto Silva havia iniciado, no que se refere a manutenção técnica dos Centros Maternos, como água e energia. No entanto, em seu mandato, obteve mais destaque quanto aos projetos habitacionais que se desenvolviam, como o Conjunto Itararé, a Maternidade, e os Centros Sociais Urbanos – CSUs, que, gradativamente ocuparam as funções dos Centros Maternos.

Em relação a isso, o deputado Waldemar Macedo fez uma análise sobre as realizações de Dirceu Arcoverde, ao passo que este se direcionava às eleições do Senado em 1978, que esboça em carta as seguintes ações em prol do desenvolvimento do estado no que diz respeito às construções habitacionais na capital:

912 unidades no Conjunto Bela Vista; 500 unidades ampliando o Parque Piauí; 66 unidades no conjunto São Pedro (1); 109 unidades no Conjunto São Pedro (2); 80 unidades no Conjunto União; 100 unidades no Conjunto Primavera; 3.004 unidades no Conjunto Itararé; 2.034 unidades no Conjunto Sacy.³⁹

Os dados acima demonstram que foram de suma importância as ações implementadas por Dirceu Arcoverde, enquanto governador do estado, em termos estruturais, buscando levar para a capital o mínimo de dignidade quanto a moradias adequadas, e ampliando o número de residências, além da construção dos Centros Sociais Urbanos (CSU), aproveitando o projeto federal que possibilitou a liberação de crédito para a efetivação dessa ação.⁴⁰ Essas construções foram realizadas em seu curto período de governo, e se destacam nos jornais e literaturas afins como suas ações fundamentais para o crescimento do Estado⁴¹.

No entanto, o que tomou como meta de seu plano de governo foi a Promoção Social, como descrito na mensagem à Assembleia de 1975: “o processo de desenvolvimento

³⁷ DOS SANTOS, Maria de Lourdes Gleide. *Entrevista concedida à Yasmim Escórcio*. Teresina, 2019.

³⁸ Dirceu Mendes Arcoverde: médico, professor e político. Governador do Piauí, eleito por votação indireta pela Assembleia Legislativa em outubro de 1974 para o período de 15 de março de 1975 a 14 de agosto de 1977. Em agosto de 1978 renunciou às funções de governador do estado a fim de concorrer ao Senado Federal. Foi substituído pelo vice-governador Djalma Martins Veloso. Faleceu em pleno exercício do seu mandato de senador, no dia 16 de março de 1979. Cf.: GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário Enciclopédico Piauiense Ilustrado*. Teresina: APL, 2003.

³⁹ SANTOS, José Lopes dos. *Dirceu Arcoverde: missão cumprida*. Brasília: Senado Federal Gráfica, 1982. p. 52.

⁴⁰ Cf.: BORBA, Sheila Villanova. A produção de equipamentos urbanos como alternativa de política social: o Programa Nacional de Centro Sociais Urbanos. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 12, ano 2, p. 403-421, 1991.

⁴¹ SANTOS, José Lopes dos. *Dirceu Arcoverde: missão cumprida*. Brasília: Senado Federal Gráfica, 1982.

econômico pressupõe, dentre outros aspectos, a formação de recursos humanos”.⁴² Sendo assim, foi necessário identificar os problemas que mais afligiam a população naquele período, pois como Dirceu Arcoverde afirmou:

[...] O quadro que se me apresentou mostrava uma situação nada favorável onde sobressaía a baixa renda *per capita* e familiar: o subemprego e o desemprego; as escassas frentes de absorção de mão de obra, e vários outros pontos de estrangulamento. Urgia, por conseguinte, uma tomada de posição, que viesse minimizar tais problemas.⁴³

Para a realização dessas ações, foi necessário criar a Secretaria de Trabalho e Promoção Social (STPS), com o intuito de prestar assistência na construção de moradia, mão de obra, e oferecer lazer público, entre outros aspectos.⁴⁴ Portanto, provia, por meio disso, o desenvolvimento de recursos humanos, com capacidade física e social aproveitadas para o melhoramento de aspectos econômicos no estado, e, assim, garantir um aumento percentual da renda do piauiense por meio de uma abertura e ampliação nas possibilidades de empregos.

Na mensagem de governo para o ano de 1975, o texto registra que um de seus objetivos também correspondia a oferecer assistência às crianças necessitadas. Essa assistência se deu, inicialmente, através do Centro Materno-Infantil Nutricional e Lavanderia (CMIL) já existente no estado, que, de acordo com a mensagem, três já teriam sido construídos; dois em Teresina e um em Parnaíba. Informa ainda que o auxílio a que se refere o texto iria além da sala de aula, seria também médico-odontológico.⁴⁵

No entanto, em sua criação, estes benefícios (médico-odontológico) já faziam parte de sua estrutura. O CMIL era diretamente relacionado às lavadeiras e seus filhos, pois elas, ao saírem para trabalhar não poderiam deixar suas crianças em casa, e a oferta de creche ainda era pouco convencional se comparada à necessidade naquele período. A solução desenvolvida foi oferecer uma creche junto à lavanderia, inclusive no mesmo prédio.⁴⁶ Ou seja, as ações partidas por Dirceu não podem ser configuradas como inovações, como se pretende registrar na mensagem, por já se caracterizar como benefício garantido desde sua fundamentação enquanto projeto, e até mesmo durante seus três anos de existência até então.

No entanto, no governo de Dirceu Arcoverde os Centros Materno-Infantis ressaltam o trabalho em favor do menor abandonado, prestando-lhes amparo sócio educacional, e o

⁴² PIAUÍ. *Mensagem do Governador Dirceu Mendes Arcoverde encaminhada à Assembleia Legislativa em 1975*. Teresina, 1975. p. 17.

⁴³ PIAUÍ, 1975, p. 18.

⁴⁴ PIAUÍ, 1975, p. 18.

⁴⁵ PIAUÍ, 1975, p. 18.

⁴⁶ PIAUÍ, 1973, p. 54.

projeto original, que dedicava exclusividade à lavadeira, voltava a ser desvinculada de sua real intenção, em termos assistenciais, já que a maior obra existente até aquele momento direcionada para tal necessidade havia sido a criação do Centro Materno-Infantil Nutricional e Lavanderia.⁴⁷

Em relação às lavadeiras de roupas, através de nossas entrevistas, é possível perceber uma atitude peculiar de seu lado um tanto quanto pouco sociável em relação às mulheres que trabalhavam no CMIL. Diferentemente de Alberto Silva, que despontou com o projeto da lavanderia comunitária, e segundo relatos das lavadeiras, e com base também nos jornais da época, mantinha uma proximidade com as lavadeiras que foram encaminhadas para o Centro Materno, o governador Dirceu Arcoverde se mantinha mais afastado do Centro, mantendo pouco ou quase nenhum vínculo.

Segundo Cláudia Fontineles, o cenário político durante a década de 1970 e 1980 no Piauí registra uma relação não tão consensual e harmoniosa, revelando inclusive, muitas disputas e tensões protagonizadas dentro do ARENA⁴⁸. Partindo dessas disputas, o então governo de Dirceu Mendes Arcoverde, e sua equipe política, tinha a pretensão de minimizar a importância das ações do ex-governador Alberto Silva, atribuindo a estas como sendo intervenções do governo federal⁴⁹. O que se entende a partir de tal intenção é uma necessidade de apagar os rastros deixados por Alberto, que, por ser engrandecido em jornais, pela população e sua memória, presumiu-se ofuscar o mandato de Dirceu Arcoverde. Essa mesma característica foi verificada nos mandatos posteriores até 1987, quando Alberto Silva inicia seu segundo governo, no entanto a percepção de disputa e apagamento é mais apresentada durante o governo de Dirceu Arcoverde.

Essa questão tem relevância em ser apresentada e discutida, pois com os relatos das lavadeiras entrevistadas é possível perceber que a extensão das disputas ia além do apoio técnico aos Centros Maternos e as lavadeiras, manifestava-se também na presença política que não era demonstrada pelo então governador Dirceu Arcoverde. Isso fica mais destacado na fala da lavadeira Adalgiza Dorneles de Oliveira Souza,⁵⁰ 73 anos, que, ao ser questionada sobre o apoio que as lavadeiras recebiam do governo, relata o seguinte:

⁴⁷ PIAUÍ, 1975. p. 18.

⁴⁸ Partido político brasileiro criado em 1965, que dava sustentação aos governos militares. No Piauí, este se dividia em ARENA I e ARENA II, e integravam Alberto Tavares Silva e Dirceu Mendes Arcoverde. Cf.: FONTINELES, 2015, p. 45.

⁴⁹ FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. Além da harmonia pretendida: as tensões políticas no cenário piauiense da década de 1970. In: XII ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 12., Teresina. *Anais do XII Encontro Nacional de História Oral: Política, ética e conhecimento*. Teresina: UFPI, 2014.

⁵⁰ Adalgiza Dorneles de Oliveira Souza é natural de Campo Maior (PI). Casou-se aos 12 anos e teve 11 filhos. Mudou-se para Teresina ainda adolescente. Estudou até o primário, e trabalhava como lavadeira no rio Poti,

Eu gostei muito de lá também. Depois que entrou o outro governador, que foi o finado Dirceu, depois dele, aí a primeira coisa que ele disse foi que não era nosso pai, era muito novo pra ser nosso pai, e não era nosso Papai Noel, porque disse que o Alberto Silva servia de nosso pai e Papai Noel. [...] Que ele fizesse, do jeito que ele quisesse fazer, porque o Alberto Silva fazia do jeito dele, né, mas não era obrigado ele seguir as mesmas coisas, tinha que fazer do jeito dele, ele já era outro, nós, todo mundo ia entender. Que não era avô dos nossos filhos, porque ele (Alberto Silva) chegava lá, abraçava nossos filhos, chamava de neto, mas não era obrigado ele chegar fazendo a mesma coisa.⁵¹

Pelo discurso da lavadeira, compreende-se que o apoio pessoal por parte do novo governador não era igual ao de Alberto Silva, por quem ela demonstra gratidão e sentimentos, como se lê no relato, não recebendo o mesmo carinho e atenção por parte de Dirceu Arcoverde, ao modo como este se defende ao declarar, segundo a entrevistada, que “não era o pai, nem avô” para elas, assim como o outro governador o foi, em sentido simbólico. Este ponto da narrativa nos fez questionar as motivações para a atuação indiferente do governador perante as lavadeiras e os Centros Maternos, sendo relacionadas às disputas políticas que mencionamos anteriormente.⁵²

Em outro trecho da mesma entrevista observamos o mesmo sentimento por parte da lavadeira, apresentando em seu relato ter gratidão ao ex-governador Alberto Silva ao recordar que este foi o único que as enxergou e ajudou, retirando-as da margem do rio e possibilitando a criação de uma lavanderia para elas trabalharem com mais conforto. Quando perguntada sobre os benefícios direcionados às lavadeiras presentes no CMIL, durante o governo de Alberto Silva, ela destaca:

Minha filha, se me perguntar quanto eu dou, não tem nem numeração. Porque ali foi mil. Ali foi *veizin* que sabia trabalhar viu. Ele sabia trabalhar, ele sabia onde *tava* o erro, sabia aonde era que era certo, sabia ajeitar tudo, tudo, começando mesmo das lavanderias. Tudo dele era bem feito. Que aquela casa ali só o único que se lembrou de fazer *pra* lavadeira. Quem era no mundo o governador que lembrava de lavadeira? Nunca! Só ele. Mesmo depois que ele saiu, cadê o outro que lembrou?⁵³

sendo uma das inscritas para ser redirecionada para o Centro Materno-Infantil e Lavanderia em 1972.

Trabalhou como lavadeira até os seus 60 anos, quando se aposentou.

⁵¹ SOUZA, Adalgiza Dorneles de Oliveira. *Entrevista concedida à Yasminn Escórcio*. Teresina, 2018.

⁵² Em relação à ideia de paternalismo que se pode fazer, por conta da associação da imagem de “pai” em Alberto Silva, a mesma imagem que se foi atribuída a Getúlio Vargas (1937-1945), consideramos que sua abordagem se tornara impertinente para se discutir neste texto, pois a discussão exigiria uma dissociação do objeto pesquisado, tornando-o distante da real intenção do trabalho. O mesmo deve ser feito em relação ao governador Dirceu Mendes Arcoverde. Portanto, abordamos de modo direto, e com relação ao diálogo com as fontes disponíveis para nossa pesquisa. Reconhecemos que a discussão é necessária, mas não adentraremos neste ponto.

⁵³ SOUZA, 2018.

O que se pode observar, através desse relato, é que a relação que havia entre as lavadeiras do Centro Materno com o governador Dirceu Arcoverde não se assimilava ao governador anterior. Pelas razões apresentadas, a consideração que as lavadeiras têm por Alberto Silva equivalia à sua constante demonstração de preocupação e valorização dos seus serviços, por este ter sido o “único” governador a buscar meios de socializar as lavadeiras dos rios, reconhecendo suas necessidades para além de um novo local de trabalho, com todo um aparato para salvaguardá-las. Mas isso não significa que ele estava preocupado com a situação social das lavadeiras, por isso estendemos as variantes possíveis, tais como: estratégia política de aproximação ou prática populista.

Ademais, foi com a criação e ampliação dos Centros Sociais Urbanos⁵⁴, que tiveram como escopo básico a organização e o desenvolvimento comunitário, enquanto ação política nacional social dirigida diretamente a áreas urbanas, como foi na capital Teresina, que teve a construção de três CSUs próximos aos locais onde residia a maior parcela da população de baixa renda, nos bairros Parque Piauí, Itararé e Buenos Aires, localizados na periferia.⁵⁵

Na mensagem governamental de 1978 foram registradas as ações da STPS em relação ao menor abandonado e à ampliação dos Centros Sociais Urbanos. Todavia, não é mencionado se há assistência ao CMIL, nem tampouco se este ainda está em funcionamento dentro das ações do Serviço Social do Estado, que compreendia as ações da Promoção Social.

É nesse período que a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM)⁵⁶, junto à Legião Brasileira de Assistência (LBA),⁵⁷ passa a agir e apoiar diretamente as ações

⁵⁴ O Programa de Centros Sociais Urbanos, implantado entre 1975 e 1984 em todo o país, tinha a finalidade de prestar serviços sociais essenciais (de educação, saúde, previdência, profissionalização, assistência social, recreação, cultura e lazer), de forma integral e multisetorial, bem como descentralizada, ou seja, ao alcance da população mais necessitada, e próxima a áreas periféricas da cidade. Segundo Sheila Villanova Borba, a justificativa para sua criação baseou-se em um diagnóstico dos problemas gerados pela urbanização acelerada, o que indicava uma acentuada carência de equipamentos em áreas específicas dos núcleos urbanos mais desenvolvidos, onde se concentrava a população pobre. No Piauí, foi durante o governo de Dirceu Mendes Arcoverde que o estado foi beneficiado com a liberação do crédito de Cr\$ 10 milhões, permitindo a construção de dois centros sociais, a curto prazo, em Teresina e em Parnaíba. Cf.: BORBA, 1991.; PIAUÍ, 1975, p. 20.

⁵⁵ PIAUÍ, 1978, p. 26.

⁵⁶ Criada em 1º de dezembro de 1964, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), foi um órgão normativo que teve a finalidade de criar e implementar uma política nacional de bem-estar do menor, através da elaboração de diretrizes políticas e técnicas. Cf.: A PALAVRA FUNABEM. *Psicologia, Ciência e Profissão*, Brasília, v. 8, n. 1, 1988. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931988000100003. Acesso em: 16 jun. 2019.

⁵⁷ Criada através do Decreto-Lei nº 4.830, de 15 de outubro de 1942, pela primeira-dama Darcy Vargas para ajudar as famílias dos soldados brasileiros que atuaram durante a Segunda Guerra Mundial. Passou por reformulações ao longo dos anos. Através do Decreto-Lei nº 593, de 27 de maio de 1969, transforma a sociedade civil em fundação, como o nome de Fundação Legião Brasileira de Assistência, mantendo a mesma sigla LBA, vinculado ao Ministério do Trabalho e Previdência Social. Através da Lei nº 6.439, de 1º de setembro de 1977, ficou vinculado ao Ministério da Previdência e Assistência Social. Pelo art. 252 do Decreto nº 99.244, de 10 de maio de 1990, passou a ser vinculado ao Ministério da Ação Social. Extinta em 1995.

voltadas ao menor, a partir do que, em Teresina, as crianças passaram a ser assistidas pelo Centro Materno-Infantil, e, pelo que se pode aferir das fontes analisadas, este passou a dedicar mais atenção aos menores, perdendo sua exclusividade no que se refere à lavadeira e seus filhos. No entanto, em relação a essa questão existe um impasse ao compreender de modo mais objetivo de que forma essas ações foram trabalhadas, por não haver uma descrição ou explicação de suas funções nos discursos oficiais do governo, ao passo que, nas mensagens dirigidas à Assembleia, verificamos que o CMIL é mencionado como projeto separado dos CSUs já no governo de Lucídio Portella (1980-1984).

Contudo, há dificuldades em obter documentos oficiais que nos mostrem as diferentes ações voltadas aos dois centros, os CSUs e o Centros Maternos, isso porque os documentos de origem, projeto e pesquisa não foram preservados nos arquivos das instituições, nem tampouco no Arquivo Público do Estado. Sendo assim, infere-se que, na medida em que os governos obtinham a liberação dos recursos federais para a construção de novos Centros, o projeto do CMIL passava a ser incorporado, obtendo também o amparo técnico e auxílio dos órgãos estaduais responsáveis por sua administração.

É deveras importante mencionar o governo de Lucídio Portella, pois há fontes orais referentes ao CMIL, apontando que, juntamente ao FUNABEM, os estados criaram a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM), que trabalharia diretamente com o menor, deixando em aberto a questão do auxílio para as lavadeiras do Centro Materno-Infantil. Nesse mesmo intercurso, uma das entrevistadas, dona Adalgiza Dorneles, relata o seguinte sobre os planos de Lucídio Portella em relação à lavanderia:

Lá só vivia chegando gente importante, não dava a gente nem pensar lá, ele [Alberto Silva] entrava com uma pessoa. Era padre da Alemanha, era tudo, ele levava *pra nós* conhecer. Nós *conhecer* e eles conhecerem nós, era muito bom. A lavanderia era conhecida assim, fora, mais ali, olhe, não sei se foi o Lucídio Portela, mas na minha mente, foi ele que quis fazer dali um colégio, disse que era pra fazer um ginásio, não sei o que. Sei que graças a Deus não fizeram, porque ali se fizerem alguma coisa vão deixar as mulheres desempregadas, aí como é que vai viver? Porque ali tem muita mulher ainda trabalhando. Do meu tempo mesmo, ainda tem bem umas quatro ou mais, tem é muita ainda.⁵⁸

A mesma relação de apagamento da memória das ações de Alberto Silva por Dirceu Arcoverde pode ser associada também ao governo de Lucídio Portella, isso porque as disputas

ACERVO ARQUIVÍSTICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. *Legião Brasileira de Assistência (LBA)*. Santa Maria. Disponível em: <http://fonte.ufsm.br/index.php/legiao-brasileira-de-assistencia-lba>. Acesso em: 16 jun. 2019.

⁵⁸ SOUZA, 2018.

políticas ainda se mantinham presentes nas gestões. O que nos permite ponderar o fato de que o Centro Materno, enquanto projeto, por ter tido visibilidade nacional e reconhecimento entre a população, sendo este associado diretamente a representação da gestão de Alberto Silva, deixa-o ainda presente na memória e no cotidiano das lavadeiras e daquelas que do Centro se beneficiavam. Ou seja, pela análise das fontes, durante as gestões dos governos de Dirceu Arcoverde e Lucídio Portella, que foram subseqüentes a primeira gestão de Alberto Silva, percebe-se uma negação em torno da funcionalidade e utilidade do CMIL, até mesmo ao não valorizar ou prestar amparo técnico, que se baseia em manter a estrutura física do prédio regular e em bom estado de conservação e também no que se refere à disposição do uso e consumo de água, pois, segundo o relato de nossas entrevistadas, era comum “fazer cota pra consertar”,⁵⁹ pois havia uma falha na prestação desse serviço, deixando-as muitas vezes sem água para a lavagem de roupas nos tanques.

Quando perguntamos a dona Adalgiza Dorneles sobre a falta de água e se havia algum problema com a bomba durante as outras gestões, a entrevistada responde o seguinte:

Mais fácil ele [Dirceu Arcoverde] mandar *nós ir* lavar no inferno (risos), de nos mandar ir pro rio. Mandava não, minha filha. Só ele mesmo, pois o carro *levava nós* e trazia pra lavar no rio, que *passemos* parece que foi uma semana ou foi uns quinze dias, aí o motor consertaram, tiraram os canos tudinho, botaram outros. *Rum*, se acontece agora não tem jeito, não. Eles mandam não, minha filha, *tô* dizendo que só o Alberto Silva que sabia que existia lavadeira no mundo, os outros nunca souberam. Só ele, acho que os outros não manda lavar roupa não.⁶⁰

Por meio desse trecho da entrevista é possível inferir sobre a relação das lavadeiras com o então governador, e que, mesmo compreendendo a demonstração de afeto pelo governador Alberto Silva, sua noção ia além, ao garantir, em sua fala, que somente ele teria dado vistas para as mulheres lavadeiras de roupas nos rios da cidade, mostrando que o caráter social de Alberto Silva não se restringiu a somente uma gestão, visto que a assistência negada às lavadeiras nos anos subseqüentes ao seu primeiro governo não foi a mesma de quando este estava no comando da administração estadual.

Em suma, é pertinente destacar que todas as ações viabilizadas pelas administrações estaduais foram características relevantes para a compreensão em termos gerais sobre as lavadeiras, dentro das atividades que representam a ideia de progresso, mesmo com diversas variantes apresentadas, que buscavam inseri-las nesse campo através das ações de assistência, como o CMIL. Compreendemos que havia a noção de que as mulheres lavadeiras também

⁵⁹ SOUZA, 2018.

⁶⁰ SOUZA, 2018.

poderiam representar a ideia de promoção social, pois se buscava, na atenção da população, uma extensão das possibilidades do progresso, aliada ao fator de que era urgente e necessária a retirada das mulheres da beira do rio por ditarem uma imagem de acúmulo de pobreza, o que contrariava a ideia de modernização do estado, em suas múltiplas e facetadas aberturas de espaços.

Para entender como surge essa questão, discutiremos no tópico seguinte os fatores que condicionaram as mulheres pobres aos rios e ambientes menos favorecidos como fins de trabalho, especificamente ao tratar dos usos dos meios já apropriados pelo ambiente doméstico, como lavar, engomar e passar roupas para além de seus próprios lares, na medida em que eram as saídas possíveis para aquelas que não correspondiam a serviços mais qualificados na sociedade teresinense da década de 1970.

2.2 A MULHER ALÉM DA PORTA DA CASA: AFAZERES PARA ALÉM DOS USOS DOMÉSTICOS

Este tópico discute como os espaços sociais na cidade direcionavam ou mesmo segregavam seus usos através das classes sociais distintas. A questão é que, enquanto as mulheres de classe média possuíam mais chances de se empregar, principalmente no magistério e no serviço público, facilidade decorrente do grau de escolaridade, as mulheres pobres não vivenciavam essa realidade, uma vez que seu grau de instrução reduzia suas chances, visto que estas vieram do campo onde a oportunidade de estudar era menor por conta do acesso às escolas, quando estas existiam; além do fato de que era comum casarem cedo, e os afazeres domésticos dificultavam a ida para a escola; havia ainda o trabalho na roça, entre outros fatores que as impediam. A partir dessa questão, é necessário entender como a situação socioeconômica das mulheres pobres que migraram para Teresina fez surtir um crescimento na participação feminina em trabalhos informais, como é o caso das lavadeiras de roupas.

O crescimento populacional urbano foi provocado não somente pela busca de empregos, mas também pelo acesso e pela qualidade educacional existente na capital, atraindo indivíduos que almejavam uma escolarização completa, ou seja, desde o primário ao ensino superior, visto que o ensino na capital era, aparentemente, mais abrangente do que no interior do estado. Segundo Elizangela Barbosa, já nos primeiros anos da segunda metade do século XX se observava um crescimento na procura por educação na capital do Piauí.⁶¹

⁶¹ CARDOSO, Elizangela Barbosa. Mães educadoras e profissionais: educação feminina em Teresina na primeira metade do Século XX. *Revista Outros Tempos*, São Luís, v. 7, n. 10, p. 158-179, dez 2010. p. 168.

Além disso, deve ser mencionado que o processo de modernização foi responsável por uma considerável mudança nas relações sociais entre os sexos, já que a mulher passou a dominar os ambientes públicos, não ficando reduzida apenas aos serviços domésticos e a maternidade. Isso configurou o aumento da participação feminina no mundo do trabalho, significando assim a presença da mulher em mais espaços da cidade, colaborando para o crescimento econômico.⁶²

Dentro desse aspecto, é relevante entender que as mudanças que ocorreram nas relações sociais de homens e mulheres acabaram resultando em uma relação que buscou o nível de instrução e escolarização, sendo mais pertinente para os anseios femininos, assim como o papel da mulher na sociedade começava ser transformado, os comportamentos também se moldavam adaptando-se. Esse fator é importante ser mencionada porque a cidade de Teresina, mesmo em constante modernização, não perdera seu aspecto interiorano, ou seja, a sociedade ainda estava muito arraigada a velhos hábitos e valores morais e éticos no que diz respeito ao papel da mulher na sociedade.⁶³

Mesmo assim, a preocupação em seguir carreira através da educação⁶⁴ estava presente nos desejos dos teresinenses e dos muitos migrantes que chegavam na cidade. Entre esses anseios encontrava-se o de completar ou iniciar os estudos para obter melhores oportunidades em empregos fixos, exemplo do magistério ou serviços públicos crescentes no período em destaque.⁶⁵ Para a vida das lavadeiras, no entanto, tornava-se mais complicado seguir os estudos, visto que o cotidiano delas no rio era mais atribulado e cansativo. Segundo Edilene Lima da Silva, sobre a educação piauiense no período em discussão:

O problema do analfabetismo ainda era uma realidade presente no Piauí, pois ainda era possível constatar um número elevado de crianças em idade escolar fora das escolas, devido entre outras coisas à ausência de estabelecimentos educacionais, principalmente nas localidades rurais.⁶⁶

A condição de acesso à rede educacional condicionava a situação de analfabetismo, e, por consequência, a continuidade de estudos. Dentro das inúmeras variantes que podem ser

⁶² RAGO, Margareth. Trabalho Feminino e sexualidade. In: DEL PRIORI, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 483-507.

⁶³ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

⁶⁴ CARDOSO, Elizangela Barbosa. *Mulheres, escolarização e mercado de trabalho em Teresina*. 1998. Monografia (Licenciatura em História). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 1998.

⁶⁵ CARDOSO, Elizangela Barbosa. *Múltiplas e singulares: história e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930-1970)*. Teresina: EDUFPI, 2012.

⁶⁶ DA SILVA, Edilene Lima da. *Educação feminina no ensino secundário piauiense: da escolarização à profissionalização (1960-1982)*. 2012. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Piauí, Teresina. 2012. p. 42.

consideradas, como expulsão da terra ou desemprego, o analfabetismo enquanto característica aqui destacada corrobora com a ideia de que os migrantes se direcionavam para a capital também com o objetivo de estudar, ou garantir o estudo dos filhos, uma vez que o acesso a escolas e a qualidade do ensino poderiam ser garantidos.

Nesse mesmo período, início da década de 1970, foi grande o crescimento de escolas públicas no Piauí mediante o convênio instituído entre o governo federal, a USAID (*United States Agency for International Development*), o Ministério da Educação (MEC) e a SUDENE, com a incumbência de criar as chamadas escolas/ginásios/polivalências para sanar a questão do analfabetismo, oferecendo condição de acesso e permanência na vida escolar.⁶⁷

No entanto, o convênio não foi suficiente para sanar a nova realidade educacional que se pretendia naquele momento, principalmente quando as exigências do mercado de trabalho tendiam a aprimorar o empregado para sua qualificação, questão decorrente do crescimento industrial no país que tendia a uma mão de obra com qualificação técnica.⁶⁸

Nas entrevistas realizadas com as lavadeiras, não foi possível encontrar mulheres que conciliaram os dois caminhos, trabalho e estudo. Isso porque a necessidade de se manter e cuidar da família não facilitava no seu dia-a-dia uma dedicação exclusiva para os estudos, revelando que a prioridade passava a ser a educação dos seus filhos. Assim, levando em conta os relatos, o grau de ensino das entrevistadas corresponde ao ensino primário incompleto, quando por vezes apenas até o final do ginásio, estes dois entendidos atualmente como o ensino fundamental, mas não há registro de complementação do nível de escolarização para além deste.

Nesse ponto, compreende-se que o acesso à educação no Piauí, principalmente na capital Teresina, por mais que tenha crescido e ampliado seu número de vagas, não correspondia à realidade do objeto estudado, pois as condições em que viviam, mediante a necessidade de se manter, impossibilitavam a complementação de seu ensino. Após a construção do Centro Materno, e o constante aumento da qualidade e oferta educacional, algumas mulheres lavadeiras iniciaram seus estudos e/ou complementaram o básico do ensino que já tinham, mesmo assim em pequeno número, no entanto não foi possível precisá-lo.

É possível verificar que, diante dessa situação, algumas lavadeiras, não conseguindo concluir ou iniciar seus estudos, tendiam a dar atenção maior para a educação dos filhos. Essa

⁶⁷ Cf.: SOARES, Norma Patrícia Lopes. *Escola Normal em Teresina (1864-2003): reconstruindo uma memória da formação de professores*. 2004. 184 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2004. p. 103-106.

⁶⁸ SOARES, 2014, p. 103-106.

característica é notada inclusive dentro do Centro Materno-Infantil, na medida em que este oferece uma creche, com educação infantil em suas dependências.

Aos ser questionada sobre as condições de estudo que estavam disponíveis naquele momento, Dona Francisca do Nascimento,⁶⁹ 89 anos, informou sobre as dificuldades das mulheres em frequentar a escola trabalhando como lavadeira e doméstica. Não havia horários fixos, além disso, tinham os filhos para cuidar depois da jornada de trabalho. Ela conta ainda que, dentre seus filhos, as meninas mais velhas, entre 13 e 15 anos, já frequentavam a escola no turno da noite, porque durante o dia também trabalhavam como doméstica. Sobre morar na capital e não poder estudar, ela relata:

Agora aqui deu muito difícil *pra* mim viver aqui com essa família, o ganho de doméstica era uma mixaria. As meninas queriam estudar e estudavam de noite, as que já tinha idade de estudar de noite, as que não tinha, como essa Cruz [sua filha] não tinha.⁷⁰

Através do relato de Dona Francisca, reforçamos a discussão apresentada acima, que para mulheres pobres a possibilidade de um emprego formal exigia um maior nível de escolaridade, que como lavadeiras não possuíam, e por isso se dedicavam a serviços que exigiam maior esforço físico e que não eram regulamentados por lei e, como é o caso da lavagem de roupas, o serviço como doméstica, cozinheiras ou mesmo os “bicos” que ajudavam na renda.

É necessário atentar para o fato de que para as mulheres pobres que chegavam à capital com um baixo nível de escolaridade que possuíam, era difícil conseguir emprego formal. Isso pode ser concluído a partir do fato de que elas se importavam muito mais com a educação dos filhos do que com a delas. Assim, trabalhavam em diferentes turnos, dias na semana, em variados serviços, para garantir que seus filhos se dedicassem mais aos estudos, provavelmente desejando que os filhos tivessem um futuro diferente daquele que elas tiveram. Entretanto, não era incomum os filhos menores trabalharem para ajudar na renda familiar, ajudando a mãe, se do sexo feminino, ao pai, se do sexo masculino.

Considerando sua renda econômica e o mercado moderno em desenvolvimento, os rios desempenham uma função social de extrema importância. O que se entende nesse contexto é que quando há referência a espaços sociais na cidade, se tratando da mulher pobre que não tinha acesso à rede de ensino, manifestava-se a necessidade do uso de outros espaços,

⁶⁹ Francisca do Nascimento, nascida em 1929, natural de Oeiras (PI). Mudou-se para Teresina em 1969, já viúva e com cinco filhos. Enquanto vivia no interior, trabalhava na roça, e quando chegou na capital em busca de melhoria de vida, passou a trabalhar como doméstica e lavadeira no rio Parnaíba. Não chegou a trabalhar no Centro Materno-Infantil Lavanderia. Aposentou-se em 1979.

⁷⁰ NASCIMENTO, Francisca do. *Entrevista concedida à Yasminn Escórcio*. Teresina, 2018.

especialmente os públicos, como os rios e lavanderias comunitárias para de obter proveitos rentáveis.

Essas mulheres não dispunham de meios para corresponderem aos anseios que garantissem para si e seus filhos/as uma educação que pudesse permitir o uso de espaços sociais restritos àqueles que detinham certo grau de instrução exigido, restando para as mulheres pobres outras alternativas de emprego, como a lavagem de roupas, a venda de produtos, de comidas, o trabalho como domésticas, babás, e outros trabalhos informais que não exigiam alto nível de escolaridade.

No que se refere a essa questão, é pertinente destacar o contexto e o significado de trabalho informal para o interesse da pesquisa aqui apresentada, pois tem uma ligação direta com o trabalho das lavadeiras, em concordância com as características acima apresentadas. Assim, as condições sociais e econômicas desfavoráveis exigiram, de muitas mulheres, a necessidade de trabalho para seu sustento, e impossibilitaram, por conta da disponibilidade de tempo, o acesso à educação formal.

A informalidade é um fenômeno que teve crescimento exorbitante desde a crise de empregos na década de 1970, e, sendo analisado pela ótica das transformações que ocorreram durante esse período até atualmente, absorve um significado positivo quanto a tendência que se encontra com força no mercado de trabalho, tendo apoio dos estados, visto que a pouca concentração de empregos formais, dentro de garantias de leis trabalhistas asseguradas pelos órgãos federais ainda é, até a década de 1990, irrelevante no que se refere ao trabalho feminino.⁷¹

O trabalho informal, além de ser um fenômeno social, segundo Thiago Leibante,⁷² foi percebido como sinônimo de modernidade e futuro. No entanto, essa questão não é cabível dentro do contexto trabalhado nesta pesquisa, isso porque o trabalho informal, partindo do exemplo das mulheres lavadeiras nos rios, era visto de modo crítico e representava a ineficácia do Estado em gerir empregos com qualidade e salubridade, dentro dos padrões normais de emprego e renda.

⁷¹ IDALINO, Rosa Emília Araújo.; OLIVEIRA, Roberto Verás. A invenção cotidiana do trabalho no limiar da exclusão social: a condição social dos “flanelinhas” em Campina Grande. In: OLIVEIRA, Rosa Emília Araújo (org.). *Dinâmicas atuais do trabalho na Paraíba: leituras sociológicas*. Campina Grande: EDUEPB, 2014. p. 114. Sobre o trabalho feminino, cf.: LOMBARDI, Rosa Maria.; BRUSCHINI, Cristina. Instruídas e Trabalhadeiras: trabalho feminino no final do século XX. *Cadernos Pagu*, n. 17/18, p. 157-196, 2002.; CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Mulheres plurais*. Teresina: EDUFPI, 2013.

⁷² LEIBANTE, Thiago. Algumas considerações sobre o trabalho informal no capitalismo contemporâneo. In: III SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 3., Londrina. *Anais do III Simpósio Lutas Sociais na América Latina: trabalhadore(a)s em movimento: constituição de um novo proletariado?* Londrina: UEL, 2008. p. 1.

Portanto, o trabalho informal das lavadeiras de roupas nos rios deve ser representado através da necessidade de manutenção econômica da população pobre ou de baixa renda, que visava, nessa tarefa, a garantia de gêneros e subsídios para a própria sobrevivência. Nada tem a ver quanto a representação de um futuro econômico, pois a instabilidade de renda através dessa forma de emprego não garantia uma economia familiar regulada.

Ao pensar dessa forma, identifica-se que a informalidade, lançando a análise diretamente para o trabalho das lavadeiras, não foi uma solução, mas um paliativo, do qual o Estado se apoderou. Ao criar meios de controle e benefício com o Centro Materno-Infantil, o Estado demonstrava a sua pouca força produtiva em termos de manutenção de empregos formais, visto que não garantia a participação dessas mulheres nas características da economia produtiva, pois esbarrava na questão do nível de escolaridade já exigido para trabalhos formais, ou seja, em formas de leis, por exemplo, em concurso e outros regulamentos.

É inclusive dentro dessa perspectiva que o Estado se mobiliza em termos legais para trazer garantias de uma economia real através do Centro Materno, ao que se chama de economia solidária. Isso estava associado à ideia de assistencialismo que o governo desenvolveu para garantir às mulheres que trabalhavam na lavanderia uma renda não mais paliativa, mas economicamente direta, porém sem regulamentações em termos trabalhistas.

Convém esclarecer ainda que o termo referido como trabalho informal é destacado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT)⁷³ como uma forma de serviço que sustenta as atividades que se distinguem das modernas, ou seja, são as atividades de estrita sobrevivência. Através do incentivo de tais serviços informais seria possível amenizar a pobreza, a fome, as desigualdades sociais e ainda ser uma fonte de renda para inúmeras famílias. Contudo, as discussões acerca do termo ainda são pouco estudadas, é o que afirma Leibante:

Uma grande parte das teorias que buscaram entender o fenômeno da informalidade, apesar das contribuições, não conseguiram tal missão, e tantas outras se mostraram datadas e incapazes de dar conta de tal objeto, na

⁷³ Fundada em 1919 para promover a justiça social, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) é a única agência das Nações Unidas que tem estrutura tripartite, na qual representantes de governos, de organizações de empregadores e de trabalhadores de 187 Estados-membros participam em situação de igualdade das diversas instâncias da Organização. A missão da OIT é promover oportunidades para que homens e mulheres possam ter acesso a um trabalho decente e produtivo, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade. Para a OIT, o trabalho decente é condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TRABALHO. *Conheça a OIT*. Brasília. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/conheca-a-oit/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 5 abr. 2019.

medida em que na contemporaneidade a informalidade assume outras dimensões.⁷⁴

Sobre sua conceituação, é considerado que as concepções discutidas envolveram o trabalho informal numa escala negativa ao que se refere à economia de um estado, não a viabilizando como um meio de trazer garantias para a população da cidade e para o desenvolvimento social em que estão inseridos seus contextos. Apoiando-se nessa mesma ideia, mas tratando em seu trabalho a respeito dos flanelinhas, lavadores de carro, os autores Rosa Emília Araújo Idalino e Roberto Vêras de Oliveira afirmam que o trabalho informal:

É uma invenção social da parte daqueles que, sob o primado da luta pela sobrevivência, se veem totalmente excluídos das oportunidades de emprego formal e, mesmo, informal. A sua ocupação, o seu trabalho, a sua utilidade social, e a renda que a partir daí auferem, é resultado de uma estratégia de sobrevivência que se situa no limiar daquilo que pode ser socialmente considerado como trabalho.⁷⁵

Em conformidade com essa significação, também é considerado o entendimento de Leibante, que considera o trabalho informal:

Não como resquício de atraso, ou como aquele tipo de trabalho que ocupa pequenos espaços, ou mesmo como um trabalho específico de um setor da sociedade, mas sim como uma forma de trabalho que tem se mostrado bastante rentável para o capital em um momento que a própria legislação trabalhista tem se colocado em cheque pelas políticas neoliberais.⁷⁶

É dentro dessa análise acerca do trabalho informal que o trabalho das lavadeiras de roupas nos rios é visualizado, e, mais adiante, o trabalho exercido por elas no CMIL, que, mesmo com as garantias e assistência do governo estadual, ainda não obteve regulamentação trabalhista, mantendo-se na informalidade de uma economia solidária que o Estado, dentro de seus âmbitos, apoiou. Isso permite observar que o serviço exercido nos rios foi o pontapé inicial para as mulheres pobres e com baixa escolaridade tivessem um meio de obter e/ou incrementar a renda da família mediante a pouca oportunidade de empregos formais, o trabalho da lavadeira de roupa.

No entanto, essa característica, ainda pouco estudada, não relaciona diretamente os fatores que podem levar o trabalho das lavadeiras a uma regulamentação em termos de lei. Portanto, mesmo o Estado condicionando estruturas físicas, ao fornecer ambiente de trabalho salubre e confortável, ele não leva em consideração o grande número de pessoas dedicadas a

⁷⁴ LEIBANTE, 2008, p. 6.

⁷⁵ IDALINO; OLIVEIRA, 2014, p. 115.

⁷⁶ LEIBANTE, 2008, p. 7.

essa tarefa, e a forma como coexiste uma necessidade de mercado, que movimenta a economia local e ajuda no crescimento da cidade e do estado.

Todavia, a pertinência de tais questões colabora com a discussão do que é entendido nesta dissertação como o primeiro passo para o reconhecimento do trabalho das lavadeiras de roupas, e na busca para entender as nuances que envolvem a prática dessa atividade, antes em ambientes público, como são os rios, e, desde 1972, nas lavanderias comunitárias. Para tanto, o próximo tópico discute como se dava a utilização dos espaços destinados à atividade de lavagem de roupas, viabilizando a análise acerca dos motivos que fizeram as administrações lançarem olhares para as lavadeiras.

2.3 A CIDADE DAS LAVADEIRAS: ENTRE AS TÁTICAS DE SOBREVIVÊNCIA E AS ESTRATÉGIAS DE NORMATIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Neste tópico interessa discutir como as lavadeiras de roupas nos rios e nas lavanderias, através da singularidade desse ofício, podem ser percebidas enquanto pertencentes à cidade, e de que modo é desenvolvida a reconfiguração dos espaços, e a forma como é percebida pelas mulheres que viviam e usufruíam desse ambiente. Esse pensamento foi possível por meio de leituras como Sandra Jatahy Pesavento,⁷⁷ Michel de Certeau⁷⁸ e Ana Fani Alessandri Carlos,⁷⁹ que contribuem com a discussão, como a funcionalidade e percepção que a cidade exerce sobre a vida e o cotidiano de seus moradores, resvalando, entre outros, nas suas maneiras de perceber as construções simbólicas do lugar que vive.

Imaginar uma cidade, viver numa cidade, principalmente com anseios modernos, chama a atenção pelo fato de existir tantos hábitos ainda interioranos que a cercam, e que, na realidade, a configuraram como uma cidade em emergência pelo desenvolvimento, como foi a Teresina na década de 1970. Compreende-se que cada pequena cidade, que viveu seu grande momento de crescimento, com mudanças de hábitos, conhecimento de novas tecnologias, abertura de novos comércios ou novas trocas, vivenciou também o abandono ou desprezo de práticas ou ações ligadas a imagem do seu passado. Para elucidar essa afirmação, destacamos o trabalho das lavadeiras de roupas nas margens de rios.

A atividade de lavar roupas em rios, exercida eminentemente por mulheres de baixa renda, configurou-se por muito tempo essencial para a manutenção básica da renda de muitas

⁷⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, jan./jun. 2007.

⁷⁸ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2014.

⁷⁹ CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço-Tempo da vida cotidiana na metrópole*. São Paulo: Labur Edições, 2017.

famílias através da geração de trabalho informal, além da autonomia feminina no mercado de trabalho, que foi possibilitada para essas mulheres através do conhecimento de práticas sociais trazidas desde os tempos imemoriais, como é o ato de lavar tecidos em águas de rios.

Levantar-se cedo, antes mesmo de o sol aparecer, caminhar uma longa distância com uma trouxa de roupas na cabeça até chegar à margem de um rio, para enfim realizar sua tarefa diária, sob um sol escaldante e, por vezes, correntezas fortes. Era assim que as lavadeiras enfrentavam sua labuta cotidianamente. O hábito acaba tornando-as conhecedoras dos lugares por onde pisam, e nessa caminhada carregam em si não somente a construção dos costumes, mas também a significação que a cidade lhe atribui na medida em que lhe produz representações sobre os lugares que frequentam, como são os rios, como é a cidade em que vivem. Desse modo, como afirma Ana Fani Alessandri Carlos, entende-se que:

O desenvolvimento do processo de reprodução da sociedade produz um novo espaço e novas formas de relação na sociedade e, entre as pessoas a partir das trocas em todos os sentidos e da modificação dos modos de apropriação e de uso do espaço que, normatizado, redelimita ações e atos redefinindo as relações das pessoas entre si e com o lugar.⁸⁰

Assim é que, na medida em que os rios, ao se delimitarem como espaços dos quais as mulheres pobres se apropriavam para exercer um tipo de trabalho, condicionam sua relação não somente com a cidade, mas com toda uma característica que envolve a condição social, econômica e cultural na qual está inserida, pois é a partir das relações de troca, tradições ou necessidade que se apresentam as ações que a permitem modificar determinado espaço para seu próprio benefício. No relato da lavadeira Dona Francisca Maria Pereira Dias,⁸¹ é possível compreender a necessidade de entrega à atividade como meio de complementar sua renda para subsistência. Na entrevista, ela afirma:

Com meu trabalho de lavadeira, eu lavava roupa no rio Parnaíba, porque cansei de passar necessidade, e meu marido, mesmo trabalhando, aqui em casa faltava muita coisa. Isso foi depois que ele desempregou. Tomei coragem e fui bater na porta daquelas casas chiques que tinha aqui em Teresina. Arranjei de uma vez só quatro lavados. Com o dinheiro que ganhava pagava o aluguel da casa e o resto comprava de comida. Era muito cansativo porque além de passar o dia lavando roupa na beira do rio, que era um pouco longe de onde morava, vinha pra casa pra passar.⁸²

⁸⁰ CARLOS, 2017, p. 17.

⁸¹ Francisca Maria Pereira Dias, antes de morar em Teresina, trabalhava na roça com seus pais, o marido e com os filhos. Ao migrar para Teresina foi trabalhar como doméstica e lavadeira para complementar a renda da família, já que a renda de pedreiro do marido era insuficiente. DIAS, Maria Francisca Pereira. *Entrevista concedida à Débora Silva Viana*. Teresina, 2011 *apud* VIANA, 2013, p. 193.

⁸² DIAS, 2011 *apud* VIANA, 2013, p. 193.

Para mulheres como Dona Francisca Maria Pereira Dias, essa forma de sustento se configurava em “uma saída para aquelas que não conseguiam emprego melhor, uma forma de aumentar a renda de casa, quando o sustento era pequeno, um modo de resistir ao dia a dia na cidade grande e à vida dura que o povo pobre de Teresina era obrigado a enfrentar”.⁸³

A lavagem de roupas em rios revela uma alternativa positiva para enfrentar o alto índice de desemprego para pessoas com baixa renda e com baixo grau de escolaridade, como discutimos no tópico anterior. Encontrar uma forma de garantir uma renda básica era urgente, visto que as políticas públicas ou assistenciais destinada para as pessoas pobres ainda não eram, até aquele momento, discutidas e posta em prática pelas administrações federais e estaduais, ficando, assim, muitas famílias a sobreviver exercendo profissões mesmo degradantes ou com precariedade, tanto do serviço quanto do valor pecuniário.

É dessa forma que consideramos que a atividade de lavar roupas em rios se configura inserida na perspectiva de tática desenvolvida por Michel De Certeau, na medida em que “o fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhas. Ele o consegue em momentos oportunos, mas a sua síntese intelectual tem por forma não um discurso, mas a própria decisão, ato e maneira de aproveitar a ocasião”.⁸⁴ Essa correlação permite compreender que os meios pelos quais a mulher pobre da década de 1970 enfrentava a sociedade, a cultura masculina de trabalhos em público, o cotidiano além da porta da casa, buscando meios alternativos, porém dentro de seu limite social e econômico para manter ou buscar melhorias de renda e de vida, representa o que é denominado de táticas, apropriando-se do conceito do autor.

No entanto, essa entrega só é possível mais abertamente porque as mulheres pobres tem mais facilidade de adentrar os espaços públicos e se apropriar deles para uso próprio, restringindo então mais uma vez que a classe social é pertinente para o desenvolvimento de uma “cultura” das lavadeiras em rios na cidade de Teresina, já que o serviço teve muita oferta durante o período. Mas, não é somente registrar a cultura das lavadeiras que se pretende destacar neste tópico, mas as ações que, partindo de jornais locais, representam os desejos de uma sociedade que se sobrepõem em relação a dominação dos corpos e dos espaços por meio de estratégias de sua normatização.

Certeau, ao usar o conceito de estratégia, afirma que é “a manipulação das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma

⁸³ DA SILVA, Yasmin Escórcio Meneses da. “*O colorido das lavadeiras*”: a condição social das lavadeiras de roupas nos rios de Teresina na primeira metade da década de 1970. 2017. 56 f. Monografia (Graduação em Licenciatura Plena em História). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017. p. 36.

⁸⁴ CERTEAU, 2014, p. 46.

empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado”.⁸⁵ O conceito de estratégia revela-se na prática através da forma como os meios tomados pelas administrações locais, entendidos como representação de poder, para tentar barrar o crescimento e a exposição das lavadeiras em ambientes públicos e abertos, usando artifícios como a realocação dos espaços como estratégias de normatização, como pode ser observada na reportagem do *Jornal do Piauí* do ano 1971:

O governador Alberto Tavares Silva está empenhado na construção de diversas lavanderias nos bairros de Teresina, conforme informação de fonte do Serviço Social do Estado. O chefe do Executivo atende a uma recomendação do Serviço Especial de Saúde Pública, que, através de pesquisas descobriu que a grande incidência de tuberculose nos bairros, principalmente nas mulheres, é determinada pelo fato de elas ficarem à beira do rio e, posteriormente, subirem para seus casebres, sofrendo uma mudança brusca de temperatura.⁸⁶

Pressionado pela recomendação e com a imagem do governo, a administração estadual deu início ao projeto de construção do Centro Materno-Infantil e Nutricional, inicialmente em dois bairros de Teresina, Ilhotas e Primavera, estes localizados a uma distância próxima ao rio Poti. O intuito principal era realocar e oferecer um ambiente adequado às lavadeiras de roupas que se sujeitavam às margens dos rios da cidade. Por outro lado, evidencia uma estratégia que revela não somente medidas profiláticas, mas também estéticas, o que agradou os olhos dos higienistas, moradores da cidade, turistas que visitavam a capital, e, principalmente, as lavadeiras que se beneficiavam desse plano.

Isso se verifica porque, como mencionado anteriormente, a cidade vivia as constantes transformações de modernização dos espaços públicos para melhoramentos estruturais e estéticos, e com isso se tornou necessária a normatização das atividades informais que eram mais comuns no centro comercial da capital, tais como ambulantes, feirantes e também as lavadeiras nos rios, visto que suas atividades eram realizadas nos espaços abertos do cais do rio Parnaíba, ao centro comercial, e nas margens do rio Poti, mais ao leste da cidade.

Como já destacado neste capítulo, é por meio da ideia de progresso, apoiada no ideal da modernidade, que a cidade vivencia suas constantes transformações, considerando tanto as de âmbitos espaciais, ao pensar o uso dos espaços dos rios, e da lavanderia, quanto em âmbitos simbólicos, como o habitar e andar pela as ruas, frequentar o rio além do objetivo pecuniário, e outros.

A normatização dos espaços urbanos é, de modo simbólico, uma representação dos anseios da cidade moderna, pois se concretiza padronizada, organizada, esteticamente bonita,

⁸⁵ CERTEAU, 2014, p. 93.

⁸⁶ O GOVERNO construirá lavanderias. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.383, p. 1, 16 jul. 1971.

e confortável. Não somente em termos estruturais, essa idealização se estende aos corpos que vivem na cidade, que a transformam, ou seja, é necessária também a normatização de seus moradores.

No entanto, o que se vê em Teresina de 1970 em diante não se encaixa nessa idealização sanitarista e normatizadora. De acordo com o discurso propagado através dos jornais,⁸⁷ é comum e frequente tanto mulheres e crianças pobres a lavar roupas em rios, quanto barqueiros e pescadores degradando o leito do rio, sujando os espaços próximos a margem, destruindo o cais, ou mesmo vendedores que despejam os restos de comidas nas águas dos rios, entre outras dessas cenas citadas em algumas matérias dos jornais, com um discurso crítico e de caráter denunciativo.⁸⁸

Além disso, surgiam as consequências das fortes chuvas do inverno, que deterioravam o cais, prejudicando também o trabalho na região, provocava um desgaste na estrutura do local, que, por ser área central, próxima ao Mercado Velho, ao centro comercial, atraía grande número de pessoas em constante contato com o espaço. Assim, era necessário que o poder público tomasse atitudes, e os intelectuais, por serem detentores de vozes nos jornais locais, os utilizavam para expor críticas e sugerir às administrações, tanto estadual, quanto a municipal, a melhoria do cais e de suas proximidades, incluindo nesse grupo as lavadeiras, por estarem diretamente agindo nele e por também demonstrarem a imagem de velhos hábitos, que não se encaixava com a idealização da modernidade desejada.

As críticas tomavam a atividade de lavar roupas às margens dos rios Poti e Parnaíba como atividade insalubre, feia e que poluíam o rios.⁸⁹ Por conta disso, as reportagens escritas eram incisivas e gritavam a urgência de se buscar soluções para as lavadeiras, incluindo não somente um local novo e adequado para sua atividade, mas também a necessidade de salvaguardar seus filhos, pois o número de crianças que acompanhavam as mães lavadeiras era grande, e o consequente crescimento de contágio por doenças. Para elucidar esse fato, é interessante observar a reportagem publicada no jornal *Correio do Povo*, no ano de 1975, ao apontar que:

A população ribeirinha de Teresina não esconde sua preocupação diante dos problemas que vêm surgindo diariamente naquele local da cidade. Doenças

⁸⁷ A pesquisa foi realizada em jornais como *O Dia*, *A Hora*, *Jornal do Piauí*, *O Estado*, que além de ter sua propagação em toda a capital, contêm matérias que retratam os problemas sociais e cotidianos, que caracterizam o objeto aqui discutido, mostrando diferentes modos e discursos acerca da pobreza na cidade de Teresina, que recaiam também sobre as lavadeiras.

⁸⁸ PARNAÍBA, o rio da sujeira e da vida. *O Dia*, Teresina, ano 23, n. 4.025, p. 2, 5 out. 1974.

⁸⁹ Os escritos estavam voltados para os leitores que podiam comprar o jornal, mas que atendiam aos interesses do Estado. No período, foi comum o apoio econômico-financeiro do Estado aos jornais.

estranhas na pele vêm atacando os habitantes, principalmente crianças. Os focos dessas doenças apresentam aparências de malária, mas médicos revelaram que não é, pois os tumores e as feridas que começam com coceiras são consequências da poluição do rio Parnaíba, na extensão que banha a capital piauiense. A contaminação das águas, para alguns especialistas no assunto, pode estar sendo causada pelas águas e esgotos que despejam no rio, local do cais, tradicionalmente usado pelas lavadeiras poderá se tornar impróprio, pois é exatamente por aquele local onde descem os resíduos de inúmeros esgotos que poluem o grande rio.⁹⁰

Essa matéria aponta as constantes investidas que indicam a exigência da normatização dos espaços centrais da cidade, almejada pela sociedade que nela vivia. Ao atentar para o fato de que a incidência de doenças contagiosas poderia afetar as lavadeiras que usavam o cais como local de trabalho, por estes se contaminarem com os esgotos despejados no rio, surge uma emergência na cidade de normatizar espaços, principalmente os públicos, além da necessidade de controle dos corpos sociais. Os indivíduos que vivem marginalizados entram na lógica desse controle através de realocações e afastamentos dos locais impróprios, como o cais contaminado pelos dejetos dos esgotos.

No entanto, a situação ia além de uma mudança de hábitos dos moradores, dos ribeirinhos, das lavadeiras, pois a necessidade de uso dos espaços públicos é que ditava a forma como o rio, o cais, as praças e os mercados eram utilizados. Como ainda na década de 1970 a questão do desemprego mostra números preocupantes, o aumento de serviços informais cresceu, ocupando principalmente os espaços centrais da cidade, pois havia a necessidade de renda para a própria sobrevivência na capital.

Em uma edição do jornal *O Dia*, publicada no ano de 1973, este denuncia que o desemprego afetava diretamente o progresso da cidade de Teresina, e, por consequência, afetava os moradores que, sem empregos formais, não movimentam a economia local, fomentando o desenvolvimento desejado:

O vereador Carlos Augusto falava que a despeito do trabalho do prefeito Joel Ribeiro, dificuldades enormes atormentam uma cidade como Teresina. O desemprego é uma das maiores. No seu entender, o governo deveria cuidar do setor primário para oferecer trabalho à mão de obra ociosa, pois as obras temporárias que são executadas só servem mais à promoção pessoal do governo. Afirmou que é alarmante o número de jovens, homens e mulheres perseguindo políticos à procura de uma colocação, mas não encontram guarida porque não existe um mercado de trabalho formado pela industrialização e outros setores básicos que possam dinamizar o *status* econômico e social do Estado.⁹¹

⁹⁰ POPULAÇÃO ribeirinha ameaçada por doença estranha. *Correio do Povo*, Teresina, ano 2, n. 77, p. 1, 14 abr. 1975.

⁹¹ DESEMPREGO em Teresina. *O Dia*, Teresina, s/n., p. 3, 19 jul. 1973.

Nessa matéria, encontram-se alguns pontos importantes a serem discutidos que levantam a pertinência da discussão trazida neste tópico acerca das táticas de sobrevivência, caracterizadas pelos empregos informais. Na reportagem, o jornalista apontou a fala do vereador Carlos Augusto Lima⁹², que afirma que a questão do desemprego era uma situação urgente, e a ação do governo para com essa necessidade foi tratada de forma paliativa, que não gerou empregos permanentes, mas sim temporários.

A crítica trazida na referida matéria se estende ao fato de jovens, tanto homens quanto mulheres, buscarem amparo nos políticos locais para obterem uma prestação de serviço, mesmo que seja temporária. Isso demonstra também a incapacidade da administração pública que, mesmo fomentando o crescimento do Estado, não foi capaz de produzir/financiar um parque industrial forte, capaz de suprir a necessidade de mercado na região, gerando, por consequência uma leva de empregos, deixando assim uma parcela da sociedade a mercê de “bicos” e serviços informais mais frequentes, porém sem as devidas garantias e assistências, como é o trabalho das lavadeiras.

Acerca do desemprego, que gera uma conseqüente reconfiguração da rede de distribuição de espaços por conta da necessidade de manutenção de renda própria, havia no início da década de 1970 uma constante expectativa quanto a abertura e expansão. A edição do jornal *O Dia*, de 1972, aponta uma mensagem que tende a gerar uma ideia de prosperidade e otimismo para o desenvolvimento do estado, declarando o seguinte:

O Piauí contagiado por esse surto de prosperidade que assinalou o ano de 1971 no Brasil inteiro, apresentou um saldo acima das perspectivas e passou a contar com o indispensável crédito dos demais estados, refazendo-se dos prejuízos passados que estava em grande descompasso com o desenvolvimento regional. Uma nova imagem surgiu e seu progresso já é palpável [...].

Hoje, estamos em 1972. Não nos aviltam os erros de 1971 se eles nos serviram de experiências para a etapa do ano que começa. Para mais este estágio de doze meses de luta, valerão bem os sucessos alcançados no ano que findou e neles se miram, agora os objetivos que pretendemos atingir, num clima de trabalho, solidariedade humana e progresso.⁹³

A imagem repassada através da reportagem acima condiz com uma realidade que se apresentava urgente, que interfere diretamente no trabalho das lavadeiras e de outros grupos sociais que buscavam um emprego formal. Com a maior participação do Piauí nos créditos do governo federal, foi de grande estima o crescimento do estado em relação a empregos,

⁹² Carlos Augusto Lima, filiado ao ARENA, foi vereador de Teresina de 1973-1975.

⁹³ A NOVA ordem de progresso. *O Dia*, Teresina, s/n., p. 3, 1/2 /3 jan. 1972.

principalmente quando são mencionados os termos estruturais, pois a intensa euforia da construção civil foi capaz de habilitar um grande contingencial de mão de obra, assalariando e os dotando de capacidades consumidoras, melhorando, por consequência, o potencial econômico do estado, principalmente da capital.

A lógica do progresso transpassa as intenções acima citadas, o que converge inclusive com as intenções do Estado em providenciar as estruturas fundantes para o desenvolvimento econômico, estabelecendo assim a necessidade de garantir a empregabilidade e seu fomento. Nesse mesmo sentido, Sandra Jatahy Pesavento ressalta que a cidade é o lugar onde as coisas acontecem, seja pelo desenvolvimento daquelas forças capitalistas, como a empregabilidade e a potencialização do consumo, seja por um processo mais amplo de modernização e de redefinição das relações entre o campo e a cidade.⁹⁴ Teresina se encontra dentro desta possibilidade.

Através de uma associação em referência ao sentido da cidade implicando as garantias de sobrevivência, por meio de empregos formais, e também os informais, pensando nas lavadeiras, entende-se que o espaço urbano providencia uma gama de táticas necessárias ao provimento de rendas. É por isso mesmo que as lavadeiras de roupas representam, nesta pesquisa, a tática feminina que busca, através de uma tarefa cotidiana e basicamente doméstica, se inserir em uma prática rentável. Usam seu corpo para manter-se na cidade, visto que, para as mulheres pobres, a utilização do corpo é uma das saídas para o encontro de empregos e de sobrevivência, diferentemente daquelas que se encontram nas classes sociais com melhores condições econômicas, nas quais o trabalho intelectual era mais fácil de ser encontrado devido ao seu nível de escolaridade.

Nesse sentido, outra questão importante são as ações do Estado para lidar com essa situação. Na medida em que mulheres pobres utilizam seus corpos, as lavadeiras de roupas, em espaços públicos e dotadas de liberdade e de visibilidade, também se apropriam deles, e, como pertencentes a uma cidade, deviam, por consequência, se adequarem ou se regularem dentro de perspectivas que as encaixassem, principalmente nos âmbitos do progresso, processo que em Teresina envolve toda a sociedade para prover o seu desenvolvimento.

Assim é que, para as mulheres pobres que trabalhavam em locais públicos, a normatização dos corpos, entendidos como a sobreposição de regras e normas a sujeitos e ambientes públicos dentro da possibilidade de uma socialização, impõe às lavadeiras de roupas nos rios a realocação de seus serviços, propiciando, além da disciplinarização, um

⁹⁴ PESAVENTO, 2017, p. 13.

afastamento dos centros visíveis da cidade. Isso deixa evidente a estratégia de normatização dos espaços públicos que vai muito além do corpo em si, adentrando também as relações sociais e simbólicas em relação aos lugares sociais e públicos que elas ocupam.

No entanto, deve-se levar em conta que, muito além dos corpos que estavam sendo transferidos e/ou regularizados, havia uma rede de socialização e construção social inserida nos espaços ocupados pelas lavadeiras, até mesmo porque o lavar roupas em rios, por ser uma atividade de gerações, cotidianamente construída, inseriu diversas características a uma comunidade que usufruía desse serviço. Assim, ao falar de uma situação que abrange as táticas de sobreviver na cidade, o lavar roupas em rios, e as estratégias de normatização de espaços públicos e sujeitos sociais, fala-se também em construção e simbolização de lugares, ultrapassando memórias e hábitos construídos.

Maria Izilda Santos de Matos, ao falar sobre as lavadeiras nos rios e nos portos de Santos em São Paulo, na década de 1920, dentro de suas variantes regionais e temporais trabalhadas nesta narrativa, se refere à mesma problemática que pode ser constatada em Teresina na década de 1970. Devido as condições sanitárias, as lavadeiras foram proibidas de lavar roupas em espaços públicos, ou seja, nos rios e nos chafarizes disponíveis em alguns bairros paulistas. A autora comenta:

Tentava-se de diferentes formas normatizar essa atividade, que gradativamente, mas não sem resistência, perderia o seu caráter público e externo, em particular o uso das margens dos rios e chafarizes, a prática de quarar em espaços públicos e de secar nas pontes dos rios e praças da cidade.⁹⁵

Dessa maneira, entende-se que as ações sanitárias em Teresina são dotadas de intenções semelhantes: tornar os ambientes públicos livres de situações que degradavam a imagem da cidade, e colocava em risco a saúde das pessoas que ali trabalhavam e da comunidade em geral, além da deterioração dos rios e do cais. Isso está relacionado a todas as características já citadas pela idealização do progresso e a necessidade de construir uma capital moderna.

Porém, o que se avalia é que a administração pública, ao projetar as medidas de normatização dos espaços, com a construção das lavanderias comunitárias, e a retirada delas das margens dos rios, inicia um plano para dirimir o contingente de mulheres pobres exercendo a atividade de lavadeiras em ambientes públicos. Dessa forma, é pertinente entender que:

⁹⁵ MATOS, Maria Izilda Santos de. Do público para o privado: Redefinindo espaços e atividades femininas (1890-1930). *Cadernos Pagu*, São Paulo, n. 4, p. 97-115, mar. 1995. p. 109.

A cidade de Teresina conta uma história não verbal através da experimentação de seus espaços sociais, e mesmo que eles tenham sido preservados em poucos aspectos, se alteraram historicamente na forma, função e significado. A modernização vivenciada aqui se estrutura numa complexa teia de elementos científicos e sociais, que associados, produzem uma nova ordem tanto econômica, quanto cultural.⁹⁶

Associando essa questão ao plano maior, das lavanderias, compreende-se que dentro desse ramo de alterações provocadas pela modernização, não somente aos espaços foram atribuídas novas configurações ambientais e, por consequência, culturais. O trato com o lavar de roupas não estava mais envolvido com um rio, com um cais, ou um ambiente natural e público, mas sim a uma outra situação que seria vivida dentro de espaços assépticos, resguardadas em seu ambiente, e não mais com exposições ao meio tanto natural, quanto social.

Assim, observar que as mudanças produzidas, ao se buscar estratégias de controle social em relação as lavadeiras e os ambientes públicos que essas ocupavam, estão configuradas dentro de uma outra significação, ou seja, uma nova configuração de trabalho, através dos novos espaços, métodos, clientela, segurança, entre outros. No entanto, mesmo com determinadas reconfigurações, foram mantidos vínculos afetivos, também transpostos para o novo lugar de trabalho, resultando na permanência de suas identidades, de suas memórias, como também construtoras da cidade, que muitas vezes as subjugaram com críticas e associações a promiscuidade, por exemplo.

Considerando essas características sobre os espaços de pertencimento à cidade e as relações sociais determinadas a partir do trabalho das lavadeiras, pondera-se que, mesmo sendo redirecionadas da beira dos rios para as lavanderias comunitárias, em uma objetiva ação de controle e normatização de espaços pela administração pública, os sentimentos, relações e experiências não foram destituídos. Ao contrário, como é possível analisar a partir das fontes orais, demonstra-se um valor afetivo em relação aos ganhos de novos espaços, percebidos e aproveitados pelo menos por parte das mulheres que lavavam roupas próximo ao rio Poti, por ter mais proximidade com as lavanderias construídas, como é explanado no capítulo seguinte.

⁹⁶ CARDOSO NETO, Francisco Soares. De margem a margem: memórias de lavadeiras e as normas de modernização. In: ECONTRO REGIONAL NORDESTE DE HISTÓRIA ORAL, 11., Fortaleza. *Anais do XI Encontro Regional Nordeste de História Oral: Ficção e poder: oralidade, imagem e escrita*. Fortaleza: UFC, 2017. p. 9.

3 MÃOS QUE LAVAM, VOZES QUE ECOAM: A POBREZA E O MERCADO DE TRABALHO INFORMAL FEMININO

Neste capítulo, é discutido o conceito de pobreza para compreender a relação existente entre a classe social que se constitui como pobre e as opções de empregos como saídas para sobrevivência e manutenção de sua renda. Para tanto, é preciso pensar também nas ações sociais e projetos políticos desenvolvidos com o intuito de prestar assistência aos pobres, explicando a relação entre elas, já que em Teresina foi comum a criação de ações assistencialistas.¹

A cidade não conseguiu oferecer soluções práticas e possibilidades para a demanda do contingente de desempregados diante do processo de migração, que acabou crescendo na primeira década de 1970, chegando a deixar uma parcela de pessoas, que já eram pobres, cada vez mais pobres e dependentes de ações urgentes das administrações para evitar o colapso dos problemas sociais da capital que se desenvolvia.

Para exposição desse capítulo é estabelecido o diálogo com as fontes orais, com matérias de jornais do período pesquisado, abordando como a pobreza se mostra presente na cidade de Teresina, e como se entende o que é ser pobre, para assim compreender como foi intensificada a procura de trabalho por mulheres pertencentes ao agrupamento social mais afetado pelo desemprego. Assim, discutimos como a lavadeira se encontrava nessa situação, por ser sido uma atividade que cresceu no dado momento, para além do espaço doméstico, dominando cada vez mais ambientes públicos, posto que eram utilizadas as margens dos rios da cidade. Além disso, é discutido como se projeta a imagem da lavadeira como uma representação de pobreza, questão cara à ideia de cidade que experimentava uma conjuntura de transformações espaciais, implementadas através do progresso.

3.1 MULHERES POBRES EM TERESINA NA DÉCADA DE 1970: A POBREZA COMO QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICA

A vida urbana em Teresina, iniciada ainda no século XIX, é marcada pela intensa ruralidade,² representada pelas grandes fazendas do interior do Estado que faziam parte da

¹ MONTE, Regianny Lima. De marginal a problema social: o papel intervencionista de entidades públicas e instituições sociais junto aos pobres urbanos de Teresina. In: VI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL, 6., Teresina. *Anais do VI Simpósio Nacional de História Cultural Escritas da História: ver, sentir, narrar*. Uberlândia: GT Nacional de História Cultural, 2012. p. 2.

² Mesmo já estando em constante crescimento econômico e social, Teresina apresenta ainda traços e características rurais, do interior. E por ser uma capital territorialmente pequena, margeada por dois rios, ainda

sociedade durante a ocupação do território piauiense. Essa é uma característica marcante no estilo de vida do teresinense, e também do migrante que fez desse lugar sua terra, apropriando-se e criando laços. Foi por causa desse jeito interiorano de ser e se manter que a cidade enfrentou dificuldades para se modernizar. O desejo do moderno³ esteve ao lado de seus habitantes desde o momento de sua constituição como capital, no entanto, na prática, as ações eram esbarradas em hábitos incomuns para uma ideia de cidade grande, tais como criação de animais (porco, galinhas, gado) em ambientes abertos e com acesso a ruas e avenidas.

A maioria dos migrantes e de seus moradores não possuíam uma renda financeira e condições adequadas para a manutenção e sobrevivência na capital, e esse foi um dos fatores para que a população pobre estivesse mais direcionada a essa conservação de costumes rurais e com esses hábitos peculiares para a nova sociedade moderna. Assim, havia uma grande parcela de situações sociais nas quais o poder público procurou meios para invertê-los⁴.

Segundo Antônia Jesuíta de Lima,⁵ é a partir dos anos de 1950 e 1960 que a pobreza começa a ser reconhecida como uma questão social. As primeiras representações acerca dessa discussão se referem às mudanças nas relações sociais, antes senhoriais/escravistas e, logo em seguida, para as relações capitalistas através do mercado industrial e urbano em crescimento, constituído pela mão de obra livre e assalariada.

Com uma nova sociedade em ordenamento cresceu o pensamento de que aquela parte do grupo que não tinha renda superior ou igual a classe dominante era considerada pobre, e julgada como “classe perigosa”. O termo usado pela autora se refere à ideia de como o pobre que não trabalhava estava identificado com a ociosidade e a vagabundagem, e para as mulheres acrescia o fato de a promiscuidade ser um fator também característico dessa imagem de classe pobre.⁶ Assim como assinala Lima, os pobres são pessoas que vivem em condições

mantem hábitos de ambientes rurais e pequenas cidades, tais como a criação e circulação de animais em livres espaços, o lavado de roupas em rios, entre outros.

³ NASCIMENTO, Francisco Alcides do. O olhar do outro sobre os pobres urbanos de Teresina na década de 1970. In: X ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 10., Recife. *Anais do X Encontro Nacional de História Oral Testemunhos: História e Política*. Recife: UFPE, 2010. p. 1.

⁴ ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno. *Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina*. Teresina: EDUFPI, 2010.

⁵ LIMA, Antônia Jesuíta de. A pobreza urbana e suas multifaces; experiências e significados. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., Coimbra. *Anais do VII Congresso Luso-Brasileiro de Ciências Sociais: a questão social do novo milênio*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2004.

⁶ LIMA, 2004, p. 1.

vulneráveis e destituídas de riqueza material, poder e cidadania,⁷ configurando assim o perfil das mulheres lavadeiras de roupas nos rios da cidade de Teresina no período deste estudo.

Em Teresina, a expressão mais clara dessa situação de pobreza estava associada à questão de moradias e da oferta de empregos. Problemas esses acentuados principalmente por conta da migração que cresceu no início do século XX, perdurando-se com grande crescimento até os anos de 1990, motivado pelas secas e pelas poucas oportunidades em cidades distantes das capitais nordestinas. Pedro Vilarinho Castelo Branco, em seu livro *Mulheres plurais*, afirma que:

A cidade tornava-se polo de atração para as massas imigrantes, que saíam de suas terras em busca de melhores condições de vida. [...] As possibilidades de trabalho para essas massas de pessoas, que viviam sempre perseguidas pela necessidade, eram restritas. A cidade contava com poucas indústrias, e o setor de serviços era por demais pequeno para absorver toda a mão de obra disponível.⁸

No que concerne a essa afirmação, entende-se que boa parte das mulheres que, junto às suas famílias, migravam para a capital piauiense, buscava, além das melhores condições de vida, empregos formais e bem remunerados, o que não ocorria de fato devido a questões como a baixa escolaridade, por conta da exigência de um grau de ensino por parte dos empregadores, pois, a partir da década de 1970, o mercado de trabalho se tornou exigente quanto a uma formação intelectual dos contratados.

Assim, nesse período foi comum os homens se destinarem ao mercado da construção civil, como pedreiros, mestre de obras ou serventes.⁹ Já as mulheres, ou ficavam em casa cuidando das crianças, ou buscavam trabalhos informais, como lavar roupas, vender comidas em praças e mercados, trabalhar como babás e outros serviços não regulamentados pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).¹⁰

Na década de 1970, a pobreza era percebida como uma questão social e necessitava de atenção e medidas necessárias à cidade para sua reversão. No entanto, por conta principalmente do desemprego, a situação de pobreza ficou cada vez mais preocupante,

⁷ LIMA, Antônia Jesuíta de. *As multifaces da pobreza: formas de vida e representação simbólica dos pobres urbanos*. Teresina: Halley, 2003.

⁸ CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Mulheres plurais*. Teresina: EDUFPI, 2013. p. 126.

⁹ Cf.: VIANA, Débora Silva. *Entre o concreto e o etéreo: trabalho e memória dos trabalhadores da construção civil em Teresina na década de 1970*. 2013. 281 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013.

¹⁰ A Classificação Brasileira de Ocupações - CBO é o órgão responsável pelo reconhecimento social e jurídico de uma profissão. A regulamentação de uma ocupação define legalmente o exercício profissional de seus atuantes e propõem requisitos básicos para que este seja cumprido, dentro de habilidades e competências pertinentes à tarefa representada. A lavadeira de roupas, até o presente momento, não é reconhecida como profissão. Disponível em: <http://www.mtecbg.gov.br/cbsite/pages/informacoesGerais.jsf>. Acesso em: 28 jul. 2020.

podendo ser percebida através de táticas de sobrevivência usadas nas ações das pessoas pobres. Dentre essas ações se destacam a sujeição à moradia irregular, e também em lugares insalubres, que não tinham condições de conforto e de saúde; essa situação agravava ainda mais o quadro de sobrevivência precária em meio ao risco de doenças infectocontagiosas causadas pela falta de higiene e de saneamento básico, ou o uso da força de trabalho em condições físicas degradantes.

Regianny Monte afirma que algumas representações, construídas em torno dos setores sociais mais empobrecidos, se caracterizavam como um empecilho para a modernização da cidade, pois o pobre, em condições mínimas de sobrevivência, deixava a cidade feia. Assim, era comum ler diversas críticas em jornais denunciando a situação em que vivia a cidade por acumular, em seus espaços públicos, uma parcela pobre e miserável, sendo um impasse à urbanização que se construía na capital.¹¹

Lima analisa que “Teresina vê-se como repositório de grande concentração de populações provenientes do meio rural e de pequenos municípios”,¹² que passavam a integrar o conjunto de pobres urbanos que estavam concentrados na capital, enfrentando uma adaptação em conjunto aos outros moradores, o problema de serem “pobres”.¹³

A partir de então multiplicaram-se os problemas provenientes da alta demanda de necessidades que a cidade recebia, vinda dos novos moradores, pois na medida em que havia o crescimento espacial, havia também o crescimento populacional. No entanto, havia, na direção contrária desse caminho, uma derrocada em relação aos empregos e moradias regulares, educação, saúde pública e outros fatores essenciais para o convívio na cidade que se desenvolvia. Esse fator é tão relevante que se observa que, na década de 1970, foi fundamentada a proposta de ordenamento do espaço e da vida urbana, que se reconfigurou dentro da crescente necessidade que o Estado enfrentava de construções de conjuntos habitacionais¹⁴. Houve, também, o crescimento das zonas periféricas da capital, espaço destinado aos pobres.

Assim, é necessário questionar: o que significa ser pobre em Teresina na década de 1970? Como e por que as mulheres são mais destacadas, diante do âmbito social e economicamente menos favorecido? E como as lavadeiras foram participantes desse

¹¹ MONTE, Regianny Lima. *A cidade esquecida: (re) sentimentos e representações dos pobres em Teresina na década de 1970*. 2010. 235 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010. p. 107.

¹² LIMA, 2003, p. 43.

¹³ LIMA, 2003, p. 43.

¹⁴ PIAUÍ. *Mensagem do Governador Dirceu Mendes Arcoverde encaminhada à Assembleia Legislativa em 1975*. Teresina, 1978. p. 24.

contexto? Portanto, entender o conceito de pobreza e sua dimensão no cenário teresinense é pertinente, visto que toda sua problematização perpassa questões como migração, serviços públicos insuficientes e falta de empregos, que configuram uma das perspectivas para a manutenção e permanência da pobreza na cidade de Teresina, destacando-se diretamente as lavadeiras de roupas, em todas as configurações a elas relacionadas.

É importante mencionar que o conceito de pobreza utilizado em pesquisas históricas é ainda pouco abordado, restringindo-se a uma questão mais elevada ao campo de discussão do trabalho, educação e migração. Entretanto, as Ciências Sociais¹⁵ contribuem para abordar de forma mais teórica o conceito, sem prejuízo para compreensão, por meio das fontes, da noção e do significado de ser pobre e viver uma condição de pobreza.

Assim é que as pesquisas usadas para compreender esse conceito abraçam o campo de pesquisa trabalhado nesta narrativa, ao discutir o meio social em que as lavadeiras de roupas, essencialmente mulheres pobres, se encontram, ou seja, trabalho, cotidiano, assistência, progresso, dentre outros que são pertinentes à discussão da pobreza.

Segundo Milton Santos, a pobreza não se configura apenas no quesito econômico, mas também deve ser notada em questões políticas e acima de tudo sociais.¹⁶ Esse fator é imprescindível quando se pensa na cidade de Teresina e nas suas relações com o tratamento de políticas públicas direcionadas aos pobres, que se configuram insuficientes frente à necessidade que a cidade sobrepõem, tanto em quantidade, quanto em qualidade de serviços.

Já Lima propõe pensar a pobreza como uma relação social de caráter multifacetado, entendendo que “o pressuposto básico é o de que se as condições sociais definem os pobres socialmente, não dizem, porém, tudo sobre eles, porque a pobreza é composta por múltiplas dimensões”.¹⁷ Dentro das variadas dimensões, uma corresponde mais fortemente ao interesse da discussão proposta nesta dissertação, a saber, a parcela significativa da população feminina sem renda, cuja trajetória de vida é marcada por uma transição entre o ambiente rural e urbano, carregando em si características que se estendem para além dos hábitos cotidianos e circunstanciais, e também aos métodos de serviços, como são as lavadeiras de roupas.

O discurso e práticas de disciplinamento de espaços e de modos de vida urbanos são comuns à cidade de Teresina, não sendo diferente nos anos a que esta pesquisa se dedica. Essa questão demonstra uma preocupação do poder público municipal e estadual no que se refere aos problemas sociais de características urbanas, que cada vez mais crescem na cidade de

¹⁵ Para mais informações acerca do conceito de pobreza, cf.: ARAÚJO, 2010.

¹⁶ SANTOS, Milton. *Pobreza urbana*. São Paulo: EDUSP, 2013. p. 18.

¹⁷ LIMA, 2003, p. 28.

Teresina. Revela, também, uma determinada tolerância involuntária para práticas de uso e ocupação do solo urbano, que são exercidas principalmente pelos setores que configuram a parcela pobre da capital. Como afirma Cláudia Fontineles, “o sentido da cidade é aquele conferido pelo uso e pelos modos de apropriação que seus habitantes fazem para reprodução da sua vida e nas implicações que derivam disso”.¹⁸

Essa perspectiva contempla a relação encontrada entre as lavadeiras, representantes da população pobre neste estudo, e os órgãos públicos, que, através das lavanderias, buscaram inserir o disciplinamento dos espaços antes ocupados e apropriados de modo irregular, como foram os rios e o cais. Assim também é o caso da ocupação de determinadas áreas para moradia e habitação, que configuram um empobrecimento generalizado, reconfigurando a malha urbana em suas variadas situações, seja em relação a empregabilidade ou aos problemas sociais que tangem às habitações, impondo novas relações sobre o modo de vida urbano e com a estrutura da cidade em termos estéticos e espaciais.

No entanto, as ações que partem do Estado e da Prefeitura tecem meios para determinar o contorno dessa situação, ou mesmo erradicar problemas sociais derivados da constante relação de pobreza que crescia. Como exemplo, pode ser citado a criação de conjuntos habitacionais que, segundo Alcides do Nascimento, surgiam como solução para o controle das moradias irregulares que empobreciam visualmente e socialmente a imagem da capital que se fazia moderna.¹⁹

Considerando o que afirma Lima, observa-se uma metamorfose em Teresina, cercada por imagens fragmentárias e sobrepostas através do avanço de favelas e pequenas vilas, onde se concentram a parcela pobre da cidade.²⁰ Não somente em termos de moradias, mas também como forma de trabalho, essa questão está presente.

A mulher pobre, principalmente a migrante, ao dominar espaços públicos dos rios, tornando-o espaço de trabalho para obter renda a partir de atividades praticadas por ela, como as lavadeiras, não dispõem de renda suficiente para manter uma casa próxima ao centro da cidade, em bom estado de conservação e conforto, assim configurando mais uma forma do pobre resistir à cidade, mesmo que seja de maneira marginalizada.

Como mencionado, uma das causas da alta demanda de serviços e a consequente insuficiência por parte das administrações locais em sanar os problemas sociais que se

¹⁸ FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. Patrimônios arquitetônicos em Teresina: combates pela memória (1970). *História e Perspectivas*, Uberlândia, p. 167-188, jan./jun., 2016. p. 173.

¹⁹ NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Cajuína e cristalina: as transformações espaciais vista pelos cronistas que atuaram nos jornais de Teresina entre 1950 e 1970. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 195-214, 2007. p. 206.

²⁰ LIMA, 2003, p. 48.

multiplicavam, diz respeito a gerência de esforços maiores para lidar com as condições de urbanização que o momento incidia na cidade, mesmo havendo direcionamento de créditos através do I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974), responsável por investimentos macroeconômicos liderados pelo Ministério do Planejamento, à frente do Governo Federal.²¹ O resultado disso é a degradação social e econômica de uma parcela da população teresinense, configurando-a numa situação de pobreza, pois se destacava a precariedade de sua sobrevivência, bem como a necessidade de meios para resistir à cidade, como emprego, educação e moradia regular.

O fator migração deve ser destacado, pois, considerando a análise proposta, configura a maior parte do objeto discutido. As mulheres pobres que se tornaram lavadeiras por necessidade correspondiam à parcela da população migrante. Em 1980, 43,20% da população de Teresina não tinha a naturalidade teresinense, mas eram oriundos de pequenas cidades do interior do estado, ou mesmo do Maranhão e do Ceará.²² Foi o que aconteceu com Francisca do Nascimento, 84 anos, migrante vinda de Oeiras para a capital por não ter mais condições de manter os filhos somente com a produção da roça na terra onde morava. Ela relata:

Ê, minha filha, minha vida foi muito difícil e sofrida *pra mim* criar cinco filhos. O pai morreu *nós tinha* 13 anos de casado, e já tinha cinco filhos quando ele morreu, e aí eu fui criar esses filhos foi só, na roça, lá. [...] Trabalhando na roça, *né*, quando era do fim da colheita no inverno eu ia colher, trabalhar *pros* outros, ganhar legume *pra* botar *pra* casa, e tudo era assim. Agora aqui deu muito difícil *pra mim viver* aqui com essa família, o ganho de doméstica era uma mixaria.²³

As condições dos trabalhadores rurais no Piauí estavam acompanhadas pela regularidade dos invernos, pois a estiagem prejudicava a produção de insumos e, por consequência, causava a perda de produtos para consumo próprio, pois dificilmente havia máquinas ou água em abundância para manter a regularidade dos roçados e da produção de alimentos típicos. Além disso, é comum que no ambiente rural as terras sejam pertencentes a um fazendeiro e o trabalhador utiliza um pedaço como roça, assim usufruem do insumo que produzem, como descrito na entrevista, e que por vezes não era suficiente para manter a família do produtor rural, pois parte da produção ficava com o proprietário da terra.

²¹ BRASIL. Decreto-lei n° 5.727, de 4 de novembro de 1971. Dispõe sobre o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1972 a 1974. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, 18 nov. 1971. Seção 1, p. 8969.

²² LIMA, 2003, p. 60.

²³ NASCIMENTO, Francisca do. *Entrevista concedida à Yasmin Escórcio*. Teresina, 2018.

Assim, essa característica configura um dos fatores que influenciam a migração para a cidade, a busca por emprego, a qualidade de vida e a formação educacional, como também demonstra Dona Francisca:

As meninas queriam estudar e estudava de noite, as que já tinha idade de estudar de noite, as que não tinha, como essa Cruz (sua filha) não tinha. E assim eu sofri muito pra criar meus filhos aqui. Sofri demais. Aí depois quando em 90, 90 pra 91, eu me aposentei, aí foi *amiorando* mais, deixei de pagar aluguel, e as menina pegaram a mais, e aí a gente foi *miorando* mais a situação de vida, mas aqui a gente sofreu demais, foi muito sofrimento, tudo difícil.²⁴

É necessário lembrar que a educação era uma das motivações para a migração do interior para a capital. Na narrativa acima mencionada, é possível pontuar o desejo de Dona Francisca de oferecer às suas filhas um ensino regular de qualidade. Antes, por morar em uma região com difícil acesso ao ensino, ela não era capaz de ter essa possibilidade, mas morando na cidade, as chances de obter grau de escolaridade tornou-se mais palpável, inclusive por conta da facilidade em adequar o horário do estudo para o turno da noite, possibilitando que as suas filhas também trabalhassem sem que isso atrapalhasse os estudos.

No que diz respeito a essa discussão, concorda-se com Lima, ao declarar que a cidade, como materialidade de práticas e de representações de seus diversos sujeitos em interação, cria e recria a imagem do pobre, sendo também instituída pela pobreza.²⁵ Os migrantes chegavam à capital, aproximavam-se de regiões e espaços da cidade mais afastados da região central por serem mais baratos, equivalente a sua situação financeira no momento. A partir daí, esses sujeitos se ocupam de atividades e espaços públicos para sobreviver, ao passo que as oportunidades de emprego não condiziam com a realidade em que se encontravam, pois o mercado de trabalho exigia um grau de escolaridade e/ou mesmo profissionalização para atividades com um salário melhor.

Michel de Certeau diz que os espaços são construídos cotidianamente por seus cidadãos, assim aqueles que habitam a cidade a fazem de acordo com suas características que lhes são próprias.²⁶ Nesse sentido, é possível entender como a mulher pobre, ao ter acesso aos espaços públicos com mais facilidade, faz uso de ações/atividades já comuns a seu cotidiano para tornar sua renda produtiva. Lavar roupas, engomar, cozinhar, vender frutas, cuidar de crianças, são atividades com as quais a mulher pobre estava familiarizada e, portanto, havia a

²⁴ NASCIMENTO, 2018, p. 3-4.

²⁵ LIMA, 2003, p. 66.

²⁶ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2014.

facilidade de encontrar, dentro dessas funções, uma oportunidade que configurasse o complemento de sua renda, para além do espaço doméstico.

Em se tratando da mulher pobre que vai trabalhar como lavadeira nos rios ou lavanderias públicas, é fácil perceber como esse fator acima mencionado torna-se característica pertinente para sua pré-disposição a essa tarefa, principalmente por conta da forma segura e garantida de se obter o valor unitário, pois era mais comum conseguir peças para lavar sem regularidade do que se empregar como doméstica. A lavadeira Maria de Lourdes Gleide dos Santos,²⁷ 66 anos, conta que, ao vir morar em Teresina com 16 anos, em 1970, desempenhou a função de doméstica na casa de uma família com boas condições financeiras, que, segundo relata, foi arranjada por parentes antes mesmo que ela chegasse à capital:

[...] Eu pedi uma pessoa que sempre vinha pra cá, que tinha parente, *pra* me arranjar um trabalho aqui, que *pra mim* trabalhar aqui em Teresina. Aí a moça foi, que sempre vinha aqui pra casa dos parentes dela, foi e me trouxe *pra* trabalhar numa casa. Aí eu trabalhei de doméstica.²⁸

É uma característica marcante na trajetória de uma parcela significativa das mulheres pobres, ditada por uma singular condição de desemprego, como demonstrada na fala de Dona Lourdes, o que faz com que parte de atividades comuns do seu cotidiano, aliadas a sua vulnerabilidade econômica e social, lhe condicione a se adentrar a este ramo de trabalho, possibilitando um retorno pecuniário. Por isso, é comum que as atividades exercidas por mulheres pobres sejam aproximadas de suas relações sociais mais comuns, como lavar roupas, ainda que seja em casas de famílias.

Para Lima, a abertura de canais de comunicação com outros moradores da cidade propicia ao migrante recém-chegado uma orientação e garantia de segurança e confiança, além de representar a busca de construção de uma nova identidade social articulada com experiências anteriores,²⁹ assim como nos conta Dona Maria de Lourdes, ao chegar na capital para trabalhar e fixar sua morada. Em relação a isso, é importante destacar que os migrantes, que compõem a parte da população teresinense, aqui reservada às mulheres lavadeiras, inicialmente enfrentam as dificuldades de inserção e integração ao mundo do trabalho, caracterizado principalmente por uma exigência de capacitação profissional, que boa parte delas não tinha por serem analfabetas, ou por não terem concluído os estudos.

²⁷ Maria de Lourdes Gleide dos Santos é natural de Pedreiras (MA). Veio para Teresina aos 16 anos para trabalhar de doméstica e como lavadeira em casa de família. Mãe solteira de 4 filhos, não deu continuidade aos estudos. Passou a trabalhar no Centro Materno-Infantil e Lavanderia na década de 1980.

²⁸ DOS SANTOS, Maria de Lourdes Gleide. *Entrevista concedida à Yasmim Escórcio*. Teresina, 2019.

²⁹ LIMA, 2003, p. 97.

Assim, a necessidade de se adaptar aos espaços e exigências da vida urbana, e a relativa falta de empregos, constrói a dominação e uso de espaços através de atividades já comuns aos seus hábitos anteriores. Isso é compreensível mediante as necessidades que as mulheres pobres têm de se manterem na cidade, mesmo que sua forma de buscar renda e empregar-se sejam um modo de inserção no mercado informal, diferente daqueles com garantias trabalhistas.

Mediante as questões apontadas, é pertinente perceber que as mulheres pobres que viviam na capital naquele período, mesmo com uma oferta de rede educacional em desenvolvimento, não podiam frequentar escolas, uma vez que as atividades no trabalho, o cuidado com filhos e maridos não permitiam. Assim, as mulheres dessa pesquisa compõem o grupo que desempenhava atividades como lavar roupas, em rios ou em lavanderias comunitárias, ou casas de famílias, que configuravam uma opção para obter renda e manter a própria família de modo honesto e seguro.

O uso do termo honesto faz referência às ocorrências de delitos em torno da criminalidade, e ao uso do corpo por meio da prostituição para obter ganhos, questão recorrente nas matérias dos jornais, por demonstrar ser um empecilho ao progresso.³⁰ Essa questão deve ser mencionada porque a pobreza estava relacionada à condição de caráter, uma imagem ainda difícil de ser combatida, por questões que vão além de um contexto histórico de desigualdades sociais, pois percorre também o imaginário social.³¹

Assim, é muito comum encontrar matérias que representam um discurso em que os pobres urbanos constituem a massa que pertence ao mundo do crime e da promiscuidade e que está sujeita à transmissão de doenças devido à falta de higiene e pelo modo como vivem ou trabalham em espaços pouco salubres. Nessa conjuntura, estão as mulheres lavadeiras de roupas, que, por fazerem parte da parcela pobre da cidade, tinham sua forma de trabalho refletida no discurso sanitarista e normatizador, tanto por parte das administrações estadual e municipal, quanto pelos jornais, que representavam o olhar da sociedade teresinense.

³⁰ SEGURANÇA para o progresso. *O Dia*, Teresina, n. 3, p. 5, 13 jan. 1972.

³¹ O INCÔMODO que as lavadeiras do rio Parnaíba provocam. *O Dia*, Teresina, n. 3, p. 5, 2/3 set. 1973.

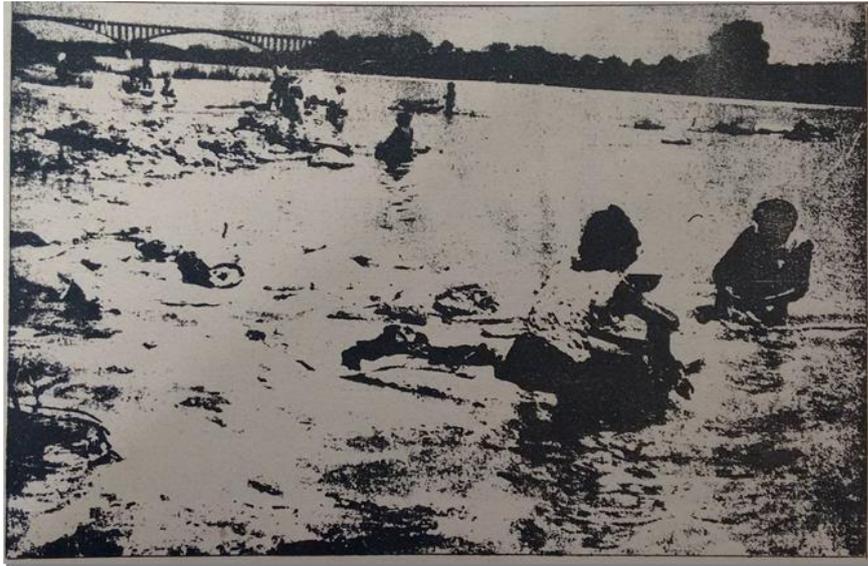


Figura 1: As lavadeiras antes do Centro Materno-Infantil.
 Fonte: EDIÇÃO especial. *O Estado*, Teresina, s/n., 6 fev. 1975. Caderno 2, p. 6.

Em se tratando das ações das administrações federal, estadual e municipal, com o intuito de promover medidas para contornar a situação da pobreza, da precariedade social ou do desemprego, destacam-se diversas atividades e programas. Em relação a ação do Estado, houve a criação, em 1959, do Serviço Social do Estado (SERSE), ainda no governo de Francisco das Chagas Caldas Rodrigues (1959-1962), com o objetivo de prestar assistência às pessoas reconhecidamente necessitadas.³² Segundo Monte, em Teresina coexistiam grupos e projetos que visavam atender ao público mais necessitado.³³

A intenção era não somente prestar assistência aos pobres, mas também buscar meios de manter um padrão regularizado na cidade, no sentido de que os pobres, que a cada dia se acumulavam nas ruas e avenidas dos espaços urbanos, fossem colocados à parte e distanciados da visão central da cidade, correspondendo ao desejo de embelezamento pensado pelos críticos e higienistas da capital.

Juntamente com órgãos do governo, como o SERSE, havia também a participação de órgãos federais e privados. Entre eles é possível mencionar as atividades desenvolvidas pelo SENAC na década de 1970, que foi responsável pela qualificação de aproximadamente 32.113 pessoas para cursos ligados à área da construção civil, como carpinteiros, pedreiros, serventes,³⁴ e o encaminhamento deles para empresas vinculadas.

³² PIAUÍ. *Mensagem do Governador Chagas Caldas Rodrigues encaminhada à Assembleia Legislativa em 1960*. Teresina, 1960. p. 10.

³³ MONTE, 2012, p. 2.

³⁴ VIANA, Débora Silva. *Entre o concreto e o etéreo: trabalho e memória dos trabalhadores da construção civil em Teresina na década de 1970*. 2013. 281 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013. p. 135.

Com atividades ligadas ao assistencialismo aos menos favorecidos por meio de qualificação para o trabalho estava a Organização do Lar (OLAR), direcionada a atividades como copeiras, babás, domésticas, jardineiros, cozinheiras, motoristas e outros serviços.³⁵ Nesse mesmo intuito foi desenvolvido o projeto de assistência para as lavadeiras dentro do programa do Centro Materno-Infantil Nutricional, possibilitando atendimento médico, extensivo aos seus familiares, tanque e água para lavagem de roupas, tábua e ferro para engomar, creche para lactantes pelo menos de 12 meses, além de escola e alimentação.³⁶

Através da qualificação desenvolvida por ações do SERSE e parceiros, a mão de obra era aproveitada principalmente nas reformas, construções e demais serviços que a cidade ditava por meio do processo de modernização. No jornal *O Dia* de 1972, com a reportagem trazida na capa do jornal, é destacado o trabalho desenvolvido pelas ações do SERSE para controlar a crescente população desempregada:

Teresina adocece por um lado, mas revigora-se por outro, ao contemplar o quadro humano e promissor de homens que se entregam a um novo tipo de atividade, isolando do desemprego e da ociosidade que motivam a miséria e o crime e integrando-se ao labor dignificante, que constrói e se desenvolve.³⁷

Os “serseanos”, como são descritos na matéria as pessoas que estavam desempregadas e ociosas, passam a trabalhar garantindo seu “pão de cada dia”, prestando serviços ao progresso da cidade. Outro ponto que a reportagem apresenta a associação entre a condição de pobreza da população desempregada com a criminalidade, e para o SERSE seria o trabalho a ferramenta para evitar que estes se envolvessem em crimes e delitos, ou ficasse ociosa pela cidade.

Havia órgãos e ações sociais prestadas pela Igreja Católica, sob as ordens do Arcebispo do Piauí Dom Avelar Brandão³⁸, direcionadas principalmente para pessoas em situação de abandono e pouca renda para sobrevivência na capital, visto que “os programas realizados pelo poder público municipal e estadual eram insuficientes para o atendimento das

³⁵ PIAUÍ. *Mensagem do Governador Alberto Tavares Silva encaminhada à Assembleia Legislativa em 1973*. Teresina, mar. 1973. p. 54.

³⁶ A TRISTE paisagem. *A Hora*, Teresina, n. 144, p. 3, 16 maio 1972.

³⁷ O DIREITO de trabalhar. *O Dia*, Teresina, n. 3.695, p. 1, 19 fev. 1972.

³⁸ Avelar Brandão Vilela foi padre, bispo, arcebispo metropolitano, arcebispo primaz do Brasil e cardeal da Igreja Católica. Nascido em Viçosa (AL). Embora a Igreja o tenha incumbido de apostolados somente nesta região, sua atuação foi nacional e internacional pelos cargos que ocupou junto a organismos católicos, como o Conselho. Chegou ao Piauí em 6 de maio de 1956, aos 44 anos, na condição de segundo arcebispo da Arquidiocese de Teresina, e permaneceu até 6 de maio de 1971, quando foi transferido para Salvador, sede primacial da Igreja Católica no Brasil. Cf.: CARVALHO, Sônia Maria dos Santos. *Dom Avelar Brandão Vilela: uma biografia histórica*. 2010. 207 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

carências da população pobre de Teresina”.³⁹ Entre as ações assistenciais prestadas, é possível encontrar a criação da Ação Social Arquidiocesana (ASA), a partir da qual eram realizadas atividades de natureza religiosa, mas que também contava com ações diretas em relação à saúde, alfabetização de crianças e adultos, formação profissional de cursos básicos, distribuição de medicamentos, entre outras.⁴⁰

A atuação das secretarias e órgãos do governo, principalmente na construção de habitações populares, junto das ações da administração municipal, com o intuito de oferecer moradia adequada à população teresinense, também promoveu assistência direta à população carente. No entanto, os programas realizados pela esfera estadual, municipal e federal, não eram suficientes para sanar as necessidades da capital, na medida em que o crescimento da cidade atraía cada vez mais migrantes em busca de melhores condições de vida e oportunidades de emprego e educação de qualidade.

Ações de grupos públicos e privados, relacionadas à necessidade de prestar assistência para determinada parte da população teresinense, revelam que havia a urgência de consumirem políticas públicas de maior abrangência, resguardando principalmente o acesso a escolas, moradias, a hospitais e tratamentos de saúde, qualificação de mão de obra e ofertas de empregos, proporcionando um ascendente caminho ao progresso para que as demais áreas necessitadas da cidade fossem complementadas dentre tais ações, assim como o retorno econômico para a cidade.

Nessa intenção surgiu, em 1971, o projeto do Centro Materno-Infantil Nutricional e Lavanderia, no campo da ação social desenvolvido pelo SERSE⁴¹, pioneiro no país ao gerir benefícios para as lavadeiras e sua família. Essa questão, inclusive, obteve visibilidade na mídia nacional, por ser um projeto singular de lavanderias comunitárias, ao tratar de uma nova forma de sustentação de renda para garantir apoio às pessoas pobres, tendo como ponto principal as mulheres prestando esse serviço na beira do rio, e seus filhos, pois não havia creches nas proximidades para deixá-los, estendendo atendimento nutricional e educacional.

Nesse sentido, a revista *O Cruzeiro*, do Rio de Janeiro, publicou, em 1975, uma reportagem exclusiva com três páginas dedicadas ao projeto criado pelo SERSE, durante a administração de Alberto Tavares Silva. Questionamo-nos se a reportagem tem caráter publicitário de sua administração, na intenção de exaltar suas obras, por ser um periódico de grande circulação e visibilidade. O interesse da revista para a publicação de uma reportagem

³⁹ MONTE, 2012, p. 8.

⁴⁰ MONTE, 2012, p. 9.

⁴¹ AS LAVADEIRAS do Parnaíba. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, ano 47, n. 16, p. 43, 16 abr. 1975.

neste sentido tende a demonstrar sua parcialidade quanto à questão política, visto que a revista apoiava a base política daquele momento. Isso pode ser notado pelo fato de que a reportagem foi produzida e publicada em 1975, e o mandato de Alberto Silva já havia sido encerrado⁴².

Na reportagem foi ressaltada a importância do projeto desenvolvido, informando ainda as necessidades e a miséria pelas quais passavam as lavadeiras nos rios da cidade de Teresina, e como se mantinham em termos de alimentação e educação dos filhos. A matéria, por ser divulgada em uma revista de outro estado, não teve tanta repercussão em Teresina, uma vez que não localizamos nenhuma notícia nos diários da capital ou referência a ela.

Como é possível observar no trecho a seguir, a leitura da matéria informa que:

Elas aceitam o velho hábito, desprezando um trabalho pioneiro no Brasil de execução da tarefa em comunidade. Expõem seus filhos aos perigos da contaminação de doenças. A verminose é muito comum entre eles. Aos que já vivem no meio comunitário faturam de Cr\$ 40,00 a Cr\$ 60,00 por lavagem.⁴³

Comparando a matéria com as entrevistas⁴⁴ realizadas e o contexto de outras matérias retiradas dos jornais veiculados em Teresina, é possível verificar um discurso discordante. Segundo as lavadeiras que foram entrevistadas, é consenso que, por conta do grande número de mulheres no serviço, as lavanderias do Centro Materno-Infantil não foram suficientes para suprir a grande demanda. Dessa forma, não havia a vontade de permanecer trabalhando na margem dos rios, como a reportagem menciona ao afirmar que a mulher “aceita o velho e despreza um trabalho pioneiro”, mas a questão é que, por serem os dois rios os espaços utilizados para essa atividade, algumas mulheres ficaram inviabilizadas de se direcionarem para as lavanderias.

Ao ponto da reportagem, acrescentamos que ela é relevante para este trabalho uma vez que foi possível encontrar uma publicação e registrar informações como esta, elucidando ainda que, para o governo de Alberto Silva, foi mais uma forma de fazer propaganda pessoal. Além disso, o discurso da matéria expõe fatos sobre as lavadeiras que não condizem com as

⁴² Verbetes sobre a revista O Cruzeiro. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/cruzeiro-o>. Acesso em: 03 de ago. 2020.

⁴³ AS LAVADEIRAS do Parnaíba. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, ano 47, n. 16, p. 43, 16 abr. 1975.

⁴⁴ Foram realizadas seis entrevistas, seguindo a metodologia da História Oral, entre lavadeiras que atuaram somente nos rios, e lavadeiras que atuaram nas lavanderias comunitárias do Centro Materno-Infantil Nutricional e Lavanderia. Dentre os critérios para as entrevistas, encontram-se mulheres que exerceram a atividade de lavagem de roupas no período de 1970 a 1975, para se obter uma visão mais aprofundada acerca do momento a que esta pesquisa se restringe. Como aporte para realizar as entrevistas utilizamos os seguintes autores: ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.; TOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.; FREITAS, Sônia Maria de. *História oral: possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Humanitas, 2002.; FERREIRA, Marieta de Moraes.; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e abusos da História Oral*. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006.

narrativas colhidas através das entrevistas realizadas. O mesmo ocorre com a análise dos jornais locais, nos quais é comum encontrar denúncias e críticas tanto em relação às lavadeiras do rio Poti, quanto à pobreza que se manifestava a partir da imagem que se propaga sobre elas, evidenciando assim uma divergência entre a propaganda e a realidade, uma vez que o projeto foi parcial e não atingiu toda a comunidade que dela necessitava.

Dentre os demais motivos que inviabilizavam o deslocamento das lavadeiras estava o fato de que as duas lavanderias construídas ficavam mais próximas do rio Poti, dificultando o acesso de inúmeras outras lavadeiras que trabalhavam nas margens do Parnaíba, ou mesmo em bairro mais distantes deste; a lavanderia do bairro Ilhotas ficava a uma distância de 800 metros da margem do rio, e a do bairro Primavera, a 500 metros, como é possível observar com a linha preta traçada nas figuras 2 e 3:

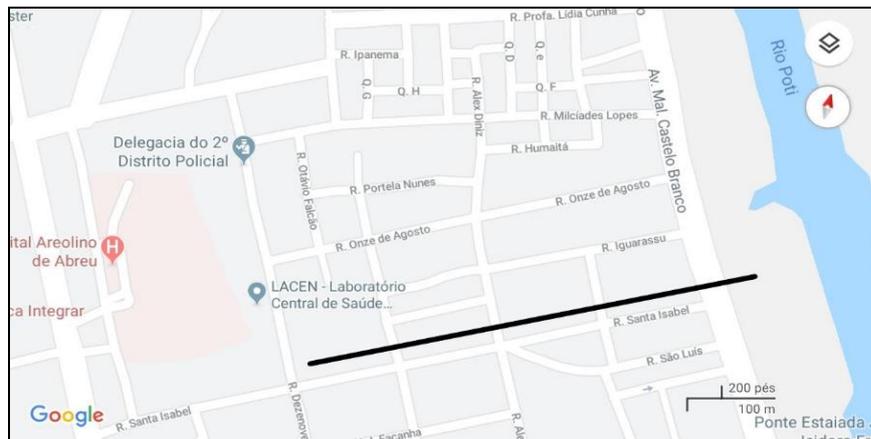


Figura 2: Distância da lavanderia do bairro Primavera, rua 19 de novembro, para margem do rio Poti.

Fonte: Google Maps. Acesso em: 25 jul. 2019.

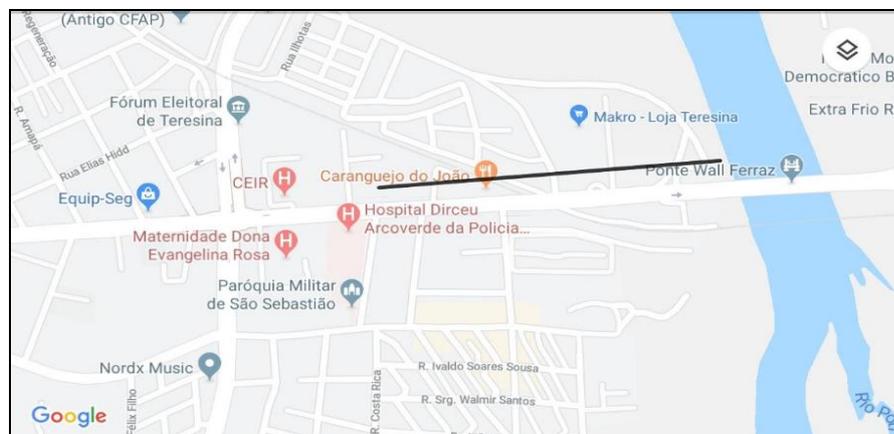


Figura 3: Distância da lavanderia do bairro Ilhotas, Avenida Higino Cunha, para margem do rio Poti.

Fonte: Google Maps, acesso em: 25 jul. 2019.

O projeto foi realizado no intuito de oferecer conforto e assistência às lavadeiras presentes na cidade de Teresina, que representam, aqui nesta análise, uma parcela da população pobre. No entanto, encontramos uma realidade que não foi capaz de suprir a grande demanda que dela necessitava. Com isso, muitas mulheres e suas famílias permaneceram desassistidas e sujeitas às mais diversas críticas que partiam não somente dos jornais, mas se espalhavam para além dos limites da cidade, como pode ser notado através da presença desse discurso na revista *O Cruzeiro*,⁴⁵ divulgada no Rio de Janeiro, que mencionamos acima.

É possível identificar como a situação de pobreza em Teresina, representada pelas lavadeiras, leva as administrações a projetarem meios e ações com o objetivo de eliminar ou amenizar a situação de precariedade em que se encontrava a cidade, e, por consequência, seus moradores. Mas, por diversos motivos, como os citados no decorrer deste tópico, não obteve garantias suficientes para prosseguimento, tornando-se assim apenas mais uma ação assistencialista paliativa, pouco alterando os quadros estruturais da cidade e da atividade das lavadeiras.

3.2 LAVANDO ROUPA, CANTANDO A VIDA: A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DA LAVADEIRA E DA MULHER POBRE

A elite brasileira, no início do século XX, julgava que a condição feminina estava associada à sua incapacidade intelectual e, portanto, trabalhos braçais como lavar, engomar, costurar e passar se restringiam às mulheres.⁴⁶ Essa é uma visão carregada de preconceito e não se pode mais atribuir aos dias atuais, nem mesmo ao período que esta pesquisa se dedica, na medida em que mulheres de todos os âmbitos sociais destinam-se ao mundo do trabalho, com cada vez mais acesso aos espaços públicos.

Michelle Perrot enuncia que a pesquisa sobre o universo feminino contribuiu para a reavaliação do poder das mulheres. O discurso opressivo e subversivo do ponto de vista da dominação dos gêneros procurou mostrar a presença feminina e a amplitude dos seus papéis, dignificando as suas ações como válidas, e consequentemente demonstrando a existência e a persistência do poder da mulher, independentemente de sua esfera social.⁴⁷

Essa questão torna-se pertinente ao pensar em como as mulheres, em sua geral dominância dos corpos e dos espaços, tomaram consciência de suas ações e depositaram nelas

⁴⁵ AS LAVADEIRAS do Parnaíba. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, ano 47, n. 16, p. 43, 16 abr. 1975.

⁴⁶ RAGO, Margareth. Trabalho Feminino e sexualidade. In: DEL PRIORI, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 483-507.

⁴⁷ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

a necessidade de se manterem presentes por meio de uma nova cultura, e socialmente por meio da espacialização do trabalho, ou seja, através de sua entrada no mercado como agentes para o trabalho manual e físico. Alguns trabalhos que exigem mais força física também podem estar relacionados à falta de oportunidades e igualdade para classes sociais distintas⁴⁸.

Assim, trabalhos informais como de doceiras, quituteiras nos mercados públicos, domésticas, babás, lavadeiras e engomadeiras ganhavam cada vez mais espaços na cidade de Teresina, sustentando muitas famílias. Trabalhos como os citados proporcionavam uma renda de aproximadamente Cr\$ 70 ou, quando muito, Cr\$ 80 por mês.⁴⁹ São valores pecuniários baixos, mas foram suficientes para a manutenção básica alimentar. Isso corresponde a uma renda vantajosa, visto que não havia políticas públicas direcionadas para as pessoas pobres.⁵⁰ De acordo com uma das entrevistadas, era um valor pequeno, que “dava *pra* nada não, porque eu pagava aluguel, não tinha casa, tinha que pagar aluguel”,⁵¹ mas que era suficiente para ajudar nas despesas de casa, quando o marido, ou os filhos, também trabalhavam.

Nesse caso, ficava difícil que essas pessoas tivessem acesso a empregos formais, como vendedores, médicos, professores, servidores, visto que essas ocupações exigiam um nível de escolaridade formal mais elevado, o que não correspondia com a oferta de educação e permanência na escola para esse grupo, pois precisavam garantir sua subsistência. Ou seja, com um grau de ensino menos qualificado, a chance de conseguir um emprego formal com carteira assinada e direitos assegurados era mínima.

Muitas mulheres pobres começaram a trabalhar através dessa já praticada e comum atividade de lavagem de roupas nos rios para ter e/ou manter uma renda familiar equilibrada e ajudar nos gastos com seu cônjuge, como é o caso de Adalgiza Dorneles, que trabalhou como lavadeira por alguns anos no rio Poti, e, após a construção da lavanderia, foi redirecionada através do projeto. Ela lembra:

Fiquei lá até... Criei meus filhinhos tudo bem, a custo de lá, tive muita ajuda lá. Não é que nem agora, que o governo dá bolsa família, da não sei o que, dá, eu não tive, nunca tive esses privilégios. O privilégio que eu tinha era a

⁴⁸ RAGO, 1997, p. 578-606.

⁴⁹ Esses valores são indicados por meio de matérias dos jornais pesquisados, nos quais está evidenciado o valor unitário que as lavadeiras recebiam para sua sobrevivência através da profissão, bem como por meio das entrevistas, nas quais, quando questionadas sobre a renda, elas afirmaram um valor aproximado e correspondente a no máximo Cr\$ 80 ao mês, dependendo das trouxas que conseguiam para lavar. Cf.: FATOS e destaques: Lavadeiras. *A Hora*, Teresina, n. 148, p. 6, 7 abr. 1972.; AS LAVADEIRAS do Parnaíba. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, ano 47, n. 16, p. 43, 16 abr. 1975.

⁵⁰ Como mencionado anteriormente, foi muito comum a criação de caridade, partindo principalmente de ações da Igreja Católica, para auxílio às pessoas mais necessitadas, incluindo mendigos, doentes, crianças abandonadas e migrantes necessitados. Enquanto em relação às administrações da capital, não correspondiam para essas ações. Cf.: MONTE, 2012.

⁵¹ SOUZA, 2018, p. 7.

casa *pra* eu trabalhar, a luz que eu não pagava, e a água que eu também não pagava. Eu tinha o privilégio. Agora *pra* ganhar o meu dinheiro eu que me virava, arrumasse meu serviço, fizesse direitinho, porque se não fizer direito o patrão não vem mais, e aí, eu sempre gostei de conservar meus amigos, meu patrão, sou muito conservadora, gosto de conservar tudo.⁵²

Para Dona Adalgiza, trabalhar como lavadeira, além de apoio financeiro, lhe proporcionou liberdade, no sentido de que ela estava ocupada com algo que sabia fazer, que gostava e assim podia manter seus filhos sob acompanhamento do Estado, e sob seus cuidados. A entrevistada se refere ao fato de que, na lavanderia do Centro Materno-Infantil em que ela trabalhava, havia a creche (no mesmo prédio) onde seus filhos menores permaneciam ao longo do dia, sendo acompanhados pelas assistentes, quando delas necessitavam.

Um ponto importante a ser destacado é o fato de que trabalhar nos rios como lavadeira, de acordo com a fala da entrevistada, se tornou muito mais que apenas um serviço de obtenção de renda, de meio lucrativo imediato. Na sua fala, percebe-se como através do seu trabalho ela se sentiu “*privilegiada*” por ter onde trabalhar, sem que estivesse sujeita a condições nocivas, como nas margens de um rio, para não ficar sem renda ou mesmo ficar na espera de uma possível assistência financeira do governo, que não existia naquele período.

Com essa mesma percepção, a lavadeira Francisca do Nascimento, quando questionada sobre como foi trabalhar como lavadeira, diz que:

É um trabalho como outro qualquer. Não desonra ninguém, é um trabalho, que aí a gente trabalha honestamente *pra* ganhar seu dinheiro, é como um outro qualquer serviço. Pessoa diz ‘ah! Fulano tá trabalhando lavando roupa’, não é serviço, a gente trabalha, todo serviço que a gente faz honestamente é *pra* ganhar seu dinheiro, honrar seu nome, sustentar sua família, não é desonra *pra* ninguém.⁵³

É possível notar que a lavadeira enxerga sua atividade como um trabalho igual a qualquer outro, ou seja, que não havia motivos para se sentir reprimida socialmente pelas críticas que ocorriam, pois era uma fonte de renda honesta, e não a desonraria por fazê-la. Isso indica a relação que coexiste através de uma imagem construída acerca das mulheres lavadeiras, associando-as à marginalidade, à ignorância e à promiscuidade, como é descrita na matéria publicada no jornal *O Dia* de 1973:

As lavadeiras do cais do Parnaíba, a maioria constituída de prostitutas ali perto da travessia para Timon, provocam séria ameaça ao povo de Timon, que diariamente percorre aquele trecho. O povo timonense que trabalha e

⁵² SOUZA, 2018.

⁵³ NASCIMENTO, 2018.

estuda em Teresina, é obrigado a fazer a travessia do rio nesse ponto, a fim de usar as lanchinhas mais rápidas e mais baratas. Enquanto isso, aparecem seminuas as lavadeiras, num ponto onde crianças e adultos passam constantemente, com suas famílias para escola ou para o trabalho.⁵⁴

O texto, que o repórter/jornalista escreveu, passou pelo editorialista que representa a empresa, assim podemos supor que seu pensamento se estendia ao jornal como um todo, e mesmo a outros leitores, até mesmo porque ele diz que “o povo” que ali percorre se vê obrigado a conviver com as lavadeiras seminuas. Nesse ponto podemos compreender que a relação entre as lavadeiras e uma parcela da sociedade teresinense, e nesse caso também a timonense⁵⁵, revela uma reação negativa quanto à construção da imagem das lavadeiras que estão nas margens do rio para trabalhar.

Toda a imagem destacada remete a discussão que atravessa a história da cidade, de modo que hábitos interioranos comumente praticados por migrantes e pessoas pobres na cidade acarretaram em uma reconfiguração do meio social que se pretendia para a Teresina que progredia, evitando situações e atividades como a das lavadeiras por causar uma imagem de pobreza, de vadiagem e até promiscuidade,⁵⁶ como a destacada na matéria.



Figura 4: Lavadeiras seminuas provocam protestos.
Fonte: O INCÔMODO que as lavadeiras do rio Parnaíba provocam. *O Dia*, Teresina, n. 3, p. 5, 2/3 set. 1973.⁵⁷

⁵⁴ O INCÔMODO que as lavadeiras do rio Parnaíba provocam. *O Dia*, Teresina, n. 3, p. 5, 2/3 set. 1973.

⁵⁵ A cidade de Timon fica localizada na outra margem do rio Parnaíba, no Estado do Maranhão. É muito comum a travessia de moradores da cidade para a capital Teresina-PI, tanto para trabalho, quanto para estudo.

⁵⁶ ARAÚJO, 2010, p. 32.

⁵⁷ Apesar de o título da matéria destacar que as lavadeiras estavam “seminuas”, a imagem divulgada no jornal *O Dia* não as identifica dessa forma.

A noção de modernidade, compreendida pelos intelectuais e políticos em Teresina, era levada pela ideia de civilizado.⁵⁸ Essa noção é caracterizada por um conjunto de ordens e valores que marcam um comportamento social que se adapta ao novo e ao progresso trazido com ideais compartilhados sobre a noção de modernidade, que figurou uma ideia a ser consumida por outras capitais que desejavam se desenvolver utilizando ações como o controle dos sujeitos, ou mesmo o sanitarismo. Com isso, havia o desejo de desenvolver uma cidade com características novas, para além de comportamentos, o que também resultaria na potencialidade de seus cidadãos.⁵⁹

O desejo de manter uma sociedade civilizada por meio de trabalho e ações coletivas do Estado cercou o pensamento normatizador presente nos anos de chumbo em Teresina. A associação do trabalho com os valores morais e progressistas, pensados desde os séculos passados, continuavam presentes no imaginário piauiense.⁶⁰ Esse fato está associado a uma emergência na construção da nova e moderna sociedade, e se complementa por meio da oferta de empregos e do aperfeiçoamento de grupos marginais para adequar-se aos ideais progressistas em voga no período.

No entanto, no Piauí não existia larga oferta de emprego, mas coexistiam subempregos, derivados da construção civil, do comércio em extensão, do magistério, dos serviços de prestação pública, entre eles os empregos informais que mais sustentavam a renda do piauiense. É importante ressaltar que não havia, até aquele momento, a instalação ou construção de grandes indústrias e fábricas para geração de empregos formais regidos sob leis trabalhistas.⁶¹ No entanto, foram desenvolvidas atividades como o aperfeiçoamento da mão de obra, a capacitação nas áreas da construção civil e do comércio, que estava em crescimento no período, e também por meio da colocação dessa mão-de-obra no mercado de trabalho por meio do Sistema Nacional de Empregos (SINE), outro órgão do governo em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC), que foi de grande incentivo e organização para o aperfeiçoamento das funcionalidades das pessoas mais pobres, direcionando-as para o mercado de trabalho.⁶²

⁵⁸ QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Os literatos e a República*: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. Teresina: EDUFPI, 1998.

⁵⁹ Para mais informações sobre modernização em Teresina, cf.: NASCIMENTO, 2010. Para informações sobre modernização dos espaços urbanos, cf.: REZENDE, Antônio Paulo. *(Des) Encantos modernos*: histórias da cidade do Recife na década de 20. Recife: Editora da UFPE, 2018.

⁶⁰ ARAÚJO, 2010, p. 32.

⁶¹ DESEMPREGO é alarmante no Piauí. *O Dia*, Teresina, s/n., p. 3, 24 fev. 1972.

⁶² CARVALHO JÚNIOR, Benjamim Soares de. et. al. Indicadores sociais do Piauí. Série Relatórios de Pesquisas – convênio com a SUDENE. Teresina: Fundação CEPRO, 1981. p. 43 apud VIANA, 2013, p. 135.

O desemprego foi pautado muitas vezes nos jornais editados na cidade por ser um problema estrutural que atravessava o país inteiro. No Piauí, essa situação se agravava, e a questão do desemprego na capital destacava o alarmante crescimento de uma parcela populacional desassistida pelas administrações que, por consequência, acarretava muitos outros problemas sociais. Na matéria “Desemprego é alarmante em todo Piauí”, do jornal *O Dia*, publicada em 1972, fica explicitado a carência destacada:

O desemprego em Teresina está assumindo dimensões alarmantes em virtude da ausência completa de ocupação e da carência de escolas destinadas à formação de mãos de obra especializada. Mesmo nas profissões mais humildes ainda se encontram deficiências de especialização entre os desempregados, que sem perspectivas apelam para a lavagem de carros e outros ‘bicos’ que não rendem o suficiente para sua subsistência.⁶³

O destaque para a falta de escolas destinadas para qualificação da massa desempregada por parte do governo evidencia a ausência de profissionais mesmo em serviços mais comuns, tais como as babás, jardineiros, cozinheiros e motoristas, e com isso acarretava o aumento do desemprego. Por isso, iniciativas do Estado, como a parceria com o Senac, foram responsáveis por criar uma ação voltada para a qualificação de profissionais ligados a trabalhos mais gerais, como os citados.

Na tentativa de evitar o acúmulo de desempregados, a administração estadual, por meio do SERSE, desenvolveu ações de empregos imediatos na intenção de conter o aumento da quantidade de homens e mulheres pobres desempregados, e oferecer um retorno direto à capital, que, no primeiro momento, merecia mais atenção por conta da visibilidade que tinha perante as outras cidades do Estado. Assim, os trabalhos desenvolvidos estavam ligados a áreas sociais mais práticas, como limpeza de ruas e praças, corte de árvores, zeladores em prédios públicos, atividades que não exigiam uma qualificação educacional e profissional rigorosa.⁶⁴

Seguindo essa perspectiva, surgiu o Projeto Piauí,⁶⁵ que iniciou uma pesquisa no estado sobre os problemas que mais afetavam a população piauiense. Dentre os problemas encontrados estavam as doenças infectocontagiosas e situação de miséria entre as mulheres ribeirinhas que lavavam roupas na margem dos rios, sujeitas também aos perigos da correnteza dos rios, expondo também seus filhos. Em matéria publicada no jornal *A Hora*, em 1972, é possível observar os dados sobre a pesquisa que o SERSE realizou, revelando:

⁶³ DESEMPREGO é alarmante no Piauí. *O Dia*, Teresina, s/n., p. 3, 24 fev. 1972.

⁶⁴ O DIREITO de trabalhar. *O Dia*, Teresina, n. 3695, p. 1, 19 fev. 1972.

⁶⁵ PIAUÍ. *Mensagem do Governador Alberto Tavares Silva encaminhada à Assembleia Legislativa em 1974*. Teresina, 1974.

Nada menos de 176 lavadeiras na zona Sul de Teresina, 73% das quais com renda bruta mensal de 50 cruzeiros. No meio desse grupo existem 54 filhos com idades que variam entre 0 e a 1 ano; 148 filhos com idade que variam entre 1 e 5 anos; 288 filhos com a idade de 6 a 15 anos e 410 com mais de 15 anos. [...] Ela revela, baseada no fato de que a maioria dessas mulheres ganha 50 cruzeiros por mês, que a alimentação do grupo não poderia ultrapassar os limites do arroz, feijão, farinha e café.⁶⁶

Esses números são pertinentes para indicar o nível de pobreza das mulheres que lavavam roupas nas margens dos rios Poti, que representou um dos elementos para que o governo projetasse e construísse um centro de apoio à lavadeira e sua família. Por isso, destaca-se a relação destes com a grande incidência de mulheres na margem dos rios, até mesmo como sustento único, por conta da extensa quantidade de filhos, menores de 18 anos, que dependiam de suas famílias, o que demonstra a condição social a que mulheres pobres estavam sujeitas, pois, além de ter uma renda insuficiente para manter suas necessidades, também coloca em destaque a má alimentação (básica) decorrente disso.

A reportagem foi produzida a partir dos dados divulgados pelo SERSE em 1972, que informa que, na Zona Sul da cidade de Teresina, as lavadeiras que trabalhavam nos rios ganhavam até Cr\$ 50 por mês para manter uma família de aproximadamente 5 filhos, o que, considerando os valores de renda correspondente, não supriria uma alimentação regulada com o mínimo, como leite e carne, como revela a pesquisa. Na tabela abaixo, produzida a partir desses dados, se esclarece melhor a questão.⁶⁷

IDADE DOS FILHOS	NÚMERO DE FILHOS*
0 a 1 ano	54
1 a 5 anos	148
6 a 15 anos	288
+ de 15 anos	410
	Total de filhos: 900

Tabela 1: Quantidade de filhos das lavadeiras da Zona Sul de Teresina.
Fonte: FATOS e destaques: Lavadeiras. *A Hora*, Teresina, n. 148, p. 6, 7 abr. 1972. *Pesquisa realizada com 175 lavadeiras.

⁶⁶ FATOS e destaques: Lavadeiras. *A Hora*, Teresina, n. 148, p. 6, 7 abr. 1972.

⁶⁷ A tabela foi criada a partir dos dados disponibilizados na matéria do jornal *A Hora*, 1972. Não foram encontrados os dados do SERSE, que não foram disponibilizados pela atual gestão da Secretaria da Assistência Social e Cidadania (SASC).

A pesquisa, mesmo sendo realizada com um número de 175 lavadeiras que trabalhavam nas margens do rio Poti, estende nosso entendimento para as outras áreas da cidade onde outras tantas mulheres viviam na mesma situação, inclusive utilizando o rio Parnaíba, para além das proximidades do cais. Ou seja, a realidade de uma alimentação desregulada e deficiente entre as lavadeiras e seus filhos atinge toda a média que dessa profissão vivia, e isso se justifica nos pequenos valores pelo qual o serviço contava, entre Cr\$50 a Cr\$80, que mal dava pra comprar o básico, como afirma na reportagem. Outro fator que estende essa situação se deve a quantidade de filhos. Apenas nesta pesquisa o número de 900 filhos entre 175 lavadeiras já é sintomático, isso quer dizer que para cada uma lavadeira a média era de aproximadamente 5 filhos, de 0 a mais de 15 anos.

Partindo desse ponto, podemos compreender que a condição social das mulheres pobres em Teresina, tomando como média as lavadeiras inclusas nessa pesquisa, que, mesmo exercendo um trabalho árduo e degradante fisicamente, pôde proporcionar a essas mulheres e suas famílias um sustento, uma renda mínima, mas possível, ao passo que:

Tratava-se de uma alternativa viável, uma vez que essas mulheres não tinham instrução formal e passavam a realizar um serviço cuja prática elas já dominavam, visto que lavar roupas é uma atividade doméstica muito comum. Em consequência dessa ação, a mulher pobre dominou os espaços públicos da urbe para garantir o sustento e a sobrevivência de sua família, enfrentando e resistindo aos constantes problemas sociais a que se sujeitava para viver em uma cidade em pleno desenvolvimento.⁶⁸

Seguindo com esses dados, o SERSE, em parceria com a Secretaria de Saúde, sob o comando do médico Dirceu Mendes Arcoverde, firmou “o convênio para a assistência às lavadeiras de Teresina, que viviam mergulhadas no mais completo estágio de pobreza”.⁶⁹ A partir da matéria supracitada, é possível observar que a necessidade de assistência às lavadeiras se via de modo urgente a ser realizado, e, para tanto, o Estado movimentou-se com o intuito de articular a construção do Centro Materno-Infantil Nutricional e Lavanderia que prestasse assistências para o grande número de mulheres que vivia nas mais vulneráveis condições à beira dos rios.

No entanto, não somente a ideia de assistência deve ser destacada em torno da construção do Centro Materno-Infantil, mas também o que diz respeito à ideia sanitária,

⁶⁸ DA SILVA, Yasmin Escórcio Meneses da. “*O colorido das lavadeiras*”: a condição social das lavadeiras de roupas nos rios de Teresina na primeira metade da década de 1970. 2017. 56 f. Monografia (Graduação em Licenciatura Plena em História). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017. p. 50.

⁶⁹ FILHOS de lavadeiras não têm carne e leite na alimentação diária. *A Hora*, Teresina, n. 148, p. 1, 7 abr. 1972.

ligada a saúde da população e a estética da capital, representante do progresso do Estado.⁷⁰ Por isso, ao discutir a saúde das lavadeiras, é importante mencionar que essa questão é atravessada principalmente pelo discurso sanitarista,⁷¹ através de críticas de cronistas divulgadas nos jornais que circulavam na cidade.

É muito comum algumas matérias se referirem à proliferação de doenças contagiosas, como a tuberculose, muito comum nas lavadeiras que ficavam diariamente na margem dos rios trabalhando, em ambiente úmidos e quentes, sem cuidados com a própria saúde e com uma alimentação precária.⁷² Em outra matéria, porém, é possível compreender que além da assistência para as lavadeiras e sua família, coexistia também a ideia sanitarista, percebida por meio das normatizações dos espaços públicos, como são os rios Poti e Parnaíba. A matéria destaca:

Numa iniciativa que merece, por dever de justiça, os aplausos de todos que conhecemos a triste paisagem das ribeirinhas do Parnaíba e do Poti: as velhas lavadeiras, confrontando com a beleza do rio um semblante desesperado, em real retrato de miséria. Serve o Parnaíba como instrumento de trabalho humilde, é verdade, mas assegura o sustento às vezes de uma família muito grande. Possivelmente é a lavadeira a única coisa de que o Parnaíba se constanja e, no seu silêncio, se humilha.⁷³

A imagem das lavadeiras como o real retrato de miséria em um ambiente público e de acesso livre, como são os rios da cidade, provocam essa reação no cronista, que, ao declarar que as lavadeiras constroem o rio por exercerem uma atividade livre, “um trabalho humilde”, conseqüentemente exibiam uma imagem de miséria, de abandono. Ou seja, a imagem que o cronista comenta, representa a noção de que determinada parte da sociedade, principalmente ligados a política e saúde pública, associa à pobreza, como potencial para a situação de desemprego, que gera o acréscimo de atividades marginais e informais, como a descrita na matéria.

⁷⁰ FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. *O recinto do elogio e da crítica: maneiras de durar Alberto Silva na memória e na história do Piauí*. Teresina: EDUFPI, 2015.

⁷¹ O discurso sanitarista, precedente de meados de 1910, persistiu até a década de 1970, com variantes. Segundo Luna Tamano, a higiene precisava estar em consonância com a vida cotidiana e deveria fazer parte dos hábitos de todos. A política de saúde pública que antes versava sobre a cura de doenças, passa, com o tempo, a observar que os hábitos também deveriam ser mudados. Assim, novas práticas surgiram e passaram a serem usadas, como a educação higiênica, muitas vezes imposta de forma autoritária, sobre pretexto de ações progressistas para o crescimento do país. Cf.: TAMANO, Luana Toeko Omena. O movimento sanitarista no Brasil: a visão da doença como mal nacional e a saúde como redentora. *Khronos*, São Paulo, n. 4, p. 102-115, ago. 2017.; FONSECA, Cristina M. Oliveira. Trabalhando em saúde pública pelo interior do Brasil: lembranças de uma geração (1930-1970). *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 393- 411, 2000.

⁷² POPULAÇÃO ribeirinha ameaçada por doença estranha. *Correio do Povo*, Teresina, ano 2, n. 77, p. 1, 14 abr. 1975.

⁷³ DE TUDO um pouco: a triste paisagem. *A Hora*, Teresina, n. 144, p. 3, 16 maio 1972.

Em Teresina, a normatização dos espaços públicos pode ser entendida como um pressuposto para modernização que se alimentava na capital. O reflexo de ações como essas supõem que espaços públicos limpos, organizados e mantidos em qualidade estética, garantam o conforto, a segurança e o bem-estar da população que o utiliza. Assim, percebe-se que as críticas às lavadeiras por utilizarem práticas rudimentares de trabalho em ambientes público e natural não condizia com a imagem de cidade moderna que se criava na capital.

Apesar disso, o poder público não foi capaz de sanar a situação criticada nos jornais em relação à situação que as pessoas pobres causavam à vista estética da cidade, pois era grande a necessidade delas em se manter por meio dos seus empregos informais, as lavadeiras estavam entre essas. O que as mantinham nas vias públicas de Teresina, no cais do rio Parnaíba, próximo ao centro comercial, nas margens do Poti, era a necessidade de muitas mulheres vivendo e se sustentando por meio dos lavados de roupas.

Outro ponto que precisa ser destacado se refere a imagem romântica que também se manifestava para a lavadeira, que, mesmo que em menor quantidade de matérias e seguindo uma visão praticamente poética, tende a mostrar a lavadeira e a força feminina para enfrentar o dia inteiro de sol, as grandes e pesadas trouxas de roupas, as fortes correntezas dos rios, as lendas e causos contados desde tempos antigos.

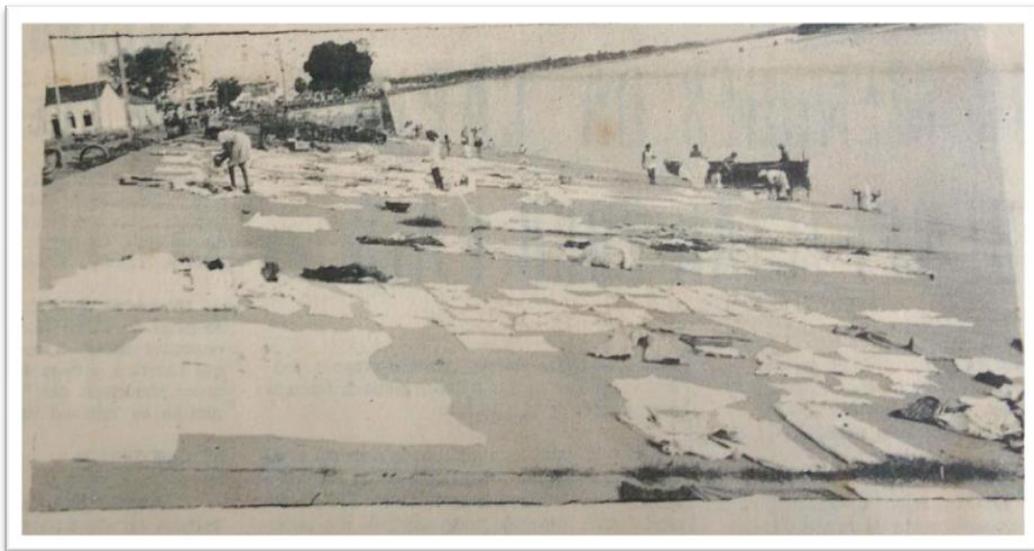


Figura 5: O colorido das lavadeiras.

Fonte: O COLORIDO das lavadeiras. *O Dia*, Teresina, ano 23, n. 4.001, p. 1, 5 set. 1974.

No jornal *O Dia*, de 1974, é publicada a matéria “O colorido das lavadeiras”, mostrando outra relação que a imagem das lavadeiras podia assumir na cidade. A fotografia, impressa na capa do jornal, exhibe várias lavadeiras com as roupas coloridas estendidas no cais do rio Parnaíba, embelezando e enchendo de cores o cinza do cais do rio Parnaíba. O

conteúdo da matéria se refere a elas como um “folclore” na cidade, isso por conta da relação presente entre lavadeiras e os dois rios existentes no espaço urbano, como é possível observar:

Esta é a melhor época para as lavadeiras, devido ao clima quente e o sol aberto e ainda porque as águas estão baixas, possibilitando maior espaço de quarador. Já é folclore em Teresina a presença das lavadeiras nas margens do rio, principalmente agora, no cais da avenida Maranhão, colorido de roupas estendidas oferecendo um espetáculo à parte para quem passa pelo local.⁷⁴

A ideia de que as lavadeiras faziam parte de uma imagem romântica e cultural pertencente à cidade elucida um aspecto positivo tanto em relação a forma de trabalho, quanto ao uso do espaço, o cais do rio Parnaíba na avenida Maranhão na região central da cidade. A lavadeira, que por vezes evidenciava uma imagem com estereótipos de pobreza, doenças e calamidade tão frequente e abordada outrora, carregava também a seu lado a imagem de valorização da força de trabalho feminino, relacionada à presença dessas mulheres na labuta diária e cansativa, enfrentando o sol e as águas fortes do Parnaíba.

Para além disso, é pertinente observar que não existia uma opinião única no que diz respeito a presença dessas mulheres na margem dos rios da cidade, como se pode observar. Isso porque, na medida que se percebe a presença delas trabalhando como lavadeiras, de modo informal, para garantir seu sustento, sem se submeter a mendicância, libertinagem ou mesmo a criminalidade, percebe-se a busca por atividades que se relacionavam a uma noção de trabalho honesto, como já dito por uma das lavadeiras entrevistadas ao comentar sobre seu trabalho.

De acordo com Karlene Sayanne Araújo, que realizou uma pesquisa sobre a pobreza na cidade de Teresina na década de 1970, o trabalho das lavadeiras era exposto em fotos nos jornais, comentados e tidos como algo que a sociedade teresinense não reconhecia como legítimo aos seus padrões.⁷⁵ Isso ocorria porque, na segunda metade da década de 1970, com a administração municipal sob o comando do prefeito Wall Ferraz,⁷⁶ e o estado sob o governo de Dirceu Arcoverde, a questão principal que pode ser notada nos dois governos correspondeu à retirada dos pobres da visão central da cidade, evitando o acúmulo de pessoas pobres, miseráveis ou doentes nas principais regiões da capital, restringindo seu deslocamento e impondo para elas as zonas periféricas para moradia e sobrevivência.

⁷⁴ O COLORIDO das lavadeiras. *O Dia*, Teresina, ano 23, n. 4.001, p. 1, 5 set. 1974.

⁷⁵ ARAÚJO, Karlene Sayanne Ferreira. *A cidade indesejada e pulsante: a pobreza, a modernização e memória de uma capital na década de 1970*. 2014. 98 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014. p. 68.

⁷⁶ Professor e Prefeito de Teresina por três mandatos, o primeiro de 1975 a 1979; o segundo de 1986 a 1989; e o terceiro de 1993 a 1995. SOARES, Nildomar da Silveira. *Leis Básicas do Município de Teresina*. 3 ed. Teresina, 2001. Disponível em: <http://semplan.teresina.pi.gov.br/prefeitos-de-teresina/>. Acesso em: 23 ago. 2019.

É dessa forma que a realidade que se discutia nos jornais incidia sobre o estigma que o trabalho das lavadeiras conduzia para a cidade, que se desenvolvia. Isso causava uma aparência de atraso e de regresso social, com atividades que não impunham uma estética bonita e higiênica para a cidade. Todas essas questões foram motivações para que as administrações públicas buscassem meios técnicos e urgentes para resolver a questão do extenso número de mulheres nas margens dos rios, e evitassem a visão de pobreza e falta de higiene provocada por essa atividade ao usar tanto o espaço do rio, quanto ao evidenciar para a cidade a representação de que o progresso não chegava a toda a capital.

Por isso, surgiu a necessidade de amparar a lavadeira e sua família, haja vista o crescimento dessa atividade informal na cidade, que atinge números estatísticos expressivos para uma década, pois, segundo o censo de 1970, no Piauí, o número de lavadeiras, como setor informal, correspondia a 4.403 no total, enquanto que o número de domésticas correspondia a 11.889 mulheres⁷⁷. Sendo assim, no próximo capítulo, é explicado de que forma isso veio a acontecer e como pode ser realizado e mantido o serviço da lavanderia comunitária oferecido para as mulheres pobres da capital piauiense.

⁷⁷ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *População e demografia: características gerais da população (1970-2010)*. Disponível em: <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=CD77>. Acesso em: 22 ago. 2019.

4 “DO INFERNO PARA O CÉU”: O CENTRO MATERNO-INFANTIL NUTRICIONAL E LAVANDERIA

Este capítulo tem início com o título de uma das matérias divulgadas no jornal *O Dia* em 1973¹ para exibir a nova realidade que a muitas lavadeiras foi oferecida. A realocação das lavadeiras da margem do rio Poti para uma lavanderia comunitária reconfigurou os espaços dos rios, referente aos trabalhos exercidos por lavadeiras, bem como elencou uma série de novas características para a capital.

Como foi discutido, o crescimento de Teresina, permeado pela flecha do progresso², imbuiu a capital nas mais diversas relações para com a modernização. Pensando em realizar ações práticas no que se refere às lavadeiras de roupas, considerado questão de saúde pública,³ foi que a administração estadual elaborou e construiu o Centro Materno-Infantil Nutricional e Lavanderia, na tentativa de oferecer para a lavadeira e sua família novos padrões de serviço, bem como amparo educacional aos seus filhos, com o objetivo de oferecer melhorias qualitativas para a execução de sua tarefa.

Neste capítulo, é abordado o processo de criação e construção do Centro Materno-Infantil para compreender: como a cidade significava o trabalho das lavadeiras? De que modo surge a ideia da criação de lavanderias públicas? Como as lavanderias impactaram no cotidiano dessas mulheres? Como as lavanderias eram organizadas? Quais os resultados percebidos pelas administrações a respeito de um novo ambiente de trabalho? Quantas lavadeiras foram beneficiadas? Como estas mulheres viviam antes das lavanderias, e como passaram a viver? O que mudou no cotidiano dessas mulheres?

Além disso, discutimos de que modo a transferência das lavadeiras dos rios para o Centro Materno-Infantil reconfigurou não somente os espaços de trabalho, mas a memória construída ao ressignificar os locais pelo qual estas trabalhavam antes. São questões pertinentes, englobadas nas discussões apresentadas ao longo do trabalho e relevantes no que se refere à memória das lavadeiras dentro de sua condição, e para além do seu realocamento.

¹ DO INFERNO para o céu. *O Dia*, Teresina, s/n., p. 1, 20 out. 1973. Caderno 2.

² FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. *O recinto do elogio e da crítica: maneiras de durar* Alberto Silva na memória e na história do Piauí. Teresina: EDUFPI, 2015. p. 168.

³ DE TUDO um pouco: a triste paisagem. *A Hora*, Teresina, n. 144, p. 3, 16 maio 1972.

4.1 A TRANSFERÊNCIA DO RIO PARA A LAVANDERIA

Em meio à composição dos espaços, os rios desempenham funções e características essenciais para a história da cidade e o trato com o meio natural, isso porque o diálogo que a sociedade estabelece com a natureza pode ser refletido na construção dos seus lugares comuns e simbólicos. De acordo com Donald Woster: “uma maneira de entender esse relacionamento é afirmar que as ideias são socialmente construídas e, portanto, refletem na organização das sociedades, os seus tecno-ambientes e as suas hierarquias de poder”⁴. Assim, entendemos o ambiente espacial dos rios de Teresina como este lugar, por causa de sua utilização para fins, tanto econômico quanto social, pelas lavadeiras.

Acerca dos rios e sua relação com as sociedades, observa Gercinair Gandara:

Os rios são construtores de ‘mundos sociais’ e aglutinam em torno de si uma boa quantidade de representações como ‘lugar de significação’ que são. Servem de baliza ou marco quase míticos para estratégias socioculturais. [...] Os rios não são simples suporte físico. É paisagem, lugar onde as pessoas se abrem aos mistérios da natureza, ao patrimônio simbólico, possibilitando a interpretação como terreno da criação cultural, passagem de forças e encontro dos indivíduos.⁵

Não somente como meio de sustento, os rios oferecem algo a mais. Como Gercinair Gandara elucida na citação acima, os rios são “patrimônios simbólicos”, pois correspondem a lugares de lazer, de histórias, de alimentos, de trabalho, essenciais para a vida. É certo também que as impressões sobre os rios são pessoais, e por vezes inundadas em diversos sentimentos e imagens que só a relação cotidiana e construída intimamente pode possibilitar.

Esse é o caso das lavadeiras de roupas, que passavam horas ao sol na beira do rio, ou no cais, dia após dia; dos moradores próximos, que tomavam banho em suas coroas nos dias de lazer; dos viajantes, encantados pela beleza do “Velho Monge”⁶, conforme cantam os poetas que se deleitam sobre sua natureza. Essa relação com os rios é encontrada também por meio de relatos, romances, poemas, canções e lendas que referenciam o rio Parnaíba e o rio Poti, já que estes fazem o contorno da cidade de Teresina. Enfatiza-se, neste ponto, a importância cultural que é associada à íntima relação entre o rio com a sociedade que vive às suas margens e com aqueles que deles dependem economicamente.

⁴ WOSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

⁵ GANDARA, Gercinair Silvério. Rio Parnaíba... Um cadinho de mim e a história ambiental. *Textos de história*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 32-48, 2010. p. 41.

⁶ Da Costa e Silva no poema *Saudade* se refere ao rio Parnaíba com este termo. Cf.: SANTOS, Cineas (org.). *Baião de todos*. Teresina: Editora Corisco, 1996. p. 17.

Mas o que o rio representa para as pessoas pobres é bem mais característico, o que pode ser compreendido através da relação e o trato com eles, já que é espaço de apropriação das lavadeiras, e dos ribeirinhos em geral, como meio de trabalho para sustento próprio. Maria Mafalda Baldoíno Araújo acrescenta que:

A presença desses rios, margeando a cidade de Teresina, facilitava o trabalho das lavadeiras, uma das atividades mais frequentes das mulheres pobres da cidade. Também os rios possibilitavam o gosto pela pescaria, atividade de subsistência e lazer para a população carente. [...]. Das matas e campos que margeavam esses rios o homem pobre tirava lenha para vender, plantas medicinais e comestíveis, como também realizava, nessas áreas, a caçada de animais. [...] Aproveitavam-se assim dos recursos naturais para alimentar-se, usando suas tradições culinárias nordestinas. Além de esse tipo de alimentação não caracterizar despesas, contribuía para a subsistência dos migrantes pobres que viviam na cidade.⁷

Em Teresina, essa relação com o rio mostra tanto que havia uma necessidade de manutenção básica da vida familiar, como citado, na pescaria, as plantas medicinais e a pequena agricultura nas margens dos rios, quanto também o que nos convém, as lavadeiras, por usarem o rio como extensão econômica. Assim, a importância dos rios vai além de mera paisagem ou ambiente de sociabilidade e lazer, pois abrangia aspectos socioeconômicos que ajudaram a manter a renda de inúmeros migrantes e pobres que viviam na capital.

Como já discutido nos capítulos anteriores, em Teresina a relação de empregos e rendas básicas não estavam disponíveis para todos os cidadãos, inclusive, o destaque nos jornais para o desemprego tornou-se constante, além de acarretar outros problemas, especialmente os sociais, tal como vemos demonstrando em matérias dos periódicos utilizados neste trabalho. Por causa dessa situação de desemprego, o morador pobre da capital passa a utilizar os meios naturais como saída para uma perspectiva de renda, como já explicitado por Maria Mafalda Baldoíno Araújo.

Na Teresina da década de 1970, as imagens construídas em torno da lavadeira de roupas dos rios percorrem um traçado que vai de “retrato de miséria”⁸ a “folclore”⁹. Não obstante, é por meio dessa construção de significados acerca das mulheres ribeirinhas que os jornais discorrem em matérias sobre a situação de abandono e precariedade em que viviam, tanto nas proximidades do cais do rio Parnaíba, quanto nas margens do Poti.

⁷ ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno. *Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2010. p. 65.

⁸ DE TUDO um pouco: a triste paisagem. *A Hora*, Teresina, n. 144, p. 3, 16 maio 1972.

⁹ O COLORIDO das lavadeiras. *O Dia*, Teresina, ano 23, n. 4.001, p. 1, 5 set. 1974.

As imagens em torno da situação crítica se tornavam mais comuns devido a todo o discurso de progresso em que as cidades brasileiras passavam naquele momento. As cidades estavam cada vez mais embebidas pela ideia da modernização e valorização estética de espaços, principalmente nas capitais, por terem o pressuposto de porta de entrada para o Estado.¹⁰ No Piauí, essa lógica não passou despercebida.

Em cada ação que o governo pensava, estava à frente a intenção de mostrar o Piauí em sua melhor aparência, e essa característica estava relacionada à premissa dos ambientes públicos esteticamente limpos e confortáveis. Contudo, não era difícil encontrar nas margens dos rios inúmeras mulheres e crianças ao lavar roupas, por vezes, como declara algumas das matérias, em clara situação de abandono e descaso¹¹, sem apoio físico e financeiro por parte das administrações públicas.

É partindo de situações como essas que eram cada vez mais descritas e acompanhadas pelos jornais diários que o SERSE viabilizava, por meio de pesquisa, um projeto de realocação das mulheres lavadeiras de roupas da margem dos rios para um novo espaço para a continuidade da realização de sua tarefa, tirando-lhes das vias e dos espaços públicos, colocando-as em ambiente regulado e salubre para não comprometer sua saúde e de seus filhos.

É através das ações destinadas do SERSE, na busca de soluções para reverter esse quadro de necessidade e descaso, que surgem as atividades com apoio direcionado para as lavadeiras. Além disso, é também destacado que havia o grande contraste que trazia a imagem das lavadeiras frente a cidade que se projetava, o impacto de ações velhas chocando com a grande cidade em progresso desagradava a perspectiva de novo, projetada para a capital, uma vez que o plano de modernizar a cidade ia de encontro com a imagem das muitas mulheres que viviam a beira dos rios Parnaíba e Poti, lavando roupas para a freguesia a poucos passos, e, ao olhar dos críticos, enfeando ou mesmo contrariando o brilho que os governos gostariam que a cidade protagonizasse.

Entretanto, a imagem de um Piauí pobre e subdesenvolvido era evidenciada em situações como essas. Essa relação demonstra que havia características que deveriam ser mantidas afastadas da visibilidade que os ambientes públicos da cidade permitiam, e assim seria necessário uma nova imagem ou uma representação do novo que pudesse ser evidenciada através de empregos adequados, da estética agradável da cidade, tal como ruas

¹⁰ NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A cidade sob fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)*. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 2015.

¹¹ POPULAÇÃO ribeirinha ameaçada por doença estranha. *Correio do Povo*, Teresina, ano 2, n. 77, p. 1, 14 abr. 1975.

asfaltadas e arborizadas, largas avenidas, educação de qualidade e outros fatores. Porém, esse contraste se esbarrava nas ações de sobrevivência da população pobre, por não adquirir empregabilidade, muito menos condições para evitar trabalhos rudimentares, como são as lavagens de roupas em rios, espaços públicos e vistosos.

O plano de Florisa Silva¹², primeira-dama e coordenadora do SERSE, não se restringia somente a realocar as lavadeiras do rio para um espaço adequado. Buscava meios de manter a cidade em progresso e para isso seria preciso dar condições e aperfeiçoamento a pessoas simples que não tinham oportunidades de crescimento profissional.¹³ Dessa forma, é possível observar que a lavanderia do Centro Materno-Infantil foi um projeto pensado como funcionamento contínuo, e não uma assistência paliativa.

Contudo, é válido questionar as condições acerca da manutenção da lavanderia, seguindo os planos de governos que continuaram após a criação do Centro Materno, em 1972. Essa questão foi pensada porque foi durante o primeiro governo de Alberto Silva que as lavadeiras saíram da zona de marginalidade, por assim dizer, e conseguiram ter condições de trabalho reconhecidas, minimamente confortáveis, em ambientes salubres, onde não havia mais, por exemplo, o risco de afogamento, de perda de produtos pela correnteza dos rios, de propagação de doenças, de exposição diária ao sol e outros.

Por meio das entrevistas, formula-se a hipótese de que foi através da viabilização do projeto, para além da manutenção da estrutura e do suporte simbólico por parte do governador e da primeira-dama, que as mulheres que foram beneficiadas pelo programa o consideravam como um “pai”, reconhecendo-o como um alguém que as enxergava e fazia algo por elas, auxiliando-as quando preciso e tratando-as agora como mulheres trabalhadoras, diante de um passado de invisibilidade na cidade vivido pelas lavadeiras.

Quando mencionamos o termo *suporte simbólico*, estamos nos referindo ao fato de que a presença do governador no Centro Materno, por ser frequente, como nos conta a narrativa de nossas entrevistadas, construiu uma representação de proximidade, com caráter familiar, mediante a notável atenção e preocupação em oferecer garantias para as mulheres que trabalhavam na lavanderia, ou seja, o que se entende como “pai” não é somente pelo fato de haver um vínculo paternal em si, mas a consideração, que as lavadeiras assistidas pelo Centro percebem, evidenciando o que se considera uma relação de familiaridade.

¹² Florisa de Mello Tavares Silva, esposa do governador Alberto Tavares Silva, atuou como coordenadora do SERSE (1971-1975).

¹³ PIAUÍ. *Mensagem do Governador Alberto Tavares Silva encaminhada à Assembleia Legislativa em 1973*. Teresina, mar. 1973. p. 54.

Essa relação não é notada quando há a troca de gestão do governo estadual. As lavadeiras do Centro Materno-Infantil e o Governador Dirceu Arcoverde (gestão posterior a de Alberto Silva) não têm a mesma proximidade, o que nos revela um ressentimento por parte das mulheres que não recebiam a mesma atenção com o novo governo, não o registrando como algo familiar, descaracterizando-o deste vínculo.¹⁴

Para a imagem que o governador Alberto Silva adquiriu, mesmo que não tenha sido planejada ao ponto que se caracterizou (representação paterna) dentro da relação do governador com as lavadeiras, pode-se comentar que muito agregou para a imagem que o político mantinha na sociedade piauiense, na medida que este garantia a sua presença, sua marca e sua autonomia na realização de um projeto pensado para as lavadeiras, que lhes retirava da zona de marginalidade e esquecimento, dando-lhes destaque e auxílio, antes nunca imaginado por tais, como diz uma de nossas entrevistadas, Dona Adalgiza Dorneles, ao se referir a este feito concretizado pelo então governador:

Ali foi *veinzin* que sabia trabalhar viu. Ele sabia trabalhar, ela sabia onde *tava* o erro, sabia aonde era que era certo, sabia ajeitar tudo tudo, começando mesmo das lavadeira. Tudo dele era bem feito. Que aquela casa ali só o único que se lembrou de fazer *pra* lavadeira. Quem era no mundo o governador que lembrava de lavadeira? Nunca! Só ele. Mesmo depois que ele saiu, cadê o outro que lembrou? Olha ali só nunca fechou, porque ele soube fazer o negócio[...]¹⁵

Nesse mesmo sentido, a lavadeira Dona Maria de Lourdes, em sua entrevista, comenta que “[...] a gente agradece muito a ele, porque ele quem tirou. Todo mundo tinha o maior carinho por ele, ele que tirou as mulher do cais, da beira do rio Poti, que era sufoco”¹⁶. Ou seja, podemos notar que a relação que as lavadeiras criaram com a imagem de Alberto Silva, transparece a representação do governador, o que inibe as obrigações que este deveria ter para com as lavadeiras e com o projeto do Centro Materno.

Neste mesmo íterim, esclarecemos que o Centro Materno-Infantil Nutricional e Lavanderia se destinava ao amparo e assistência integral para as lavadeiras e seus filhos, principalmente os dependentes, ou seja, menores de 15 anos. Assim, era pertinente a melhoria dos padrões de trabalho das lavadeiras da margem do Poti.¹⁷ Além disso, ocorria também que:

A lavanderia envolve uma comunidade de trabalho de 379 pessoas. Registrem-se ainda os setores pré-escolar e escolar. Tanto no berçário como

¹⁴ No segundo capítulo deste trabalho, tópico 2.1, a partir da página 21, apresentamos esse ponto com mais detalhes.

¹⁵ SOUZA, Adalgiza Dorneles de Oliveira. *Entrevista concedida à Yasminn Escórcio*. Teresina, 2018.

¹⁶ DOS SANTOS, Maria de Lourdes Gleide. *Entrevista concedida à Yasminn Escórcio*. Teresina, 2019.

¹⁷ PIAUÍ, 1973. p. 54.

nesses dois citados setores e na lavanderia, realizaram-se exames clínicos, hemogramas, exames parasitológicos, além de outros, e distribuíam-se refeições e objetos de uso pessoal, bem assim foi intensa a aplicação de diversos tipos de vacina.¹⁸

O projeto envolvia não somente a lavadeira de roupa, mas também a sua família, principalmente as crianças, tendo à sua disposição uma creche e a pré-escola. Foram disponibilizadas melhores condições de alimentação, de escolarização, e de conforto e segurança para as mulheres exercerem as atividades, em local bem diferente do rio, pois agora o ambiente era salubre, com divisórias para cada lavadeira, água encanada, varais para as roupas secarem, ferros de engomar, merenda, além do atendimento médico se fosse necessário¹⁹.

Inicialmente, a ideia da criação do Centro Materno Infantil e Nutricional surgiu através da participação de uma nutricionista da Secretaria de Saúde, que esteve presente na IV Jornada Pernambucana de Nutricionistas²⁰, em Recife, no ano de 1971. Nas matérias que utilizamos para obter esses dados não há identificação da participante, nem mesmos nos registros do próprio SERSE, pois os arquivos não foram encontrados²¹.

No entanto, informa-se que foi a partir de tal evento que as secretarias (Secretaria de Saúde e Serviço Social do Estado), por intermédio da PIEMTUR²², realizaram uma pesquisa socioeconômica para a construção do projeto. O projeto realizado em Recife, com atendimento infantil-nutricional, diferencia-se do proposto em Teresina, por oferecer exclusividade à lavadeira. Isso porque já se via a necessidade de se oferecer meios (estruturais e conjunturais) para as mulheres que utilizavam os rios, diariamente, como ambiente de trabalho.

Em acordo com essa causa, havia também a questão que refletia na busca de colaborar com o progresso da capital, em uma de suas ações, pois, além de oferecer vínculo empregatício com mais formalidade e dignidade, aliava-se as questões estéticas que a cidade

¹⁸ PIAUÍ, 1973. p. 54.

¹⁹ DO INFERNO para o céu. *O Dia*, Teresina, s/n., p. 1, 20 out. 1973. Caderno 2.

²⁰ Em agosto de 1971, ocorreu, em Recife-PE, a IV Jornada Pernambucana de Nutricionistas, onde nutricionistas de todo o país podiam participar. Foi através deste evento que as nutricionistas do SERSE conheceram o Centro de Recuperação Nutricional, que deu ideia para a formulação do Centro Materno Infantil Nutricional em Teresina.

²¹ Os dados e informações aqui descritos e discutidos são baseados nas fontes hemerográficas e por meio das entrevistas que foram realizadas. Isto porque não foram encontrados outros documentos oficiais do governo, tais como editais, pesquisas ou mesmo cadastros que confirmassem a criação dos Centros Materno-Infantis, ou mesmo que identificassem as participantes nos eventos que deram origem ao projeto.

²² A Empresa de Turismo do Piauí – PIEMTUR, foi criada em 1971, através do jornalista, escritor e publicitário Renato Castelo Branco, um piauiense que sugeriu a criação de uma empresa de fomento ao turismo no Piauí. Cf.: HISTÓRIA da fundação da PIEMTUR e a evolução do turismo no Piauí. Portal O Dia.com. Disponível em: <https://www.portaldodia.com/blogs/turismologia/historia-da-fundacao-da-piemtur-e-a-evolucao-do-turismo-do-piaui-120068.html>. Acesso em: 31 jan. 2020.

precisava oferecer, ou seja, resvalando-se em suas dimensões estéticas, as lavadeiras que estavam nas margens dos rios “enfeavam” a cidade, por conta da disposição de extensa quantidade de mulheres e crianças pobres e mal vestidas e alimentadas presentes em um ambiente natural que se caracteriza por sua beleza e também por ser um dos pontos de turismo da capital.

A pesquisa realizada pela PIEMTUR, através de um levantamento socioeconômico buscou determinar o padrão de vida das lavadeiras dos rios. Esta fase, inclusive, se caracteriza segundo o *Jornal O Dia*, de onde obtemos as informações, como a segunda etapa do processo que abre caminho para a nova experiência que se estuda para o Piauí no campo social, que é a construção do Centro Materno Infantil Nutricional e Lavanderia.

A matéria que descreve todo o processo na qual se constituiu o Centro Materno, publicada dois anos após a sua inauguração, cujo título “Do inferno para o céu”²³ já diz muito sobre a situação na qual se percebia a vida da lavadeira, apresenta todo o processo inicial, fazendo um balanço ao longo do período de construção até o momento atual em que a matéria foi divulgada, em 1973.

Os dados apresentados pelo *Jornal O Dia* são os mesmos publicados pelo *Jornal A Hora*, que abordamos no segundo capítulo deste trabalho. No entanto, vale mencionar novamente que a pesquisa realizada para o processo de construção do Centro Materno compreendeu as lavadeiras próximas ao rio Poti, onde foram entrevistadas 176 lavadeiras, concluindo que, destas, 76% teriam renda bruta mensal de até Cr\$ 50, e apenas 27% teria a renda acima de Cr\$ 50. Além disso, a pesquisa é voltada para avaliar a situação nutricional das lavadeiras e seus filhos.

Na matéria, é descrito que, para o funcionamento objetivo do projeto, era necessária uma atuação em conjunto do SERSE, da Secretaria de Saúde, da Secretaria de Obras, da Secretaria de Educação e o Departamento de Assistência ao Educando, bem como apoio da Polícia Militar. Ou seja, para que o Centro Materno tivesse pleno funcionamento era preciso que cada órgão em suas determinadas funções cumprisse com o papel atribuído, cooperando conjuntamente pela responsabilidade da manutenção e do futuro do Centro, que, por tal ação positiva, foi inaugurado em 15 de maio de 1972, com recepção do então governador, a presidente do SERSE, e toda a comunidade envolvida, sendo divulgado em várias matérias de jornais do período²⁴.

²³ DO INFERNO para o céu. *O Dia*, Teresina, s/n., p. 1, 20 out. 1973. Caderno 2.

²⁴ SAÚDE amplia assistência ao interior do Piauí. *A Hora*, Teresina, n. 144, p. 5, 16 maio. 1972.

Ainda na mesma matéria, notamos um destaque para a alta eficiência do Centro, dentro do cumprimento de suas funcionalidades, o que reforça os resultados positivos do projeto iniciado em 1971, e com vistas e necessidade de ampliação em outros bairros da capital, e em Parnaíba, no intuito de abranger um maior número de lavadeiras, abrigo-lhes e melhorando suas condições de trabalho e nutricionais.

Outro destaque importante que podemos citar da matéria é o atual número de mulheres e crianças atendidas diretamente no Centro Materno, em um número que compreendia, em 1973, quando da reportagem, de 160 lavadeiras e 113 crianças de 1 a 12 anos e 8 crianças de 12 a 15 anos de idade. Já na imagem abaixo, exibimos o gráfico elaborado pela equipe do governo para a Mensagem à Assembleia de 1974, na qual demonstra o crescimento do número de pessoas beneficiadas diretamente pelo Centro Materno Infantil do Ilhotas.

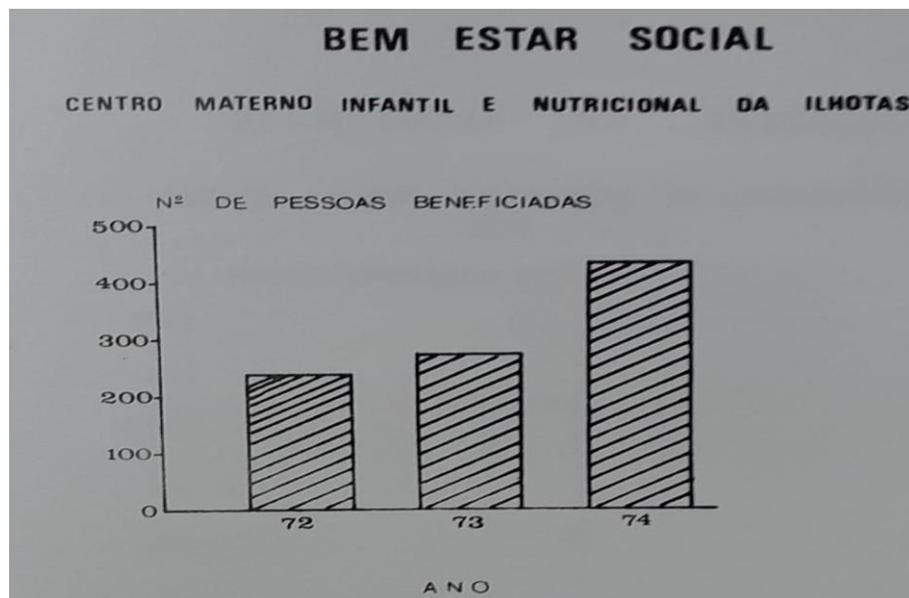


Figura 6: PIAUÍ. Mensagem do Governador Alberto Tavares Silva encaminhada à Assembleia Legislativa em 1974. Teresina, 1974.

Além disso, é importante discutir que o impacto causado no cotidiano das lavadeiras que participaram do Centro Materno, quando de sua constituição, foi além da mudança física e saída da margem dos rios para o novo ambiente da lavanderia comunitária, uma vez que havia a garantia, por parte do Centro, de todo um aparato médico e nutricional, para as lavadeiras e seus filhos, administrados pelos órgãos parceiros do SERSE, mantendo sua funcionalidade e eficiência. O elevado número apresentado no gráfico – somente no Centro Materno-Infantil do Ilhotas – mostra que, a cada ano, desde sua criação, a procura pela lavanderia tornava-se mais clara, por isso mesmo a necessidade de se criar mais centros como este em outras regiões da capital, posto que o retorno para a lavadeira e a comunidade em

geral reforça a positividade e eficácia do empreendimento em todos os âmbitos desejados pelo projeto.

Neste mesmo ponto é destacado que a assistência oferecida para as crianças, por ser de boa qualidade, é melhor do que a que existe para as crianças “nascidas em berço de ouro”, como diz este trecho da matéria:

As crianças do Maternal e Jardim de Infância são assistidas em três turnos, com a orientação de professoras devidamente preparadas e de recreadoras. Estas últimas têm as seguintes tarefas: levar as crianças ao chuveiro, ao sanitário, auxiliá-las durante o almoço, promover o repouso após a refeição e orientar a recreação até a chegada da equipe de professoras a tarde. Tem-se, portanto, uma ideia de que a grande maioria das crianças nascidas em “berço de ouro”, talvez não tenha um tratamento e um conforto igual ao recebido pelas crianças do Centro Materno- Infantil da Ilhota.²⁵

A afirmação demonstra de que modo estava organizada e a eficiência prestada no Centro, principalmente aquelas voltadas para o âmbito infantil-nutricional, por fazer parte de um grande investimento, no qual a despesa média mensal, gasta apenas com a alimentação, equivalia a Cr\$ 1.598 mil. Os outros gastos, como remédios, quando estes não eram disponíveis na “farmacinha” do Centro Materno, teriam a autorização e compra efetuada pelo próprio SERSE.

Ao pensarmos no impacto, principalmente positivo, destas ações na vida das lavadeiras e de seus filhos que foram beneficiados, notamos como a eficiência do projeto pode ser constatada na medida em que foi validada em menos de 5 anos de funcionamento, abrindo margem para a ampliação do projeto para outros bairros da capital e até mesmo para Parnaíba. Através das matérias nos jornais, informando sobre a funcionalidades e descrevendo de que modo este se organizava, inclusive com dados de custo, como já informado, subtende-se que a continuidade do projeto não pode ser realizada por conta do alto custo que este agregava ao erário. No entanto, pode-se ver que havia necessidade de sua extensão para além das regiões centrais da capital.

Ademais, por estas lavanderias serem organizadas de modo inovador, ao mesmo tempo em que abrange não somente mulheres pobres, mas também toda sua família, pode-se observar que este resultado molda, pelo menos para uma parcela da sociedade teresinense, as mudanças de hábitos, de alimentação, de renda, e, conseqüentemente, de poder de compra, pois a lavanderia tornava o serviço mais rentável e com recepção de mais clientes.

²⁵ DO INFERNO para o céu. *O Dia*, Teresina, s/n., p. 1, 20 out. 1973. Caderno 2.

Outra característica que pode ser apresentada sobre esse fator é a representação imagética e estética das lavadeiras presentes nas margens dos rios, uma vez que, como já foi discutido aqui, a presença de mulheres pobres em espaços públicos, como são os rios, despontavam inúmeros desconfortos à capital, tecendo-se variadas críticas nos jornais, declarando-se o descaso para a situação de abandono, miséria e libertinagem²⁶ a qual se associavam a imagem das lavadeiras. Mencionamos essa questão novamente com o intuito de não deixar de lado o fato de que, muito além de um local físico, a lavanderia servia de suporte simbólico para retirar as mulheres pobres das vias públicas, haja vista as ideias de sanitarismo urbano, cuja capital, através de suas diversas manifestações de incômodo, julgava ser necessária, como uma limpeza dos espaços públicos para evitar o embate velho/novo, que o progresso suscitava²⁷.

Em meio à necessidade e todo o processo que resultou na construção do Centro Materno- Infantil, apontamos, com base nas entrevistas que realizamos e através dos jornais pesquisados, de que modo estava organizado o Centro Materno, para compreender como se sucedeu sua eficácia e porque este mesmo não pôde ser mantido com o passar das gestões administrativas estaduais, por ele responsáveis.

O primeiro Centro Materno, descrito na matéria “*Do inferno para o céu*” que já citamos anteriormente, descreve a organização administrativa e seu processo de criação, ainda em 1971, bem como todo o aproveitamento deste até os anos de 1973, quando a matéria foi publicada. Informa ainda que uma maior atenção estava voltada para as crianças atendidas, filhos das lavadeiras que foram redirecionadas dos rios para o Centro. No mesmo prédio em que se localiza a lavanderia, disponibiliza-se também a creche, com espaços de cantina, escolinha, banheiros e dormitórios.

As crianças assistidas contavam com serviços educacionais e médico-odontológicos, além da alimentação diária e regulada, como descrito na matéria, que diz o seguinte,

Recebem assistência médica duas vezes por semana todas as crianças do berçário. Agora, uma vez por semana todas as crianças que estejam na faixa etária de 2 a 12 anos, mantendo-se um pediatra de sobreaviso para qualquer urgência. Os lactentes e os pré-escolares recebem assistência alimentar global. As crianças em idade escolar e as lavadeiras recebem, pela manhã, leite pasteurizado, e à tarde, suco de frutas ou preparação a base de carne e ovos. [...] Apenas na grande copa em forma de suplementação, são oferecidas em média por mês quase 2 mil refeições, entre crianças, lavadeiras e funcionários, quase 3 mil pré-escolares e funcionários.²⁸

²⁶ O INCÔMODO que as lavadeiras do rio Parnaíba provocam. *O Dia*, Teresina, n. 3, p. 5, 2/3 set. 1973.

²⁷ O LADO amargo do doce progresso. *O Dia*, Teresina, s/n., p. 1, 4 dez. 1973. Caderno 2.

²⁸ DO INFERNO para o céu. *O Dia*, Teresina, s/n., 20 out. p. 1, 1973. Caderno 2.

Vários órgãos uniram-se para o funcionamento do CMIL, cada um assumindo determinada função, pois assim seria possível garantir sua qualidade, sem que apenas um órgão fosse responsável, o que evidencia a preocupação da gestão em proporcionar um atendimento que não deixasse a desejar, além de inserir o Centro Materno no rol de ações executadas durante a administração do governador Alberto Silva como uma das “flechas do progresso”²⁹, porquanto se tratava, ao mesmo tempo, de dar visibilidade à causa das lavadeiras e das crianças que necessitavam de melhor alimentação e cuidados, longe de locais que poderiam ser insalubres, oferecendo riscos a sua saúde e integridade.

Acerca da creche disponibilizada no Centro, a lavadeira Maria de Lourdes comenta o seguinte:

Quando abriu a lavanderia era bom porque foi a lavanderia com creche, aí tinha todas a vantagens *pra* gente, a gente tinha como, aí ele servia essa creche porque era bom porque quem era lavadeira ia trabalhar, tinha como deixar as crianças. Aí *pra* nós que era lavadeira era tão pertinho, só entrar aqui no portão, chegava lá dentro, já arrumava as crianças e empurrava *pra* ali, a gente nem ia lá dentro, só dizia “*vai menino!*” [...] de tarde despachava os meninos e “*oh! Tô entregando!*”³⁰

Com esse relato sobre a disponibilidade e a funcionalidade da creche do CMIL, atentamos ao fato de que o acolhimento das crianças garantia a tranquilidade para que as lavadeiras pudessem trabalhar sem se preocupar com os filhos, pois estariam bem assistidos pelas assistentes e professoras da creche. A vantagem, como Dona Lourdes menciona, facilitava muito a disposição para o trabalho, pois não havia a necessidade de cuidar dos filhos enquanto lavava roupas. Para a dona Adalgiza Dorneles não foi diferente, ela conta que, quando de sua criação, não faltavam apoio e assistência para as necessidades que surgissem, como afirma em seu relato:

E no início era bom demais, tinha o Dr. Alberto, tinha médico *pros* meninos, tinha médico *pra* nós, dentista, tinha tudo. Tinha a Dra. Elima que era a nutricionista de lá, até as nutricionista de lá tinha, enfermeira cuidando dos nossos filhos, o berçário lá parece que eu não me lembro bem não, mas era duas *pra* olhar os meninos. O berçário era cheio de menino, tudo bem tratado. Quando saía, tinha expediente até sábado meio dia, quando saía levava massa, levava leite, levava o açúcar *pra* fazer a comida do menino no domingo, no sábado e no domingo. Até na segunda-feira quando voltava *pra* lá... Tudo que o menino sentia, jogava no carro levava pro hospital, era bem tratado, tanto os meninos como as mães³¹.

²⁹ FONTINELES, 2015. p. 168.

³⁰ DOS SANTOS, 2019.

³¹ SOUZA, 2018.

A Dona Adalgiza Dorneles comenta sobre como o berçário não media esforços para o bem estar das crianças, tratando-lhes com tamanha agilidade quando estes mereciam atendimento médico. Menciona também o fato de que as nutricionistas lhes entregavam alimentos para serem consumidos fora do Centro, aos finais de semana, quando este estaria fechado. Por todas essas assistências, percebe-se como as mulheres sentiam-se acolhidas e bem tratadas, não tendo no Estado e na cidade outra forma de apoio para as lavadeiras e sua família.

Além do mais, no relato da Dona Maria de Lourdes, ela nos informa que outras mulheres, além das lavadeiras, também tinham acesso a creche, pois era uma das ações garantidas pelo Centro Materno-Infantil. Mesmo este sendo direcionado principalmente às lavadeiras, também mantinha o atendimento para a comunidade no geral, haja vista a necessidade.

Acerca do espaço destinado a lavanderia, este contava com uma grande estrutura coberta, pias padronizadas com água encanada, balcões para engomar roupas, assim como divisórias próximas para a guarda de seus pertences, espaço com varais para estender as roupas molhadas, contendo também banheiros e uma copa. Sem contar que a creche fora construída no mesmo prédio que a lavanderia, tendo apenas uma parede separando os locais. Nas imagens abaixo podemos observar como este espaço da lavanderia do Centro Materno-Infantil se constituía:



Figura 7: Acervo Pessoal de Adalgiza Dorneles de Oliveira Souza. 2018.



Figura 8: AS LAVADEIRAS do Parnaíba. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, ano 47, n. 16, p. 43, 16 abr. 1975.

A primeira fotografia, cedida do acervo pessoal de uma de nossas entrevistadas, a Dona Adalgiza Dorneles, destaca os espaços onde as lavadeiras podiam engomar as roupas lavadas, assim como os compartimentos para guardar seus pertences, bem ao fundo se encontra os banheiros e a copa, onde podiam fazer comida ou merenda. A segunda imagem foi retirada da matéria “*As lavadeiras do Parnaíba*”³², fotografia de Ayrton Quaresma para a revista *O Cruzeiro*, do Rio de Janeiro, publicada em 1975, na qual podemos ver o espaço destinado para as pias, com água encanada e as divisórias entre todas, permitindo um espaço adequado, coberto e ventilado, salubre e confortável para as lavadeiras realizarem seus serviços sem impasses.

A construção do Centro Materno, bem como de seu funcionamento sendo destaque de qualidade de serviço na cidade de Teresina, abriu espaço para a propaganda do projeto, pioneiro no campo social e no país, quando relacionado às lavadeiras com um trabalho mais amplo, amparando além do espaço físico, mas também o tornando familiar, aconchegante e conveniente para a criação das crianças, por conta da presença da creche e o retorno pecuniário para as lavadeiras.

Seu sucesso permitiu também o desejo pela ampliação do projeto, sendo percebido como impacto positivo em relação às formas de trabalho das lavadeiras, retiradas das beiras dos rios, quanto a imagem associada ao progresso, a ideia de que tal prática, por ser rudimentar e antiga, indicava para a capital moderna que crescia.

³² AS LAVADEIRAS do Parnaíba. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, ano 47, n. 16, p. 43, 16 abr. 1975.

Nos jornais encontramos diversas matérias informando a excelência do Centro Materno, e denunciando a necessidade e urgência de mais centros, isto porque até 1973 só havia sido construído o Centro Materno que fica localizado no bairro Ilhotas, zona sul da cidade, próximo ao rio Poti. A necessidade de mais lavanderias era evidente, já que este mesmo só atingia as lavadeiras que viviam na proximidade deste bairro, enquanto as demais lavadeiras que utilizavam o rio Parnaíba, do lado oeste da cidade, não detinham da mesma possibilidade, haja vista a distância, bem como o suporte do Centro Materno que não supria tamanha necessidade.

Mais dois centros materno-infantis serão iniciados nos próximos dias na área da avenida Maranhão para beneficiar 450 lavadeiras que já trabalham às margens do Parnaíba na lavagem de roupas, e 311 verdureiras que comercializam hortaliças no Mercado Central. Para a realização dos planos que pretendem criar condições de assistência a uma comunidade que envolve mais de 6 mil pessoas a presidente do Serviço Social do Estado, dona Florisa Silva e o governador do Estado orientaram o secretário do Serse, o Sr. Paulo Mota para a elaboração do plano de construção dos dois centros.³³

A matéria acima citada aborda a construção de mais dois centros materno-infantis, desta vez nas proximidades do rio Parnaíba, o que seria uma solução imediata para uma necessidade de um grande público de lavadeiras e também de verdureiras, como dito na matéria. Esclarece também que a finalidade dessas duas obras, além de seu caráter promocional, seria também modificar a dinâmica do SERSE, que estaria passando de um órgão meramente assistencial para se transformar em uma entidade promocional, aproveitando as potencialidades da população e evitar assim trabalhos paliativos e a mendicância.

Em algumas das matérias que utilizamos noticia-se que este novo Centro seria construído próximo ao rio Parnaíba, na região mais central da capital. No entanto, na Mensagem à Assembleia de 1973³⁴, não é comunicado sobre onde seria localizado, ou sequer demais tipos de informações, tais como ao público que se destina, sobre as formas de cadastro, resultados de pesquisa, convênios ou organização, por se tratar de uma área diferente da que constituiu a construção do primeiro Centro. Não havendo divulgação nas plataformas oficiais do governo e da prefeitura, que tivemos disponibilidade de pesquisar, direcionamos o olhar aos jornais circulando na cidade.

Nos jornais pesquisados não foram encontradas matérias que relacionam a construção deste Centro ao mesmo local em que os jornais abordaram, nem tampouco o prédio foi

³³ SERSE ABRIGARÁ mais de 350 lavadeiras... *O dia*, Teresina, n. 3587, p. 5, 8/9 abr. 1973.

³⁴ PIAUÍ, 1973, p. 18.

localizado atualmente³⁵. Porém, o segundo Centro Materno-Infantil Nutricional e Lavanderia foi construído no bairro Primavera, zona norte da cidade, em 1973, com proximidade ao rio Poti. Assim, o que identificamos ao ler nossas fontes é que o segundo Centro Materno foi construído sem que houvesse alarde ou mesmo sem que estas informações fossem abordadas pela mídia impressa, pois não localizamos chamadas, notícias e matérias para sua inauguração, como fora em 1972, durante a construção do primeiro Centro.

O que nos questionamos neste ponto são os motivos para que este novo feito não fosse abordado, nem mesmo nos jornais aliados à gestão estadual que administrava no momento e tampouco nos documentos oficiais do governo, pois a construção deste corresponde a uma série de críticas e solicitações da sociedade e das lavadeiras, que, vendo a funcionalidade do primeiro Centro e seu destaque perante os veículos de informação, não somente no Estado, mas com notoriedade nacional acerca da visibilidade a causa da lavadeira.

Entre as fontes que utilizamos neste trabalho, não encontramos respostas para tal questão, uma vez que, por não ser mencionado em matérias ou existir documentos no arquivo público, não nos foi possível identificar dados ou informações mais completas. Nem mesmo pelas entrevistas realizadas obtivemos informes mais gerais como funcionamento, dados sobre pesquisas realizadas ao público e outros, como aconteceu perante a construção do primeiro Centro Materno, do bairro Ilhotas. No entanto, pudemos contar com a experiência de trabalho realizada no Centro Materno da Primavera, através de entrevistas, como já fora abordado.

Para tanto, é considerável ressaltar que a transferência das lavadeiras da margem dos rios, e dos cais do Parnaíba, para o espaço elaborado e bem projetado como são os Centros Materno-Infantis construídos pelo Estado, serviram não apenas como suporte físico e estruturado para quase 400 lavadeiras, significando também a possibilidade de evidenciar a forma de trabalho desenvolvida por mulheres pobres, além de dar visibilidade ao modo de trabalho tradicional que as lavadeiras mantinham mesmo com o progresso cada dia mais visível na cidade.

Além do mais, é importante salientar que atualmente as duas lavanderias continuam funcionando, não mais dentro do projeto inicial desenvolvido, pois, como já foi demonstrado, na medida em que os Centros Sociais Urbanos começam a ser construídos e implementados, os Centro Materno-Infantis têm suas funcionalidade e particularidades alteradas, não oferecendo mais a exclusividade para a lavadeira e sua família. Mesmo assim, o prédio das

³⁵ As duas lavanderias que foram criadas pelo Centro Materno-Infantil Nutricional, atualmente funcionam, no entanto diferenciam-se por não oferecer mais os mesmos serviços, como creche e pré-escola, alimentação e atendimento médico-odontológico para as lavadeiras e seus filhos. Faz parte da administração da Secretaria da Assistência Social e Cidadania – SASC.

lavanderias permanece como antes, com suas divisórias, pias, água encanada, energia elétrica e outros, podendo oferecer o espaço adequado para que as lavadeiras utilizarem sem que haja a necessidade de se direcionar aos rios Poti ou Parnaíba.

Com essa explanação, questionamo-nos também sobre como as lavadeiras que foram beneficiadas com as lavanderias comunitárias do Centro Materno vivenciaram a saída dos rios para o novo espaço. Seu cotidiano foi alterado, as formas como estas viam a cidade foi modificada, uma cultura passa a ter outros significados e suas memórias, antes associadas a margens de rios, têm agora outros sentidos. Por isso, no próximo tópico discutimos como se deu a ressignificação dos espaços diante da nova realidade das lavanderias comunitárias.

4.2 RESSIGNIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS

A memória e o esquecimento são dois fenômenos humanamente vivenciados e, por consequência, provocados na medida em que se constrói e desconstrói o passado, a história.³⁶ Seguindo esse pensamento, a história da lavadeira de roupas é também tomada pelo ato de lembrar, esquecer e ressignificar. Assim, ao falar da história dessas mulheres, fala-se de seus passados em comum, de suas memórias individuais, de suas ressignificações coletivas através da apropriação de espaços públicos e compartilhados.

O trabalho das lavadeiras de roupas dos rios de Teresina passou por intervenções estruturais, o que, por consequência, acabou por reconfigurar e atribuir novos significados à memória e à história das muitas mulheres que viveram de tal ofício. Os rios, onde viveram boa parte das suas experiências de trabalho, consagrou-se como lugar único, dotados de memórias, de tradições e aprendizados.

Cada lavadeira toma por representação em suas memórias as lembranças compartilhadas por outras mulheres que, assim como elas, se apropriaram de tal tarefa para sobreviver, ou seja, lavando para sustento próprio. Lavar roupas em rios é uma atividade exercida desde os tempos imemoriais, sendo atravessada por inúmeras gerações, especialmente através de mãos femininas.

A memória das lavadeiras é essencialmente um fenômeno coletivo, entretanto está permeada de sentidos, sentimentos ou experiências individuais. Atravessada pela interpretação elaborada por Maurice Halbwachs acerca da memória coletiva e da memória individual, uma vez que ele caracteriza a recordação e os lugares de memória como fatos que

³⁶ POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

precisam estar associados a um determinado contexto social, que servem como base para a reconstrução ou compreensão da memória,³⁷ ressaltando que:

Não basta reconstituir pedaço a pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aquele e vice-versa, o que será possível somente se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo.³⁸

Assim, entende-se que a história vivida por indivíduos é compreendida dentro de um grupo social no qual coexiste a troca ou compartilhamento de memórias. Isso ocorre de variadas maneiras, como por meio de ritos, de narrativas épicas, de formas de usos, de maneiras de trabalho, entre outros. Ao mesmo tempo, também é considerado que a memória, em sua construção social, tem forte valor identitário, pois:

A memória é essencial a um grupo porque está atrelada à construção de sua identidade. Ela [a memória] é resultado de um trabalho de organização e de seleção do que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência, isto é, de identidade.³⁹

Assim, é possível entender que uma lembrança é reconhecida e reconstruída na medida em que coexistem trocas entre determinado grupo. Considerando esse ponto, a permanência de lavar roupas em rios, e o uso de determinadas práticas para isso, corroboram com essa afirmação, sustentando uma tradição que se mantém até os dias atuais, independentemente de suas variantes, seja nos rios, nas lavanderias ou por meio das máquinas de lavar.

Consideramos também que a identidade desse grupo, que é compartilhada e manifestada no decorrer de sua forma de trabalho e entre seus pares, era caracterizada por meio das passagens de gerações para gerações, através da necessidade de manutenção básica da própria renda, fator este que marca o que discutimos nesta pesquisa, assim como foi importante destacar os investimentos sociais e políticos para o melhoramento da funcionalidade, refletindo na atividade da lavadeira, que, por consequência dessas ações, foram alvo de atuações políticas visando um melhoramento da atividade de modo geral.

A memória das mulheres que se dedicavam a esse trabalho passou por severas mudanças. Mudanças provocadas pelos suspiros da modernidade, outrora já implementadas

³⁷ HALBWACKS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003.

³⁸ HALBWACKS, 2003, p. 39.

³⁹ ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSK, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 167.

em outras capitais do país. O ponto principal dessa política de modernização revelou-se como uma tentativa de embelezamento e higienização da cidade, a possibilidade de torná-la mais confortável e aprazível, com o objetivo de fomentar o turismo, com políticas públicas que dessem vida ao novo, ao moderno.

Maria Mafalda Baldoíno já tratara disso em seu livro *Cotidiano e pobreza*, traçando uma imagem dos migrantes que, no início do século XX, saíram de seus laços interioranos e buscaram na cidade a melhoria da qualidade de vida e, portanto, uma chance de emprego, fatores que foram cruciais para moldar a memória de tantas famílias⁴⁰. Em meio a esse contexto, para a maioria das mulheres a saída mais viável foi a lavagem de roupas em rios, por estar relacionada a atividades comuns ao meio doméstico, onde sua prática é trivial, o que facilitava quando as migrantes sem empregos chegavam na capital na busca de ter melhor renda.

A migração, crescente na década de 1970, foi um dos fatores que desempenhou um engajamento maior na atividade de lavar roupas em rios. Isto porque uma parcela da população feminina que chegava em Teresina não encontrava, com facilidade, as propostas de melhorias suscitadas em jornais e divulgadas pelas administrações da cidade⁴¹, como conta dona Rosa Maria da Costa Alves,

Quando nós morava no Ceará, a minha mãe nunca deixou nós andar trabalhando assim não. Nós lá trabalhava, que era no interior, era na roça, em feijão [...] e aí nós *num* tinha experiência de trabalhar em casa dos outros não. Só mesmo em farinhada [...] nessas coisas assim. Nada disso, mas trabalhar assim não. Logo era no interior, não tinha esses empregos que tem hoje. E hoje tá difícil até por os estudos das gente.⁴²

Ao lembrar os motivos que a fizeram migrar do Ceará para Teresina, Dona Rosa menciona o fato de ter experiências em atividades rurais, como roça e farinhadas, e que, por não “ter estudo”, não se beneficiaria de empregos menos cansativos e pesados, se dedicando a lavagem de roupas a ganho. Situações como essas serviram de baliza para centenas de mulheres pobres que chegavam na capital, sem renda, estudo e sem emprego formal.

O exercício desse tipo de trabalho garantiu às mulheres pobres uma apropriação dos espaços públicos como meio de trabalho e de independência, ou de modo complementar,

⁴⁰ ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno. *Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2010. p. 65.

⁴¹ TERESINA, 119 anos depois. *O Estado*, Teresina, s/n., p. 5, 18 ago. 1971.

⁴² ALVES, Rosa Maria da Costa. *Entrevista concedida à Yasminn Escórcio*. Teresina, 2017.

auxiliando na renda familiar.⁴³ A lavagem de roupas é uma tarefa bem mais trabalhosa do que se pensa, principalmente para as mulheres que dependem dos rios, pois não dispõem de máquinas ou produtos de melhor qualidade para exercer seu trabalho. Na entrevista de Dona Francisca do Nascimento, ela nos conta sobre seu cotidiano, na labuta diária de ida ao Parnaíba:

[...] eu arranjei três lavados de roupa, dois eu lavava e gomava. E um eu só fazia lavar *né*. Aí tinha que lavar na Parnaíba porque as mulheres não queria que lavasse em casa porque gastava muita água, *num* sei o quê. Aí a gente ia lavar na Parnaíba, era muitas lavadeira lá, aonde hoje é a prainha né, aqueles prédios que tem lá, *num* tinha nesse tempo, tinha era um mangueiral lá muito bonito. Aí nós lavava roupa lá, tinha umas cerca de arame e a gente estendia, *tava* de tarde a gente pegava aquela roupa tudo e vinha pra casa, aí no outro dia eu gomava e ia entregar aquelas roupa, aí no outro dia pegava de outra e ia lavar, era assim. Ali era muito bonito, era um rio que tinha muita água, era lancha, era canoa, era barco, tudo.⁴⁴

A começar pelo ambiente de trabalho utilizado nessa prática, inapropriado e suscetível a riscos: as margens de um rio, um cais, debaixo de uma ponte, como conta nossa entrevistada ter utilizado pra tal, demonstra a necessidade de se apropriar de locais como estes para exercer uma tarefa que poderia ser realizada em outro ambiente mais seguro e apropriado. Fora o fato de que lavar roupas, em muita ou pouca quantidade, com variados tipos de tecidos, alguns dos quais mereciam um maior cuidado para não serem danificados, exigia um esforço a mais das mulheres que se destinavam a essa profissão.

Outro ponto que dona Francisca mencionou é o fato de que os clientes não queriam que as roupas fossem lavadas em casa por causa do consumo extremo de uma água já escassa. Segundo Alcides do Nascimento, até o início da década de 1970, o sistema de abastecimento de água na capital era precário e escasso, com uma estrutura que, além de velha, não beneficiava toda a cidade.⁴⁵ Inclusive, era comum fazer canalização de água da chuva, para utilizá-la em casa para consumo e asseio. Dessa forma, era mais um motivo para que as lavadeiras se direcionassem aos rios, onde havia água abundante.

Em se tratando das lavadeiras que atuavam nos rios, seu ritmo de trabalho variava de acordo com as condições climáticas, principalmente pela localização geográfica da capital, por ter chuvas intensas no inverno e a seca no verão, que alteravam as formas de lavar e colocar roupas para secar, o que acarretava diminuição das lavagens e, conseqüentemente,

⁴³ MATOS, Maria Izilda Santos de. *Trama e poder: a trajetória e a polêmica em torno das indústrias de sacaria para o café* (São Paulo, 1888-1934). Brasília: SESI/DN, 1994. p. 100.

⁴⁴ NASCIMENTO, Francisca do. *Entrevista concedida à Yasminn Escórcio*. Teresina, 2018.

⁴⁵ NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A cidade sob fogo: modernização e violência policial em Teresina* (1937-1945). 2 ed. Teresina: EDUFPI, 2015. p. 132.

decréscimos em suas rendas. No mais, era comum a ida ao rio pela manhã e o retorno somente a tarde, com a trouxa de roupa já seca, para evitar levar um peso maior com a roupa molhada.

Ademais, a atividade na beira dos rios era ainda mais perigosa no período de inverno. Com o aumento das águas dos rios, frequentemente as enchentes tomavam parte do cais, tornando mais difícil e cansativa a execução de sua tarefa. Aumentava também a probabilidade de contrair doenças por conta da sujeira, além do risco de afogamento. No jornal *O Dia*, de 1974, é publicada uma matéria na qual alguém reclama da situação em que se encontrava o cais do rio Parnaíba, após as intensas chuvas que o destruíram, relatando o seguinte:

As imensas crateras formadas no cais do Parnaíba, logo após os transbordamentos, ainda põem em risco as pessoas, desafiando as autoridades, que até agora não tomaram qualquer providência para solucionar o problema. Os mais prejudicados são os passageiros das lanchas [...] e as lavadeiras que vivem lamentando os aperreios que passam para lavar as roupas. [...] uma parte do cais foi submersa por toneladas de areia quando o leito do Parnaíba voltou ao normal [...].⁴⁶

Além do fato de as chuvas intensas provocarem o aumento das águas dos rios, tornando a correnteza mais forte e perigosa para as lavadeiras que precisavam estar nas margens dos rios, ocorria também a deterioração do cais, que outras tantas lavadeiras utilizavam, principalmente para quasar as roupas lavadas. Isso também influenciava no cansaço físico das lavadeiras, que precisavam levar as roupas molhadas ou úmidas para casa, por conta de as chuvas impedirem as roupas de secar a tempo do retorno as suas residências.

Observando a rotina das lavadeiras às margens dos rios, entendemos o quanto é significativa a resistência, principalmente física, ainda mais por se tratar de uma atividade demasiadamente criticada, como já discutimos nos capítulos anteriores. Assim como tantas outras profissões informais, como vendedores de frutas e doceiras, a atividade da lavagem de roupas não era um trabalho reconhecido ou regulamentado pelos órgãos públicos.

Adiante essa discussão, para compreender como foi ressignificada a memória dessas mulheres, é necessário entender que a cidade deve ser percebida através de suas múltiplas formas de representação. São características sobre ela tanto os aspectos estruturais (físicos), quanto as percepções atribuídas por meio das relações com indivíduos que vivem nela diariamente, ou seja, os sentimentos, as relações de troca entre os sujeitos, o apego pelo lugar onde moram ou trabalham.⁴⁷ Pois entendemos que “o sentido da cidade é aquele conferido

⁴⁶ CAIS do Parnaíba quase destruído. *Jornal O Dia*. Teresina, n. 3.936, p. 5, 20 de jun. 1974.

⁴⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, jan./jun. 2007. p. 11-14.

pelo uso e pelos modos de apropriação que seus habitantes fazem para reprodução da sua vida e nas implicações que derivam disso”.⁴⁸

Quando ocorre o encontro entre vários indivíduos que vivem a cidade, é necessário que exista uma relação intrínseca para se perceber as variadas representações criadas que existem dentro de um mesmo lugar, margeando suas sensações que diretamente influenciam a convivência de vários moradores no mesmo espaço.⁴⁹ Isso quer dizer que, para cada atividade produzida na cidade, vai haver uma relação ou comunicação com outras, tal como é a atividade das lavadeiras, por exemplo ao discutir preços ou prazos das lavagens com a clientela, ou mesmo a compra de produtos como sabão para usar nas lavagens, o modo como compartilha o lugar onde trabalha, com pescadores e ribeirinhos.

A construção de sociabilidades se dá por meio das relações cotidianas atribuídas à cidade, e as práticas realizadas nela. É através de relações como essas que a memória é construída e reconstruída. Sendo assim, coexiste uma sensibilidade dos indivíduos para com as diversas cidades constituídas por eles. Exatamente por essa razão, elas estão em constante transformação. A cidade das lavadeiras, dos comerciantes, dos ribeirinhos, dos microempresários, e outras tantas, são reinventadas e ressignificadas a cada dia.

A reconfiguração de um espaço dentro da cidade modifica o cotidiano de seus moradores, atribuindo-lhes outros significados para a mesma cidade. E, por conseguinte, abre possibilidades de trocas, de compartilhamento de ideias e construção de memórias, sejam elas coletivas ou individuais. Na década de 1970, os moradores de Teresina se viram em meio a algumas mudanças estruturais, reconfigurando, alterando ou até mesmo criando novos espaços, espaços que antes eram carregados de diversos outros significados.

Para além disso, as mudanças suscitavam também uma ressignificação no modo de vida dos moradores e da recepção de turistas (não só na capital, mas em todo o Estado). Como a relação com a cidade vai se adaptando ao progresso, os ambientes modernos trariam estilo de vida diferente de outrora, ou seja, afastando-se de características que lembravam o velho, o ultrapassado. A questão não se restringe apenas ao fato de oportunidades de empregos ou qualidade de vida financeiramente melhor, mas toda uma condição de bem-estar atrelada ao cotidiano da cidade e dos moradores, em relação mútua.

Para essa pesquisa, compreende-se a visão de que a (re)construção de um espaço não é percebida como um aspecto negativo à memória e história dos indivíduos que nela viveram.

⁴⁸ FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. Patrimônios arquitetônicos em Teresina: combates pela memória (1970). *História e Perspectivas*, Uberlândia, p. 167-188, jan./jun. 2016. p. 173.

⁴⁹ PESAVENTO, 2007, p. 11-14.

Para as lavadeiras de roupa nos rios, considerando as ações discriminadas pela sua profissão e o modo de sobreviver na cidade, ter uma mudança de espaços reconfigurando sua forma de trabalhar não acarreta pontos negativos, perda de identidade ou de memórias. Isso porque é preciso considerar que uma nova configuração de espaços, de sociabilidades, de trocas entre os pares, possibilitou uma ressignificação de suas memórias construídas.

Acerca de alguns métodos criados para as lavagens de roupas nos rios, que diferentemente das lavanderias exigia muito mais que apenas a água corrente e o espaço com pias, era necessário variadas técnicas para fazer com que a água do rio não sujasse ainda mais a roupa, ou mesmo a luta contra as correntezas. Dona Adalgisa Dorneles de Oliveira Souza nos falou um pouco quais eram seus métodos de lavagem enquanto ainda trabalhava no rio Poti:

[...] no sol quente, lavava e o sacrifício, lavava e a água no inverno a água ficava cor de rosa, aí a gente tinha que pegar, eu levava um bocado de pedaço de carvão assim grande, aí botava e enchia a bacia d'água, jogava os pedaços de carvão dentro *pra* água ficar limpa. Aí quando a água fica limpa metia a roupa *pra* tirar que chegava a água ficava água marrom de novo. Tornava botar, era só mudando de uma vasilha *pra* outra. Porque se não a roupa não ficava branca não, que ficava era marrom, e toda encardida, aí ficava limpinha, e ainda fazia assim uma água de anil bem fraquinha, só *pra* clarear mais, a minha filha ficava uma beleza [...].⁵⁰

Essa técnica, criativa e cuidadosa, que deveria ser utilizada para limpar a água do rio, quando esta ficava turva e barrenta no inverno, antes de pôr a roupa para não a deixar mais suja do que já estava, era comumente realizada por lavadeiras nos rios Poti e Parnaíba. Situações que já não necessárias quando estas foram direcionadas ao Centro Materno-Infantil, posto que na lavanderia a água era encanada e limpa, o que, mesmo sendo uma reconfiguração de uma prática antiga, não deixou de ter significados e continuou presente na memória das lavadeiras, que já nem precisavam mais utilizá-la.

Dessa mesma significação configura-se a relação entre a clientela, na medida em que as roupas eram bem lavadas mesmo em ambiente inapropriados, como são os rios, e portanto mantinham-se a prática que regulava o trabalho da lavadeira, de modo que se havia a clientela e a necessidade, as lavadeiras garantiam seus serviços e a demanda permanecia frequente.

Dona Francisca do Nascimento, inclusive, comentou em sua entrevista que “tinha que lavar no Parnaíba porque as mulheres não queria que lavasse em casa, porque gastava muita água”⁵¹, o que podemos entender é que dessa forma se configura mais uma motivação para

⁵⁰ SOUZA, 2018.

⁵¹ NASCIMENTO, 2018.

que as mulheres adentrassem aos espaços públicos, nesse caso os rios, e, assim, adequar seu trabalho de lavadeira, providenciando ações simples que facilitassem sua tarefa diária na beira dos rios, como a técnica do carvão para limpar a água barrenta, para, dessa forma, ter seu ganho garantido.

Para além disso, outro ponto significativo no que concerne o trabalho das lavadeiras se refere ao convívio diário nas ruas e avenidas rumo aos rios para trabalhar, o que possibilitou a essas mulheres um conhecimento singular sobre aspectos sociais, considerando aqueles que estruturam uma sociedade, como os comércios, as escolas, as igrejas, os moradores, no geral aqueles que fazem o cotidiano da cidade. Outro aspecto que é refletido diretamente por essas ações diárias são as significações atribuídas, tanto individualmente, quanto coletivamente. Sobre essa relação, Sandra Jatahy Pesavento afirma:

É por isso que, ao lado das imagens icônicas da materialidade urbana, há toda uma outra linha de representações que exhibe a cidade através da sua população, com suas ruas movimentadas, o povo a habitá-la, a mostrar sua presença e também a sua diversidade, em imagens ora ternas, ora terríveis de contemplar.⁵²

Considerando essas características sobre os espaços de sociabilidades para a construção de memórias através do trabalho das lavadeiras, é importante ponderar que, estruturalmente, mesmo sendo redirecionadas das margens dos rios para a lavanderia comunitária do Centro Materno, os sentimentos criados outrora não foram destituídos ou suas memórias esquecidas. Sob o ponto de vista do projeto de realocação, foram reconstituídos em novos espaços, ou mesmo ressignificados, e que garantissem a elas assistência, além de qualidade no trabalho e na vida.

Essa relação pode ser percebida na medida que as lavadeiras, que antes trabalhavam nos rios, quando foram direcionadas para o Centro Materno-Infantil, com melhor estrutura de um modo geral, passaram a criar novos hábitos e formas de socialização dentro do novo espaço que este pode lhes proporcionar, tal como a comemoração de festividades como Dia das Mães, aniversários e outros. Sobre isso, Dona Rosa Maria comenta o seguinte:

Lá sempre nós tinha algum que *vinha, vinha* gente fazer, é [...] Às vezes... *Cuma* é assim ... Mês de maio, de junho, alguma brincadeira lá mesmo na lavadeira. Umas com as outras faziam almoço, quando aniversariava a gente *tava* ali, cantava os parabéns pra elas.⁵³

⁵² PESAVENTO, 2007, p. 14.

⁵³ ALVES, 2017.

Como dona Rosa fala, as “brincadeiras” que as lavadeiras faziam entre elas no Centro Materno foram situações novas que a lavadeira, que foi retirada da beira do rio, pode se proporcionar, pois nas margens dos rios dificilmente se poderia fazer festividades deste tipo, por conta do local em si não ser favorável e adequado, além da disposição das mulheres que precisavam dominar o tempo e espaço para não ficarem tão expostas ao sol, no seu dia a dia durante as lavagens.

A comemoração de festividades agrega para essa discussão, ao pensarmos nelas como exemplos de ressignificações que se podem ser atribuídas as lavadeiras que saem dos rios para os centros materno-infantis, porque, mesmo que sejam ambiente diferentes em si, proporcionam os mesmos valores e sentidos, e carregam a noção de pertencimento dos espaços, e, portanto, da própria cidade. Os rios, que foram seu ambiente profissional por anos permitindo que estas mulheres trabalhassem, crescessem e aprendessem a lida diária da lavagem de roupas, garantiu muito mais que valores pecuniários, mas experiências de vida, identidade e sociabilidade.

Relacionar esses fatos à memória das lavadeiras, dentre sua relação com os locais onde trabalharam, e a forma como estas agiram em suas experiências, nos permite chegar à conclusão que os espaços, mesmo que alterando sua forma de trabalhar, possibilitaram melhores condições em termos estruturais e de qualidade de vida, somando ao fato de que experiências vividas nos rios tornaram-se, além de lembranças, exemplos para outras lavadeiras que iniciavam na profissão, decorrente da troca de experiências e das redes de compartilhamentos do conhecimento pela tradição de lavagem de roupas para sustento.

Lavar roupas nos rios da cidade ou nas lavanderias do Centro Materno-Infantil, para manutenção básica da própria família, possibilitou a várias mulheres a construção de uma identidade permeada pelas experiências do cotidiano como, por exemplo, os métodos usados para limpar a água, a troca de produtos, as conversas aleatórias, as comemorações em datas importantes, seja para alegrar e quebrar a monotonia, seja para amenizar o cansaço, que, ao final, têm o mesmo sentido de compartilhar, e, por ser atividade praticada de modo individual, mas vivenciada sob uma coletividade, acabam por gerar afetos e carregar diversas significações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como iniciamos essa pesquisa cantarolando a música de Luís Melodia, recordamos aqui, ao finalizar, que mesmo o trabalho das lavadeiras de roupas podendo, em diversos momentos, ser uma “agonia”, é também a demonstração de força, de cuidado e de dedicação diária. Nas idas aos rios toda manhã e em seu retorno à tarde, com uma trouxa de roupas lavadas, ou na ida para o Centro Materno-Infantil e Lavanderia, a lavadeira que buscamos apresentar nessa pesquisa faz parte de um grupo que esteve a margem, e não apenas do rio, mas de toda a sociedade.

Das histórias e do cotidiano que buscamos apresentar, atentamo-nos à vida comum das mulheres sujeitas a pobreza que a cidade condicionava, na intenção de identificar de que forma o desenvolvimento da cidade influenciou no aumento de mulheres exercendo a atividade de lavar roupas em rios.

Com a insuficiência de empregos formais, as mulheres pobres se direcionavam a atividades mais relacionadas ao seu habitual, e por conta disso as lavagem de roupas tiveram grande crescimento no período em questão. Sem dúvida, a facilidade do uso dos espaços contribuiu para esse aumento, já que os rios Poti e Parnaíba fazem toda a extensão da cidade, do centro comercial aos bairros mais periféricos.

Por ser tarefa predominantemente feminina, a lavagem de roupas auxiliou diversas mulheres pobres na conquista de espaços para além do seu próprio lar. O uso de espaços públicos, facilitado pela condição de sua classe social, a menos abastada financeiramente, permitiu que essas mulheres usassem os rios da cidade para benefício próprio.

A entrada de mulheres pobres no mercado de trabalho em Teresina tem essa característica principal: estar relacionada a tarefas domésticas, levadas para além da própria casa. Pois são as lavadeiras, as cozinheiras, as babás, que ajudam a manter a rede de trabalho informal feminino na cidade que experienciava o despontar do progresso. No entanto, como apontamos ao longo da pesquisa, a partir do momento em que ocorre o aumento de lavadeiras nas margens dos rios, que são ambientes públicos, ocorre a necessidade de normatizar estes mesmo espaços, haja vista a forma que as pessoas se apropriaram, não correspondendo a um modelo mais adequado ao novo estilo de vida que a modernização da cidade buscava traçar.

Ao passo que as mulheres pobres, representadas neste trabalho pelas lavadeiras de roupas, dominaram os rios, apropriando-se dele para além de todo o trabalho que realizavam para sustento próprio, em meio a imagem de necessidade, de pobreza que sua atividade

demonstra, pudemos notar um crescente interesse das administrações estadual e municipal para retirar estas mulheres das vias públicas, e destiná-las a um ambiente fora da visão central da cidade. Motivados por ideias sanitaristas aliadas a noção de que o progresso deveria manter distância de velhos hábitos, a lavagem de roupas em rios recebeu diversas críticas nos jornais da cidade, demonstrando uma parcial insatisfação com a situação das mulheres que usavam os rios para trabalhar lavando roupas.

Com o crescimento dessa atividade na capital, e o constante olhar opressor presente tanto em jornais, como por ações das administrações municipal e estadual, urgindo uma necessária medida para inibir o aumento de pessoas pobres nas zonas centrais, a imagem de pobreza que se assemelhava com a condição de trabalho das lavadeiras fez com que a criação das lavanderias comunitárias possibilitassem um novo olhar para o progresso da cidade, atingindo de forma positiva algumas das mulheres que viviam da tarefa de lavar roupas em rios.

No entanto, como foi apresentado, a necessidade não foi suprida, já que o número de lavanderias comunitárias não atingiu a uma grande parcela das lavadeiras de roupas, muito menos os Centros Maternos foram construídos em locais que facilitassem o acesso para as lavadeiras que viviam mais próximas ao rio Parnaíba, impossibilitando o alcance para que mais mulheres usufruíssem do novo espaços.

Ainda assim, mesmo com a dificuldade do acesso à lavanderia, a qualidade do Centro Materno-Infantil Nutricional e Lavanderia e sua forma de organização, beneficiando as lavadeiras não somente com o espaço de trabalho de modo mais confortável e seguro, possibilitou também a segurança para suas famílias e seus filhos através da creche presente no mesmo ambiente e de todo o aparato disponibilizado pelo projeto. O que colocamos como questão foram as motivações para o abandono do projeto que se concretizou de forma apurada e com necessidade, como pôde ser percebida por meio das fontes que utilizamos na pesquisa.

A ressignificação dos espaços foi outro ponto importante para se discutir nesse trabalho, ao passo que pode nos possibilitar compreender a forma como as lavadeiras lidaram com a transferência de um lugar para outro, bem como a alteração em seus métodos de trabalho, seu ambiente e seu cotidiano de uma forma geral, além de apontar os demais fatores que caracterizaram a ressignificação de espaços e a (re)construção de memórias a partir da transferência da lavagem de roupas dos rios para a lavanderia comunitária do Centro Materno-Infantil.

No entanto, como apresentado nessa pesquisa, o projeto que foi iniciado em 1971 se restringiu à proximidade do rio Poti, e, mesmo obtendo a qualidade desejada e necessária, não

pôde ser levado a outros bairros, proporcionado a um maior número possível de lavadeiras o mesmo benefício. Esse fator, inclusive, não cessou a necessidade que havia na capital naquele momento, pois havia lavadeiras atuando também na grande extensão do rio Parnaíba que corta a cidade de Teresina, onde careciam das mesmas atenções que não lhes foram assistidas, já que havia sido construídos apenas dois Centros Maternos, um localizado no bairro Ilhotas, e outro no bairro Primavera, os dois nas proximidades do rio Poti.

Ponderamos, entretanto, que a partir de 1975, quando mudam-se as administrações estaduais e municipais, criam-se os Centros Sociais Urbanos, projeto do Governo Federal, que gradativamente assumem as características dos Centros Maternos-Infantis, por tratarem de um apoio mais geral a comunidade, e não somente oferecendo prioridade as lavadeiras e sua família, como fizeram os centros maternos.

Esta pesquisa revelou ainda que o trabalho das lavadeiras de roupas em rios, por ser marginalizado, não apenas por estar as margens dos rios da cidade, mas como trabalho informal e sem garantias por lei, enfrentou uma discriminação por variados fatores aqui apresentados e discutidos, como, por exemplo, a imagem que se tem das lavadeiras como propagadoras de doenças ou como associadas a promiscuidade, que incomodava os cidadãos que usavam dos mesmos locais onde estas mulheres trabalhavam, os rios.

Sendo assim, nessa pesquisa, para analisarmos como se deu o trabalho das lavadeiras de roupas em rios da cidade de Teresina, em meio a transferência para o Centro Materno-Infantil Nutricional e Lavanderia, que foi inaugurado em 1972, foi essencial apontarmos as características sociais e econômicas que marcaram a capital a partir de 1971, indo além das transformações estruturais e físicas, e discutindo também o que se refere a formas de vivências de seus moradores, suscitando diretamente o seu cotidiano, sua história.

A utilização de jornais diários e de entrevistas, baseadas na História Oral, engrandeceu a compreensão sobre o crescimento da atividade das lavadeiras no período e permitiu um conhecimento mais objetivo e claro acerca dessa profissão, que estava diretamente atrelada com o crescimento do meio urbano e a conseqüente inserção feminina no mercado de trabalho através de atividades informais, além da necessidade de se produzir discussões sobre grupos marginalizados socialmente.

Com o uso das matérias publicadas nos jornais foi possível verificar uma percepção geral da forma como a sociedade teresinense do período enxergava as lavadeiras, e de que maneira o discurso e a ideia sanitarista que atingiu o trabalho das lavadeiras foi pertinente para que se pudesse criar meios de modificar a modo de trabalho e o espaço onde as lavadeiras exerciam sua tarefa.

Em meio a estas questões apresentadas e discutidas, concluímos também que um ponto pertinente deste trabalho se refere ao modo como as lavadeiras são inseridas no processo de modernização da cidade, por meio da transferência destas da margem do rios para os centros materno-infantis. Isso indica que os espaços salubres e planejados tinham o intuito de garantir segurança e apoio a lavadeira e sua família, mas além disso também demonstrava uma necessidade dentro do processo de embelezamento pensado no período estudado, afastando-lhes de visões públicas e centrais.

Através dos periódicos usados, conseguimos abranger de um modo crítico a abordagem política que apresentou o projeto de criação do Centro Materno, bem como foi notável a forma como se percebia a presença das lavadeiras na cidade, pois havia inúmeras matérias discutindo, desmoralizando a imagem das lavadeiras somente por exercer sua tarefa em espaços públicos.

Por termos utilizados jornais e documentos oficiais do governo e prefeitura, em nossa pesquisa foi possível também perceber como a cidade de Teresina exerceu um papel central enquanto se desenvolvia. Isto porque, como fora abordado, com o progresso a capital recebeu mais atenção em se tratando de obras tanto para o crescimento econômico, como para movimentar o turismo na região, alterando também esteticamente a cidade.

A forma como estes abordam e projetam meios de trabalho e emprego para buscar suprir uma necessidade que constantemente se via nos jornais, pode também justificar a atenção voltada para as lavadeiras em meio a seu trabalho nos rios, a necessidade de transferência logo em seguida. Isso porque suscitou uma mudança estrutural na cidade e, portanto, no cotidiano das lavadeiras de roupas e também na vida dos moradores que do serviço das lavadeiras se beneficiavam.

Nesse ponto, podemos destacar que a utilização dos jornais nos permitiu a compreensão dos aspectos que configuram de modo geral a forma como se julgava a imagem das mulheres pobres lavadeiras de roupas, em meio ao crescimento da cidade em que viviam e o que representavam para o progresso eminente. As entrevistas que realizamos, por sua vez, nos garantiu detalhes da vida cotidiana para além da margem do rio, seja nos narrando como se deu a forma como buscou os rios para sobreviver, seja nos métodos de como limpar um água barrenta do rio, ou como se fazia para chegar a lavanderia morando em um bairro distante. Nas entrevistas, as abordamos de maneira leve, preservando a construção da memórias das mulheres que se dedicaram a essa atividade para sustento próprio por décadas.

Para finalizar, ressaltamos a importância de ouvir as vozes daqueles que foram silenciados nas mais diversas situações e momentos. Ouvir a lavadeira para além da margem

de um rio, suas histórias, suas lembranças, é também é ouvir a história de mulheres que por variados motivos são silenciadas ou discriminadas. Ao narrar essa história nesse trabalho, é mais do que uma vontade pessoal, é principalmente um dever para com as mulheres pobres que ajudaram essa cidade a crescer para o que ela é nos dias de hoje.

6 REFERÊNCIAS

ACERVO ARQUIVÍSTICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. *Legião Brasileira de Assistência (LBA)*. Santa Maria. Disponível em: <http://fonte.ufsm.br/index.php/legiao-brasileira-de-assistencia-lba>. Acesso em: 16 jun. 2019.

ADORNO, Rubens de Camargo Correa. A cidade como construção moderna: um ensaio a respeito de sua relação com a saúde e as “qualidades de vida”. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 17-30, 1999.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSK, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2014.

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

ALMEIDA, Kllaricy Oliveira de. *Entre ruínas e arranha-céus: pobreza e modernização no discurso da imprensa escrita teresinense na década de 1970*. 2014. 103 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

A PALAVRA FUNABEM. *Psicologia, Ciência e Profissão*, Brasília, v. 8, n. 1, 1988. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931988000100003. Acesso em: 16 jun. 2019.

ARAÚJO, Cristina Cunha de. *Trilhas e estradas: a formação dos bairros Fátima e Jockey Clube (1960-1980)*. 2009. 128 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2009.

ARAÚJO, Karlene Sayanne Ferreira. *A cidade indesejada e pulsante: a pobreza, a modernização e memória de uma capital na década de 1970*. 2014. 98 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno. *Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina*. Teresina: EDUFPI, 2010.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

BORBA, Sheila Villanova. A produção de equipamentos urbanos como alternativa de política social: o Programa Nacional de Centro Sociais Urbanos. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 12, ano 2, p. 403-421, 1991.

BRASIL. Decreto-lei nº 5.727, de 4 de novembro de 1971. Dispõe sobre o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1972 a 1974. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, 18 nov. 1971. Seção 1, p. 8969.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. Mães educadoras e profissionais: educação feminina em Teresina na primeira metade do Século XX. *Revista Outros Tempos*, São Luís, v. 7, n. 10, p. 158-179, dez 2010.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. *Mulheres, escolarização e mercado de trabalho em Teresina*. 1998. Monografia (Licenciatura em História). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 1998.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. *Múltiplas e singulares: história e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930-1970)*. Teresina: EDUFPI, 2012.

CARDOSO NETO, Francisco Soares. De margem a margem: memórias de lavadeiras e as normas de modernização. In: ENCONTRO REGIONAL NORDESTE DE HISTÓRIA ORAL, 11., Fortaleza. *Anais do XI Encontro Regional Nordeste de História Oral: Ficção e poder: oralidade, imagem e escrita*. Fortaleza: UFC, 2017.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço-tempo da vida cotidiana na metrópole*. São Paulo: Labur Edições, 2017.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Mulheres plurais*. Teresina: EDUFPI, 2013.

CARVALHO, Sônia Maria dos Santos. *Dom Avelar Brandão Vilela: uma biografia histórica*. 2010. 207 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2014.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DE LUCCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSK, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2014.

DEL PRIORI, Mary. *A mulher na história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989.

DEL PRIORI, Mary. (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

FERREIRA, Marieta de Moraes.; AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da História Oral*. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006.

FONSECA, Cristina M. Oliveira. Trabalhando em saúde pública pelo interior do Brasil: lembranças de uma geração (1930-1970). *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 393- 411, 2000.

FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. O cenário esportivo como arena de disputas políticas: entre a memória recitada e o apagamento de rastros. *Estudos Ibero-americanos*, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 428-441, 2017.

FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. *O recinto do elogio e da crítica: maneiras de durar Alberto Silva na memória e na história do Piauí*. Teresina: EDUFPI, 2015.

FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. Patrimônios arquitetônicos em Teresina: combates pela memória (1970). *História e Perspectivas*, Uberlândia, p. 167-188, jan./jun., 2016.

FRANCO, Jônatas Lincoln Rocha. O Piauí na rota do desenvolvimento. In: DOS SANTOS, Raimundo Nonato Lima (org.). *Cidades brasileiras*. Teresina: EDUFPI, 2019.

FREITAS, Sônia Maria de. *História oral: possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Humanitas, 2002.

GANDARA, Gercinair Silvério. Rio Parnaíba... Um cadinho de mim e a história ambiental. *Textos de história*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 32-48, 2010.

GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário Enciclopédico Piauiense Ilustrado*. Teresina: APL, 2003.

HALBWACKS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003.

IDALINO, Rosa Emília Araújo.; OLIVEIRA, Roberto Verás. A invenção cotidiana do trabalho no limiar da exclusão social: a condição social dos “flanelinhas” em Campina Grande. In: OLIVEIRA, Rosa Emília Araújo (org.). *Dinâmicas atuais do trabalho na Paraíba: leituras sociológicas*. Campina Grande: EDUEPB, 2014

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *População e demografia: características gerais da população (1970-2010)*. Disponível em: <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=CD77>. Acesso em: 16 nov. 2018.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LEIBANTE, Thiago. Algumas considerações sobre o trabalho informal no capitalismo contemporâneo. In: III SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 3., Londrina. *Anais do II Simpósio Lutas Sociais na América Latina: trabalhadore(a)s em movimento: constituição de um novo proletariado?* Londrina: UEL, 2008.

LIMA, Antônia Jesuíta de. *As multifaces da pobreza: forma de vida e representações simbólicas dos pobres urbanos*. Teresina: Halley, 2003.

LIMA, Antônia Jesuíta de. A pobreza urbana e suas multifaces; experiências e significados. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., Coimbra. *Anais do VII Congresso Luso-Brasileiro de Ciências Sociais: a questão social do novo milênio*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2004.

LOMBARDI, Rosa Maria.; BRUSCHINI, Cristina. Instruídas e Trabalhadeiras: trabalho feminino no final do século XX. *Cadernos Pagu*, n. 17/18, p. 157-196, 2002.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. São Paulo: EDUSC, 2002.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Do público para o privado: Redefinindo espaços e atividades femininas (1890-1930). *Cadernos Pagu*, São Paulo, n. 4, p. 97-115, mar. 1995.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Trama e poder: a trajetória e a polêmica em torno das indústrias de sacaria para o café (São Paulo, 1888-1934)*. Brasília: SESI/DN, 1994.

MONTE, Regianny Lima. *A cidade esquecida: (res) sentimentos e representações dos pobres em Teresina na década de 1970*. 2010. 235 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

MONTE, Regianny Lima. De marginal a problema social: o papel intervencionista de entidades públicas e instituições sociais junto aos pobres urbanos de Teresina. In: VI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL, 6., Teresina. *Anais do VI Simpósio Nacional de História Cultural Escritas da História: ver, sentir, narrar*. Uberlândia: GT Nacional de História Cultural, 2012.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A cidade sob fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)*. 2 ed. Teresina: EDUFPI, 2015.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Cajuína e cristalina: as transformações espaciais vista pelos cronistas que atuaram nos jornais de Teresina entre 1950 e 1970. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 195-214, 2007.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Imprensa e imagens: a construção de representações do Piauí e de Teresina através de jornais diários na década de 1970. *Clio-Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, n. 28, p. 96-128, 2010.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. O olhar do outro sobre os pobres urbanos de Teresina na década de 1970. In: X ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 10., Recife. *Anais do X Encontro Nacional de História Oral Testemunhos: História e Política*. Recife: UFPE, 2010.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TRABALHO. *Conheça a OIT*. Brasília. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/conheca-a-oit/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 5 abr. 2019.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, jan./jun. 2007.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e as tiranias do tempo*. Teresina: EDUFPI, 1998.

RAGO, Margareth. Trabalho Feminino e sexualidade. In: DEL PRIORI, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 483-507.

REZENDE, Antônio Paulo. *(Des) Encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de 20*. Recife: Editora da UFPE, 2018.

SANTOS, Cineas (org.). *Baião de todos*. Teresina: Editora Corisco, 1996.

SANTOS, José Lopes dos. *Dirceu Arcoverde: missão cumprida*. Brasília: Senado Federal Gráfica, 1982.

SANTOS, Milton. *Pobreza urbana*. São Paulo: EDUSP, 2013.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da USP, 1992. p. 39-52.

SILVA, Edilene Lima da. *Educação feminina no ensino secundário piauiense: da escolarização à profissionalização (1960-1982)*. 2012. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Piauí, Teresina. 2012.

SILVA, Yasmin Escórcio Meneses da. *“O colorido das lavadeiras”*: a condição social das lavadeiras de roupas nos rios de Teresina na primeira metade da década de 1970. 2017. 56 f. Monografia (Graduação em Licenciatura Plena em História). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017. p. 36.

SILVEIRA, Thiago Coelho. *Desvelando os caminhos do Santana: história e memória de um processo de urbanização em Teresina*. 2013. 158 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013.

SOARES, Nildomar da Silveira. *Leis Básicas do Município de Teresina*. 3 ed. Teresina, 2001. Disponível em: <http://semplan.teresina.pi.gov.br/prefeitos-de-teresina/>. Acesso em: 23 ago. 2019.

SOARES, Norma Patrícia Lopes. *Escola Normal em Teresina (1864-2003): reconstruindo uma memória da formação de professores*. 2004. 184 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2004.

SOUSA NETO, Marcelo de; FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. *Nasce um bairro, renasce a esperança*. Teresina: EDUFPI, 2017.

TAMANO, Luana Toeko Omena. O movimento sanitário no Brasil: a visão da doença como mal nacional e a saúde como redentora. *Khronos*, São Paulo, n. 4, p. 102-115, ago. 2017

TOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

VIANA, Débora Silva. *Entre o concreto e o etéreo: trabalho e memória dos trabalhadores da construção civil em Teresina na década de 1970*. 2013. 281 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013.

WOSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

JORNAIS

A MENDINCÂNCIA em Teresina: as lavadeiras do Parnaíba. *Estado do Piauí*, Teresina, ano 47. n. 1387, p. 1, 19 ago. 1971

A NOVA ordem de progresso. *O Dia*, Teresina, s.n./, p. 3, 1/2 /3 jan. 1972.
A TRISTE paisagem. *A Hora*, Teresina, n. 144, p. 3, 16 maio 1972.

AS LAVADEIRAS do Parnaíba. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, ano 47, n. 16, p. 43, 16 abr. 1975.

DESEMPREGO é alarmante no Piauí. *O Dia*, Teresina, s/n., p. 3, 24 fev. 1972.

DESEMPREGO em Teresina. *O Dia*, Teresina, s/n., p. 3, 19 jul. 1973.

DE TUDO um pouco: a triste paisagem. *A Hora*, Teresina, n. 144, p. 3, 16 maio 1972.

DO INFERNO para o céu. *O Dia*, Teresina, s/n., 20 out. 1973. Caderno 2, p. 1.

EDIÇÃO especial. *O Estado*, Teresina, s/n., 6 fev. 1975. Caderno 2, p. 6.

FATOS e destaques: Lavadeiras. *A Hora*, Teresina, n. 148, p. 6, 7 abr. 1972.

FILHOS de lavadeiras não têm carne e leite na alimentação diária. *A Hora*, Teresina, n. 148, p. 1, 7 abr. 1972.

NOVO SERSE não dá esmola: integra o homem na sociedade. *O Estado*, Teresina, s/n., p. 4, 03 abr. 1972.

O COLORIDO das lavadeiras. *O Dia*, Teresina, ano 23, n. 4.001, p. 1, 5 set. 1974.

O DIREITO de trabalhar. *O Dia*, Teresina, n. 3.695, p. 1, 19 fev. 1972.

O GOVERNO construirá lavanderias. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 20, n. 3.383, p. 1, 16 jul. 1971.

O INCÔMODO que as lavadeiras do rio Parnaíba provocam. *O Dia*, Teresina, n. 3, p. 5, 2/3 set. 1973.

O PIAUÍ existe. *Jornal do Piauí*, Teresina, v. 20, n. 3.260, p. 1, 13 fev. 1971.

O PIAUÍ existe – mas não para isso. *Jornal Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, s/n, p. 4, 12 fev. 1973.

PARNAÍBA, o rio da sujeira e da vida. *O Dia*, Teresina, ano 23, n. 4.025, p. 2, 5 out. 1974.

POPULAÇÃO ribeirinha ameaçada por doença estranha. *Correio do Povo*, Teresina, ano 2, n. 77, p. 1, 14 abr. 1975.

TERESINA, 119 anos depois. *O Estado*, Teresina, s/n., p. 5, 18 ago. 1971.

SECRETARIA de obras comanda operação progresso no Piauí. *O Dia*, Teresina, s/n., p. 3, 1/2/3 jan. 1972.

DOCUMENTOS OFICIAIS

PIAUI. *Mensagem do Governador Chagas Caldas Rodrigues encaminhada à Assembleia Legislativa em 1960*. Teresina, 1960.

PIAUI. *Mensagem do Governador Alberto Tavares Silva encaminhada à Assembleia Legislativa em 1973*. Teresina, mar. 1973.

PIAUI. *Mensagem do Governador Alberto Tavares Silva encaminhada à Assembleia Legislativa em 1974*. Teresina, 1974.

PIAUI. *Mensagem do Governador Dirceu Mendes Arcoverde encaminhada à Assembleia Legislativa em 1975*. Teresina, 1975.

ENTREVISTAS

ALVES, Rosa Maria da Costa. *Entrevista concedida à Yasmin Escórcio*. Teresina, 2017.

CUNHA, Ana Maria da. *Entrevista concedida à Yasmin Escórcio*. Teresina, 2018.

DOS SANTOS, Maria de Lourdes Gleide. *Entrevista concedida à Yasmin Escórcio*. Teresina, 2019.

NASCIMENTO, Francisca do. *Entrevista concedida à Yasmin Escórcio*. Teresina, 2018.

NASCIMENTO, Maria Nazaré Oliveira. *Entrevista concedida à Yasmin Escórcio*. Teresina, 2018.

SOUZA, Adalgiza Dorneles de Oliveira. *Entrevista concedida à Yasmin Escórcio*. Teresina, 2018.